

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LETÍCIA PREZZI FERNANDES

**NAS TRILHAS DA FAMÍLIA... COMO E O QUE MENINOS E MENINAS EM
SITUAÇÃO DE RUA APRENDEM SOBRE RELAÇÕES FAMILIARES**

**PORTO ALEGRE
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LETÍCIA PREZZI FERNANDES

**NAS TRILHAS DA FAMÍLIA... COMO E O QUE MENINOS E MENINAS EM
SITUAÇÃO DE RUA APRENDEM SOBRE RELAÇÕES FAMILIARES**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero

Orientadora – Profª Drª Dagmar E. Estermann Meyer
Co-Orientador – Prof. Dr. Marco Paulo Stigger

PORTO ALEGRE
2008

Ao meu pai, pelo exemplo de
vida que nunca se apaga.
A minha mãe, pelo seu carinho
que não se esgota.

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É tempo da travessia, e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Teixeira de Andrade

Agradecimentos

Durante a jornada desta escrita não foram poucas as pessoas que estiveram ao meu lado. E a elas quero dedicar algumas palavras já que de um modo ou de outro suas palavras permitiram que esse momento chegasse.

É preciso dizer ainda que essa caminhada iniciou antes do ingresso no mestrado e que o encontro com algumas dessas pessoas foi decisivo para que eu estivesse aqui.

Quero iniciar pelo local que acolheu minha pesquisa o Serviço de Educação Social de Rua, ora Ação Rua. A sua gerente, coordenadora, técnicas e técnico, educadores e educadoras, estagiárias/os e auxiliar administrativa, pela forma carinhosa e respeitosa com que me receberam e pela disponibilidade em me dar informações, ajudas e materiais. Essa acolhida possibilitou que o trabalho de campo não fosse tão duro e facilitou minha entrada nesse contexto tão novo para mim.

Ao Geerge (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) pelos encontros de estudos e de lazer que sedimentaram esta trilha e a tornaram mais alegre.

Ao grupo de orientação: Simone, Sandra, Helena, Carin, Fátima, Maria Cláudia, Eloá, Beth, Analídia, Paulo, Luiz Fernando, Damico, Aline, Taís e Cláudia. Pelas contribuições, textos, pareceres, palavras amigas e trocas de experiência. Com suas presenças essa escrita não foi, de forma alguma, solitária. Vocês são ótimos!

Às professoras e aos professores de quem fui aluna nesse período e que muito me ensinaram, em especial às professoras Guacira Louro e Carmem Craidy. Estas duas a quem admiro tanto, pelas suas diferentes histórias e trajetórias acadêmicas, são exemplos de pesquisadoras e intelectuais para mim.

À banca examinadora da qualificação: Fernanda Ribeiro, Jane Felipe e Rosângela Soares. pela leitura atenta e rigorosa que fizeram parte desse caminho e pelas valiosas contribuições.

As professoras Cláudia Fonseca, Fernanda Ribeiro, Rosângela Soares e Carmen Craidy, por comporem a banca final e aceitarem estar aqui.

Ao CNPq, que desde 2003 vem financiando minhas aprendizagens na pesquisa.

Ao meu co-orientador, Stigger, que esteve sempre a disposição para ler meus escritos e que me instigou até os últimos minutos sobre coisas que ainda não havia pensado. Ainda pelos seus ensinamentos sobre pesquisa que foram além de conceitos e reflexões teóricas, sempre de uma maneira carinhosa, atenta e preocupada.

A Dagmar, que mais do que orientação me prestou seu carinho, sua amizade e sua cumplicidade. Agradeço pela aposta nessa pesquisa e o apoio as minhas escolhas; pelos ‘colos’ nos momentos em que precisei e pelas ‘palmadas’ necessárias para que este trabalho se concretizasse.

A secretária do Programa que sempre esteve presente para tirar alguma dúvida e auxiliar nos problemas que iam aparecendo.

A biblioteca setorial de Educação e suas funcionárias que me ajudaram muitas vezes a encontrar livros ‘perdidos’ e buscar da melhor forma possível o que procurava.

Aos demais setores da Faculdade de Educação pela cordialidade e gentileza com que fui tratada em cada um deles.

Agradeço de forma especial ao Gabriel Bandeira e ao Márcio Gastaldo que muito ajudaram na formatação final deste texto. Gabriel com as normas e Márcio com a revisão, tanto na proposta como no texto final, trabalharam com agilidade e disponibilidade em meio as suas férias. Suas contribuições foram de grande valia.

A Taís, que transcreveu algumas entrevistas e que me ajudou a ter bons momentos de folga.

As ‘quatro-marias’ que sempre me acompanham, mesmo de longe: Mari, Mary, Lisi e Nanda. Além de contribuir com os meus 15 quilos a mais nesse período, nossos encontros proporcionaram momentos mais leves, de descontração e de boas risadas.

À família Andrada Bandeira, que também acolheu minhas angústias e participou dessa trilha comigo.

A minha irmã que aparentemente entendeu meu trabalho e que mesmo de longe me deu força para ir em frente.

Ao Gustavo, companheiro de todas as horas, que mais uma vez esteve ao meu lado me encorajando quando as coisas se tornavam difíceis. Pelas leituras e incentivos quando as idéias e o ânimo me faltavam. Sem sua presença e cumplicidade esse trabalho teria sido mais penoso e menos divertido. Conseguimos. De novo!

A minha mãe, que segurou as pontas de ter uma filha em casa fazendo dissertação e que, ainda assim, foi paciente e compreensiva tornando a vida em casa mais agradável e afetuosa. Pelo seu incentivo, confiança e carinho ao longo desses 24 meses que me permitiram trabalhar mais ou menos em paz, meu muito, muito, obrigada.

Quero ainda agradecer a todas e todos que participaram de algum modo na realização deste trabalho e que me permitiram estar aqui.

RESUMO

Nas trilhas da família... Como e o que meninos e meninas em situação de rua aprendem sobre relações familiares

Esta dissertação trata do modo como meninos e meninas em situação de rua vivem suas relações familiares e de como um serviço municipal específico para o atendimento deles e delas entende e ensina formas de viver e de se relacionar com a família. Utilizei os aportes dos Estudos de Gênero e Culturais em aproximação com o Pós-Estruturalismo e da Etnografia Pós-Moderna e, instrumentalizada por essas abordagens, observei as ações deste serviço em interação com seus usuários e usuárias para tentar problematizar e discutir esses pontos. Busco evidenciar como, neste espaço ou cultura, se vive, se exerce e se re-produz um determinado tipo de relação familiar. A dissertação não nega o fato de que devem ser oportunizados meios para que crianças e jovens que vivem em situação de rua possam ter outras condições de vida e nem nega que, na sua maioria, estas/es foram impelidos/as para as ruas pelas profundas desigualdades sociais existentes em nossa sociedade. Porém o que se pretende com esta pesquisa em particular não é produzir prescrições para tirá-los das ruas ou para mudar suas condições de vida *a priori* e, tampouco, de fazer uma avaliação *stricto sensu* dos programas e políticas desenvolvidos para esses fins. De outra perspectiva, considero que estes/as meninos e meninas constituem (fazem parte de) uma população com formas diferenciadas de se organizar e viver e que é preciso tentar entender suas maneiras de viver a família e de se relacionar com ela e como essas dialogam (ou não) com as concepções de família que direcionam o Serviço de Educação Social de Rua, atualmente Ação Rua, da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre/RS. O trabalho de campo foi realizado dentro deste serviço, acompanhando a rotina de educadoras/es e assistentes sociais durante nove meses. Além disso, foram feitas entrevistas com estas/es funcionárias/os e com um dos meninos atendidos por ele. Este espaço foi considerado como uma instância pedagógica que, ao intervir no funcionamento familiar, ensina as crianças a viverem em família de determinadas formas. As unidades analíticas constituídas neste trabalho tensionam as proposições do programa examinado, quais sejam: a forma de organização familiar prevalente que está baseada em consangüinidade e é monoparental e matrifocal; o conflito que se estabelece entre o pressuposto de que a situação de rua significa violação dos direitos da criança e a consideração e problematização das possibilidades (de renda e trabalho) que a rua oferece frente à situação de pobreza e que, por isso, favorecem a sua permanência nessa condição. Assim, as análises permitem argumentar, a partir do material empírico produzido que: a situação de rua é considerada pela legislação e pela sociedade em geral como uma violação dos direitos das crianças, mas, ao mesmo tempo, ela não é vivenciada necessariamente por esses meninos e meninas dessa forma; família é um conceito escorregadio e que não é possível determinar um sentido fixo para essa noção, mas há, contudo, alguns sentidos como a consangüinidade, a necessidade de legalizar a relação e a matrifocalidade da família que são reiterados tanto pelos agentes do Serviço quanto pelos seus usuários; e, por último, que as relações estabelecidas no contexto familiar estão imbricadas com situações de cuidado, pobreza e instabilidade que, de alguma forma, demarcam uma vulnerabilidade que os produz e legitima como sujeitos a serem inscritos em programas e políticas sociais voltados para a família.

Palavras-chave: meninos e meninas em situação de rua – políticas de inclusão social - educação da família – estudos de gênero pós-estruturalistas

SUMÁRIO

Apresentação.....	8
Parte I – Das trilhas da investigação.....	10
1 Um novo jogo, uma nova escrita.....	10
1.1 Um olhar (entre tantos) sobre a rua.....	12
2 A trilha do campo.....	19
2.1 Os modos de cruzar essa trilha.....	32
Parte II - Trilhas de família(s).....	40
3 A rua como violação dos direitos da criança.....	45
4 “Que famílias a gente pode chamar de família?”.....	59
4.1 A legalidade como legitimadora da família.....	60
4.2 Consangüinidade como fundante da família.....	67
4.3 Monoparentalidade e matrifocalidade.....	74
5 Relações familiares.....	87
6 “Os fatores de exclusão são maiores do que os de inclusão” ou sobre as possibilidades dessa pesquisa.....	101
Referências.....	105
Anexos.....	112

Apresentação

Esta dissertação trata do modo como meninos e meninas em situação de rua vivem suas relações familiares e de como um serviço municipal específico para o atendimento deles e delas entende e ensina formas de viver e de se relacionar com a família. Para realizá-lo, busquei aportes nos Estudos de Gênero e Culturais em aproximação com o Pós-Estruturalismo e na Etnografia Pós-Moderna, e, fundamentada neles, observei, por nove meses, as ações deste serviço em interação com seus usuários e usuárias para tentar problematizar e discutir esses pontos. Dividi essa escrita, então, em duas partes. A primeira é marcada por conhecer o campo, fazê-lo e pensar sobre as formas de tê-lo feito. A segunda, pode-se dizer que é o cerne do trabalho da Etnografia: a análise do que vi e vivi no campo, a construção de “uma leitura”, como nos aponta Geertz (1989), sobre o campo.

No primeiro capítulo, busco mostrar minha trajetória dentro dessa temática: as leituras, as informações disponíveis sobre o “problema”, o encontro com o Serviço. A partir destes elementos, fui construindo uma forma de olhar para a situação de rua que pudesse me ajudar a entender a lógica e a organização ali existentes.

No capítulo *A trilha do campo*, descrevo como me inseri neste espaço (o Sesrua/Ação Rua) e as coisas que fui aprendendo neste encontro. Também explicito a forma como planejei o campo e as considerações metodológicas do uso da Etnografia.

Já na segunda parte, no capítulo três analiso a situação de rua como um problema social e, mais recentemente, como uma violação dos direitos da criança. Entendo que é em função desta violação que se faz um investimento tão forte na constituição de um tipo de família que não ‘viole’ os direitos de suas crianças.

No capítulo quatro, problematizo três dimensões que foram reiteradas dentro do Serviço e entre as falas dos meninos e meninas que conheci: a legalidade, a consangüinidade e a monoparentalidade junto à matrifocalidade. Aliei monoparentalidade e matrifocalidade por entender que, quando se fala da primeira, se pensa na segunda, já que na maioria das vezes a monoparentalidade significa uma mulher-mãe com seus filhos e filhas.

Finalmente, no capítulo cinco, trabalho com alguns fatores que atravessam e constituem as relações familiares dos meninos e meninas que conheci: a instabilidade, a pobreza e o cuidado. Esses três fatores, aliados a outros, instituem situações de maior ou menor vulnerabilidade dessas famílias, especialmente no que diz respeito a terem seus filhos e filhas em situação de rua.

Ainda na seção que chamei de “*Os fatores de exclusão são maiores que os de inclusão*”..., encerro a escrita chamando a atenção para as possibilidades de uso dessa pesquisa para políticas públicas que trabalham com famílias, especialmente àquelas semelhantes à desenvolvida no Ação Rua.

Parte I – Das trilhas da investigação

1 Um novo jogo, uma nova escrita

Há muito tempo que ando
 Nas ruas de um porto não muito alegre
 E que, no entanto, me traz encantos
 E um pôr de sol me traduz em versos
 (...)

 Nasci chorando, Moinhos de Vento
 Subir num bonde e descer correndo
 A boa funda de goiabeira
 Jogar bolita, pular fogueira
 64, 66, 68... mau tempo talvez
 anos 70 não deu pra ti
 e nos 80 eu não vou me perder por aí.

Música *Horizontes*, de Flávio Bicca Rocha

Início aqui mais uma parte do que venho denominando de *jogo*: o processo de realização do curso de mestrado em Educação. Ele parece ser o fim desse caminho, porém o fim só coloca um novo começo, um novo caminho. Mas esse é o início do fim desse jogo. Ao final dele não haverá vencedores, apenas outros jogadores, buscando novas trilhas e possibilidades. Essa escrita pretende dar conta, então, de evidenciar o caminho por mim trilhado em companhia de minha orientadora, orientador, colegas, pessoas que conheci no campo. Esse caminho não só me ensinou modos de fazer pesquisa, mas também modos de pensar e de viver diferentes. Ele é resultado de muitos encontros: teóricos, afetivos, profissionais etc.

A epígrafe que abre este trabalho fala um pouco de como vivi esse período da escrita da dissertação. Durante estes dois anos, foi preciso esquecer os caminhos que me levavam sempre aos mesmos lugares. Essa dissertação traz consigo este percurso, esses novos caminhos que precisei abrir com a ajuda de leituras, disciplinas, cursos e orientações.

Assim, continuando a metáfora do jogo de trilha¹, entendi que não é só o jogador que faz o caminho (suas escolhas, decisões, recusas); também o caminho faz o jogador: os

¹ Utilizo a expressão jogo de trilha referindo-me, da mesma forma que o faz Gabriel Junqueira (2002), aos jogos de tabuleiro em que se joga os dados e se anda com o peão o número de casas correspondentes. Nessas casas há situações como ‘retorna ao início’, ‘não jogue uma rodada’ ou ainda ‘avança dez casas’. O uso do termo trilha remete à idéia de um caminho que se desbrava, que vai se mostrando na medida em que se vai andando.

acontecimentos, as coisas vividas nos levam a outros lugares, outros jogos, outras questões. Mas antes vamos ao que essa trilha nos trouxe...

Especificamente, dediquei-me a pesquisar um serviço de atendimento e acompanhamento de meninos e meninas em situação de rua para responder às seguintes questões:

- O que meninos e meninas vivendo em situação de rua pensam e dizem sobre família e como eles vivem suas relações familiares?
- Como e onde estes ‘ditos’ convergem, conflitam e/ou divergem das representações de família e de vida familiar que dão sustentação ao trabalho desenvolvido pelo Serviço de Educação Social de Rua, no município de Porto Alegre?
- Como gênero atravessa, organiza e define noções de maternidade, paternidade e filialidade, que são constitutivas dessas representações? Com que efeitos? Para quem?

Para isso, busquei aportes nos Estudos de Gênero e Culturais em aproximação com o Pós-Estruturalismo e na Etnografia Pós-Moderna. Mas essa pesquisa é atravessada também por outros fatores que não são estritamente teóricos e acadêmicos; ela tem uma história, que não é linear, nem fixa. Ao contrário, ela tem muitas idas e vindas e está profundamente imbricada com o presente. É a partir das vivências presentes que construo e reconstruo essa história.

Foi especialmente a aproximação com os Estudos de Gênero e com as pesquisas desenvolvidas por Dagmar Estermann Meyer (propiciada a mim por uma bolsa de iniciação científica) que passei a reconstruir minha história enquanto filha adotiva. Essa experiência não constitui um problema para mim. Porém, para muitos, esta situação envolve uma maternidade ‘não-verdadeira’² e, ao mesmo tempo, uma filialidade não-verdadeira, que é menos valorizada porque não se realizaria, com ela, a ‘plenitude do ser mulher’ expressa pela gravidez.

Quando tinha cerca de oito anos, ouvi a música *Horizontes*³ pela primeira vez. Embora tenha um tom bastante político, naquela época eu a entendia como se fosse a história de uma criança que tinha uma família, mas que em determinado momento se perdeu e passou a viver sozinha nas ruas. Ainda hoje esta música toca-me de um modo diferente. Sentia-me muito

² Utilizo aspas simples para colocar uma palavra em suspenso e aspas duplas no caso de citações.

³ A música de Flávio Bicca Rocha é bastante emblemática em Porto Alegre por referir-se a espaços-tempos vivenciados na cidade. Escrita para a peça *Bailei na Curva*, de Julio Conte, é bastante comum utilizá-la em ocasiões como o aniversário de Porto Alegre. É a epígrafe deste capítulo.

solidária a esta criança que, conforme minha interpretação, havia se perdido de sua família. Sentia também que eu poderia ser essa criança, uma vez que, como filha adotiva, imaginava como/onde eu estaria caso não tivesse sido adotada. Dadas as condições dos antigos orfanatos (os quais eu conhecia através da televisão e dos jornais), e ainda as dificuldades na adoção (falta de adotantes, burocracia, morosidade), minha conclusão parecia óbvia: estaria sofrendo num orfanato sujo, superlotado e acabaria na rua.

A professora Jane Felipe, no momento da qualificação do projeto, disse que “nossas pesquisas são um acerto de contas com o passado”. Mesmo correndo o risco de cair numa psicologização da escolha de objetos de pesquisa, acredito que essa história produz efeitos sobre meu modo de ver e entender a situação de rua. Talvez daí meu interesse por esses meninos e meninas. Fico instigada pelo modo de vida dessas crianças e jovens, estranho essa possibilidade e sinto-me ignorante quanto às formas de sobrevivência que eles/as são capazes de desenvolver. Ao mesmo tempo, não foi fácil fazer essa pesquisa: foram alguns meses de sofrimento até que aprendesse a ter certa frieza para não voltar para casa tão dolorida como no início do trabalho de campo. Esses meninos e meninas, que antes eu às vezes nem enxergava, começaram a tornar-se números, estatísticas e, depois, tornaram-se pessoas que eu conhecia, as quais sabia o nome, a idade, onde moravam, suas histórias, seus jeitos e hábitos. A cada dia de chuva e/ou frio ficava pensando: “Onde será que o fulano tá? Será que ele comeu hoje?”. Isso ocorria especialmente com aqueles que se fixavam perto de minha casa me tocavam mais, pois sua presença era mais contínua e forte. Foi uma experiência para além de estudos e teorias. A situação de rua, para mim, agora tem outro sentido: um significado que me aproxima, mas que também me afasta e me leva para outros e novos caminhos...

1.1 Um olhar (entre tantos) sobre a rua

Minha intenção é construir, ao longo dessa dissertação, um olhar para a situação de rua vivida por estes meninos e meninas, entendendo-a como *uma* forma de se organizar socialmente. Busco evidenciar como, neste espaço ou cultura, se vive, se exerce e se reproduz um determinado tipo de relação familiar. De fato, acredito que devem ser oportunizados meios para que as crianças e os jovens que vivem em situação de rua possam ter outras condições de vida, uma vez que, na sua maioria, foram impelidos para as ruas pelas profundas desigualdades sociais existentes em nossa sociedade. Porém o que quero com esta pesquisa em particular não é produzir prescrições para tirá-los das ruas ou para mudar suas

condições de vida *a priori* e, tampouco, fazer uma avaliação *stricto sensu* dos programas e políticas desenvolvidos para esses fins. De outra forma, quero considerar que estes/as meninos e meninas constituem (fazem parte de) uma população com formas diferenciadas de se organizar e viver, para então tentar entender suas formas de viver a família e de se relacionar com ela. Busco discutir de que forma entendem e vivem suas relações de parentalidade e filialidade e como dialogam (ou não) com as concepções de família que direcionam o Serviço de Educação Social de Rua, atualmente Ação Rua, da FASC⁴.

A partir da noção de que a cultura é um campo de disputas pelo poder de significar e de dar sentido às coisas e modos de ser e viver (SILVA, 2003), é possível pensar numa produção de maternidade culturalmente aceita (MEYER, 2003a), bem como numa família culturalmente aceita. Ou seja, não existiria, desde essa perspectiva, uma forma *a priori* ‘correta’ de constituir e viver a família; esta forma é construída histórica e socialmente através de significados atribuídos à maternidade, à paternidade e à filialidade. Assim, entende-se a maternidade/paternidade como um construto cultural e uma marca de gênero, na medida em que determinados discursos posicionam diferentemente homens e mulheres e instituem a maternidade como sendo constitutiva da vivência da feminilidade (MEYER, 2003a). Nessa direção, a política pública estudada foi tomada como uma instância pedagógica que, ao intervir no funcionamento familiar, ensina crianças, jovens e adultos a viverem em família de determinadas formas.

Foi possível perceber que os serviços de atendimento à situação de rua que visitei buscam, em primeira instância, produzir condições para que esta vivência seja eliminada ou reduzida ao mínimo possível. Há um grande investimento educativo para que eles/as queiram mudar de vida, ao mesmo tempo em que se tenta criar outras possibilidades para suas existências. Para isso, o discurso marxista de redução das desigualdades sociais e o da transformação da sociedade, tomando como referência a Pedagogia Libertadora proposta por Paulo Freire, constituem-se como pano de fundo das ações realizadas pelo Serviço de Educação Social de Rua, ora Ação Rua, e dos trabalhos que encontrei tratando desta temática.

Aqui cabe apontar uma questão importante. A literatura por mim encontrada sobre a temática ‘meninos de rua’ é bastante datada. Um grande número de trabalhos e pesquisas voltados para/sobre esta população surgiu no final da década de 80 e no início dos anos 90 do século XX. Não conseguindo entender que condições possibilitaram essa proliferação de pesquisas acadêmicas nesse período em particular, precisei recorrer a essas produções para

⁴ Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre

entender por que a infância em situação de rua se tornou um problema social e governamental especialmente a partir da década de 1980, no Brasil.

Cheguei a algumas possíveis respostas. Até meados da década de 1980, o Brasil ainda passava pelo regime militar. Durante este período, e pode-se dizer que desde o crescente processo de urbanização nos países ocidentais, havia meninos e meninas vivendo parcial ou totalmente nas ruas. As instituições que tratavam desta questão eram, em sua maioria, não-governamentais, existindo instituições correcionais mantidas pelo governo para menores infratores (esse era o termo utilizado). De qualquer forma, a questão das crianças abandonadas ou nas ruas pouco foi trabalhada nesse período. Fúlvia Rosemberg (1995), apoiando-se em outros estudos, afirma que não há textos acadêmicos, governamentais ou jornalísticos que falem dessa população até o final da década de 1970. E especialmente o termo ‘meninos de rua’ surge em 1979, no Brasil, com a publicação da pesquisa *Meninos de rua: valores e expectativas dos menores marginalizados de São Paulo* (FERREIRA, 1979)⁵. Até então tratava-se mais da questão do ‘menor’, do ‘abandonado’, do ‘pivete’ e do ‘marginal’. Tal estudo, pioneiro na área, propiciou o crescimento da produção, nesse campo, em cerca de 300%, nos anos 80 em relação ao período 1975-79 (Reis e Prates, 1999).

Com o processo de redemocratização do país, começaram as discussões acerca da Constituição Federal (promulgada em 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, terminada e aprovada em 1996) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, aprovado em 1990). Este último, substituindo o antigo Código do Menor, fomentou um grande número de produções voltadas para os problemas das crianças e dos adolescentes brasileiros, sobretudo daqueles em ‘piores’ condições de vida⁶. Além disso, as discussões em torno do ECA geraram uma efervescência na sociedade, uma vez que se acreditava que com uma legislação de alto nível (das mais avançadas do mundo) fosse possível resolver os problemas de não-escolarização, trabalho e exploração infantil, maus-tratos e abandono.

Após as conquistas desta legislação e da frustração com as poucas mudanças efetivas propiciadas por essas leis, parece haver uma ‘saturação’ deste tema, diminuindo muito a produção em meados da década de 1990⁷. Entendo, então, que as discussões – empreendidas

⁵ Essa data é contestada por alguns autores e autoras afirmando que Dom Pedro II teria criado uma instituição para meninos de rua. Porém, não encontrei essa informação em lugar algum.

⁶ Vide, por exemplo, Rizzini (1993), NEPI (1989), Dimenstein (1994), Pilotti e Rizzini (1995), Dallari e Korczak (1986), Reis et al (1997), Secretaria do Menor (1990), Craidy (1998), Gregori (2000), Alves-Mazzotti (1997), Becker (1994), Silva et al (1998), Rosa (1999), Macedo e Brito (1998), Maciel et al (1997).

⁷ A produção maciça na área da Educação sobre o tema meninos de rua vai de 1980 a 1990. É claro que não se deixou de pesquisar o tema, porém houve um declínio na produção. Na área da Psicologia ocorre um *boom* a partir de meados da década de 1990, que diminui um pouco no início dos anos 2000.

não só no Brasil, mas de um modo geral com a criação da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, em 1989 – contribuíram muito para transformar a situação de meninos e meninas vivendo nas ruas num problema social (FONSECA, 2004). O ECA, entretanto, produziu mudanças importantes no modo de abordar o problema, impossibilitando o recolhimento⁸ (prática comum antes das discussões sobre os direitos das crianças), que passa a ser entendido como uma violência praticada contra crianças e adolescentes⁹.

Esse discurso da violência ou da violação de direitos está muito presente na área da Assistência Social, que trabalha fortemente ligada aos conceitos e pressupostos jurídicos. Porém penso que esta forma de entender a situação de rua oblitera as potencialidades e a produtividade desse espaço, já que muitas vezes as meninas e meninos não entendem a rua dessa forma. De alguma forma, cria-se com isso um problema de ‘idioma’, pois não há um compartilhamento de significado entre equipamento de assistência social e usuários/as.

Boa parte das informações do Serviço sobre a situação de rua têm como fonte um relatório de uma grande pesquisa sobre o assunto realizada nos municípios da Grande Porto Alegre. Ele foi a base para a elaboração do novo projeto de atendimento, o Ação Rua. Entendendo a relevância desse relatório dentro da assistência social no município, bem como na minha trajetória no processo de construção do objeto de investigação, visto que ele foi meu primeiro contato com a situação de rua em Porto Alegre, apresento alguns dados produzidos pelo relatório *Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre*¹⁰.

A pesquisa procurou cadastrar todas as crianças e jovens que encontrou nas ruas na Grande Porto Alegre (Granpal), num trabalho de campo que durou três meses. Foram 637 cadastrados em Porto Alegre, representando 77% do total de cadastrados na Granpal. A capital gaúcha também apresenta o maior número de meninas nas ruas: 23% do total de cadastrados são meninas. Elas ainda são minoria, mas considerando que o índice de “feminização da rua” (GRANPAL, 2004) nas cidades da Granpal é de 10%, pode-se apontar uma diferença relativamente ao sexo na população infanto-juvenil de rua de Porto Alegre.

⁸ Este termo tem relação com o entendimento de infância que possibilitava a ação. Quando se recolhe algo, o que é recolhido sofre uma ação mas não age, fica a mercê da ação de outro. Com a noção de criança enquanto sujeito de direitos, reconhece-se que ela age e pode agir; mais ainda, que ela pode decidir sobre suas ações.

⁹ Utilizo o termo adolescente por estar na legislação, porém não trabalharei com esta categoria, uma vez que ela tende a trazer aspectos psico e biológicos para caracterizá-la e delimitá-la. Para uma discussão sobre essa questão, vide Fraga (1998).

¹⁰ Essa pesquisa foi feita pela Fasc junto com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com alguns consultores das áreas da Educação, da Psicologia e da Antropologia (GRANPAL, 2004).

Pelos dados do relatório, as crianças saem de casa em média com 9,5 anos de idade, sendo que, conforme as informações obtidas, elas vão para as ruas com idades que variam entre 4 e 14 anos. A partir desse mesmo material, pode-se inferir que o processo de ida para a rua não foi estancado pelas políticas públicas, uma vez que há um número considerável de crianças e jovens que saíram de casa há menos de um ano.

Quanto às famílias e suas relações, ao contrário do que se pensa majoritariamente sobre as famílias deste grupo, 78,3% disseram ter e conhecer o pai, enquanto 95,2% responderam ter e conhecer a mãe. Também foi perguntado a eles/as sobre quem consideram membro da sua família¹¹: 48,8% deles/as disseram que o pai faz parte da família, e para 81,5% a mãe é considerada como tal.

Quando se questionou sobre padrastos e madrastas, 44,1% consideraram o padrasto como membro da família, e 24,2% moram com ele. Já em relação às madrastas, 14,8% as vêem como da família e nenhum mora na mesma casa que ela. Esses números trazem uma questão relevante sobre as famílias de meninos e meninas em situação de rua. Pode-se dizer que ser da família e ter alguma responsabilidade de cuidado perante as crianças não são a mesma coisa, e um não está diretamente ligado a outro. A responsabilidade do cuidado dos/as filhos/as coloca-se culturalmente como um dever da mulher, mas não é qualquer mulher que o exerce. É necessário que seja uma mulher com um vínculo consanguíneo com a criança cuidada, já que nenhum/a entrevistado/a refere viver com a madrasta. Dessa forma ela acaba não sendo requisitada a responder pela criança ou jovem diante dos serviços da assistência social ou até mesmo da escola. Assim, é comum que não só a mãe, mas tias, avós – maternas e paternas – dêem conta da criação de seus filhos e filhas em redes de solidariedade feminina, como aponta Cláudia Fonseca (2004b).

Irmãos e irmãs, junto com a mãe, são os familiares mais tomados como fazendo parte do núcleo familiar: 98,4% dizem ter irmãs/ãos, 73,4% moram com os irmãos e irmãs, e 77,4% os consideram como integrantes da família. Esse laço afetivo-social, agregado à relação com a mãe, constitui uma das grandes referências para estes meninos e meninas em situação de rua.

Também segundo o relatório, 73,8% das crianças e jovens voltam para casa quase todas as noites para dormir. Esse ‘dado’, relativo ao grande número de crianças e jovens que retornam para casa quase todas as noites, rompe com a lógica do ‘menor abandonado’ e da ‘criança sem família’ que circula(va) no imaginário social sobre estas meninas e estes meninos.

¹¹ A pergunta foi feita de forma semelhante a essa: O teu pai faz parte da tua família? Ou: A tua mãe faz parte da tua família? Com isso, buscou-se ver quem esses meninos e meninas consideram como sendo da sua família.

As atividades realizadas na rua variam de acordo com a idade, sendo as mais recorrentes trabalhar, pedir e brincar, comumente ocorrendo ao mesmo tempo e no mesmo espaço. O brincar está bastante presente quando se pergunta sobre as atividades realizadas na rua às crianças menores de sete anos, que normalmente acompanham adultos nas suas tarefas na rua.

Quanto à escolarização, apenas 4,4% dizem nunca terem ido à escola, e 64,1% dizem ainda freqüentá-la. Especialmente com a Escola Porto Alegre¹² (EPA), esse número vem aumentando, o que é justificado pela flexibilidade e especificidade com que essa escola trata seus/suas alunos/as.

Em relação ao que o relatório chama de auto-representação, 72,5% não se consideram ‘menino de rua’, visto que este ‘ser menino de rua’ significa: não ter casa/morar na rua, algo ruim/humilhante, passar fome, ser discriminado. Ou seja, estas meninas e meninos considerados em situação de rua pelos programas e políticas não se re-conhecem como sendo *meninos de rua*, quando se considera o conjunto de sentidos que o termo carrega nesses documentos oficiais. Há, assim, uma resistência em ser colocado nesse grupo tão marginalizado, ao mesmo tempo em que, de forma geral, a sociedade os enxerga dentro desta categoria social. Resistindo, então, a esta classificação, eles explicam a sua permanência nas ruas principalmente pela necessidade de ajudar em casa e arrumar dinheiro.

Isso é operacionalizado no Serviço de forma diferente. Ali, as crianças atendidas são separadas em dois grupos: as crianças ‘na’ rua, que utilizam a rua como forma de sobrevivência (denominada rua-sobrevivência) e as crianças ‘da’ rua, que utilizam a rua como moradia (denominada rua-moradia)¹³. Estas diferenças fazem com que as crianças em situação de rua-sobrevivência tenham um encaminhamento bastante diferenciado daquelas que moram na rua. Entende-se que, em algum momento, as crianças que se utilizam da rua para conseguir dinheiro retornem para as famílias para contribuir financeiramente.

Esse relatório, como já disse anteriormente, foi bastante importante em minha trajetória nesta pesquisa. Através dele, pude tomar contato com a situação de rua, saber dos horários em que mais facilmente se encontram meninos nas ruas (o horário da tarde é

¹² A Escola Porto Alegre foi construída em 1995 e funciona desde então no centro da cidade como parte dos serviços do Programa de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua – PAICA-Rua. Essa rede foi desarticulada aos poucos, mas alguns serviços, como a EPA, permanecem até hoje. Ela se pretende uma escola especializada em atender às crianças e os jovens em situação de rua, buscando a formação do vínculo e o “acesso ao conhecimento elaborado historicamente pela humanidade” (REIS e MAZZAROTTO, 2002, p. 48)

¹³ Para uma problematização dos termos conferidos as crianças e jovens em situação de rua vide Reis e Prates (1999). Optei pela denominação ‘meninos e meninas em situação de rua’ pois entendo que ela abarca aqueles e aquelas que moram ou se utilizam da rua para viver, assim como tenta retirar o estigma criado em outras denominações.

privilegiado inclusive nas pesquisas de contagem de meninos e meninas em situação de rua), das dificuldades em achá-los nos períodos de chuva ou frio. Mesmo sendo informações de caráter mais quantitativo do que qualitativo, foram úteis para situar-me dentro desse universo tão desconhecido. Assim, procurei estar no Serviço mais tempo no turno da tarde do que no da manhã. Bem como saber da dificuldade para encontrá-los em dias frios ajudou-me a estabelecer meu cronograma de forma que ficasse, no campo, um período curto de tempo durante o inverno.

2 A trilha do campo

É preciso dizer, antes de qualquer coisa, que essa trilha não existia *a priori*, esperando minha chegada no Serviço. Ela foi construída por mim e por meus/minhas informantes, bem como pelas leituras e pelos meus orientadores. Ao mesmo tempo em que ia construindo esse caminho, ele também ia me constituindo enquanto pesquisadora/educadora social/pedagoga. Nesse momento relato como organizei e desenvolvi o trabalho de campo. Trata-se mesmo de contar como conheci esse espaço e como me organizei dentro dele.

Durante o período em que realizei o trabalho de campo, aconteceram mudanças significativas no atendimento do Sesrua, entre elas a substituição de um projeto de trabalho por outro. Assim, nesta primeira parte, conto brevemente essas mudanças para, então, descrever o funcionamento do Serviço e como foi a implementação do Ação Rua na equipe que acompanhei.

Quando iniciei o trabalho de campo em novembro de 2006, inseri-me num serviço da Prefeitura de Porto Alegre, o Serviço de Educação Social de Rua ligado à Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fase). Iniciei o campo preocupada em ter subsídios para escrever a proposta, porém acabei ficando lá até julho de 2007. O Sesrua localizava-se no centro da cidade, mas num lugar de menor circulação, próximo à rodoviária, onde há muitos galpões de reciclagem, tráfico de drogas e prostituição. Nos primeiros dias, eu tinha bastante receio de ir até lá. Isso fica evidente em meu primeiro diário de campo:

Peguei o ônibus para ir até o serviço, era fim de tarde. Quando apertei a campainha para descer na parada da Farrapos, senti o olhar das pessoas imaginando o que uma moça como eu estaria fazendo nessa zona. Ao mesmo tempo ia dizendo para mim mesma 'este é teu novo local de trabalho, vai te acostumando'. (Diário 1 – 09/11/06)

A Avenida Farrapos é uma das vias de maior comércio da cidade e nela pode-se encontrar quase de tudo. A Farrapos, como é chamada, inicia na entrada da cidade e leva até o Centro rapidamente. Ao chegar próximo ao Centro, aumenta o número de casas noturnas e de shows eróticos para adultos. Meu receio, pela hora que eu estava chegando ali, era de que pensassem que eu estava indo trabalhar como dançarina ou algo do gênero em um desses lugares. Essas sensações foram produzindo o meu estar lá como um incômodo. Para dimensionar o tamanho de meu receio e de minha desconfiança nesse lugar, como sairia do Serviço mais tarde ainda, combinei com meu namorado (um homem, que talvez pudesse me proteger...) que eu daria um toque em seu celular quando saísse de lá e, se não chegasse a sua

casa em 30 minutos, era para me ligar, pois estava certa de que algo poderia acontecer naquela vizinhança. Esses sentimentos podem ser pensados como uma dificuldade, um temor em conhecer esse lugar. O conhecimento sobre a vida na rua e, especialmente, o local do Serviço, colocaram-se como conhecimentos inacessíveis pelo perigo que representavam para mim, não suportava conhecê-los (BRITZMAN, 1996). Foi necessário abrir o ‘quarto escuro’, onde guardamos os medos e preconceitos, e trabalhar com eles sob o holofote do trabalho de campo. Durante esse primeiro período, eu era o outro nessa relação; precisei rever valores e despir-me de alguns dos medos e preconceitos que me rondavam. Aos poucos, fui acostumando-me e encontrando formas de chegar lá que me deixavam mais à vontade, enquanto ia mudando o modo de olhar e de entender aquela região. Quando já estava mais próxima das pessoas que trabalhavam ali, muitas vezes o motorista me deixava perto de casa, já na volta das abordagens.

Essa atitude, e ainda outras, demonstra o modo como fui acolhida pelas pessoas. Uma delas me dizia que talvez eu pudesse ajudá-los a compreender situações que não faziam sentido para eles/as. Fiquei bastante satisfeita, pois ouvia falar muito da resistência dos serviços públicos em aceitar pesquisadores/as.

Menos de um mês depois de eu estar freqüentando o Serviço, foi encontrada na base¹⁴ uma ninhada de ratos. Houve uma comoção muito grande na equipe e a responsável pelo Serviço aumentou as investidas na Fasc para agilizar a mudança de espaço físico, a qual ocorreu apenas no final de fevereiro de 2007.

Assim, quase três meses após o incidente com os ratos – que não foi o único – a base foi deslocada para o miolo do centro da cidade. A mudança foi encarada como uma possibilidade de qualificação do trabalho desenvolvido, já que o espaço anterior tinha as paredes escuras e úmidas, o chão de madeira rangia e as janelas não fechavam. A sensação era de estar entrando numa casa mal-assombrada¹⁵.

O novo lugar tem paredes e piso brancos, andar alto (8º andar), janelas que vão de uma ponta a outra da maior parede da sala. De algumas salas (a das técnicas, a ‘cozinha’ e um outro espaço que ainda não tem mobília) se podia ver o Lago Guaíba, o porto e o Mercado Público. Era animador!

Há na reiteração da qualidade desse espaço uma separação de onde se pode e onde não se pode trabalhar, ou melhor, ao lado de quem se pode ou não trabalhar. Não há dúvidas de

¹⁴ Base é a forma como funcionários/as desse serviço se referem a sede em que trabalham.

¹⁵ Havia muitas histórias sobre vultos que apareciam na casa. A história mais corrente era de um policial que havia morrido na casa e que assim, ele continuava circulando por ali.

que em termos de infra-estrutura para o Serviço houve um salto enorme, apesar de o novo endereço não ter o ponto de rede da Procempa, fundamental para o trabalho desenvolvido. Porém, o fato de estar ao lado de um galpão de reciclagem de onde vinham ratos, perto de pontos de tráfico e de prostituição trazia algum mal-estar para as/os funcionárias/os do Serviço. Notei uma diferença bastante grande no tempo em que ficavam na base antes e depois da mudança. Na rua Voluntários da Pátria (antigo endereço), rapidamente se ia para a rua e o trabalho interno ficava um pouco pendente. Já no De La Pieve (prédio onde se encontra a base atualmente), a combinação entre trabalho externo e interno estava mais harmônica. Entretanto há que se pensar: a mudança melhorou exatamente a vida de quem? Na base antiga muitos/as meninos/as rondavam a casa, conversavam com educadores/as no portão, ficavam de olho em quem entrava etc. Na base nova, o Serviço ‘some’, se perde no meio de tantas outras salas, de trabalhadores/as, não sendo mais possível o tipo de acesso que os guris e gurias tinham anteriormente. Ao mesmo tempo, basta descer e ficar na porta do prédio para enxergar meninos e meninas conhecidos, embora não sejam os mesmos de outrora, na antiga base.

Foi nesse espaço que um novo projeto viria substituir o Sesrua. O Ação Rua foi implementado oficialmente em 20 de março de 2007 pela administração José Fogaça, ampliando o convênio da Prefeitura com entidades sociais. O projeto mexeu nas bases do antigo Serviço ao descentralizar o atendimento. Até então, o Sesrua atendia todas as regiões da cidade. Atualmente, o Ação Rua conta com 11 núcleos que trabalham em dez regiões diferentes. Em cada uma delas há um núcleo conveniado trabalhando, com exceção do núcleo-centro, onde há um núcleo próprio – formado por funcionários da Prefeitura – e um núcleo conveniado¹⁶. Esses dois núcleos trabalham na mesma base, atendendo de forma conjunta os meninos e as meninas em situação de rua. Foi junto a eles que assentei minha pesquisa. É importante dizer também que esse núcleo conjunto é referência para as outras equipes. Ser referência traz muitas cobranças para a equipe: Ministério Público (MP), Conselho Tutelar (CT), Fasc e população estão sempre observando as ações ali desenvolvidas.

No Sesrua, a partir de julho de 2006, entrou em vigor um convênio entre a Prefeitura e o Lar Dom Bosco (LDB), instituição salesiana que trabalha há mais de 20 anos no atendimento a crianças em situação de rua. Com esse convênio, foram contratados três educadores/as e duas assistentes sociais pelo LDB que trabalhavam diretamente no Sesrua.

¹⁶ Utilizarei o adjetivo *próprio* ou *conveniado*, e suas respectivas flexões de número e gênero, para referir quando um/a funcionário/a é concursado, lotado na Fasc, ou celetista conveniado, lotado na entidade responsável pelo núcleo-centro, a Aicas.

Com a implementação do Ação Rua, o convênio foi rescindido e as novas entidades conveniadas passaram a ter quatro educadores/as, dois técnicos (no caso do núcleo-centro um psicólogo e uma assistente social) e uma coordenadora de núcleo.

Durante todo o período, posso dizer que tive mais contato com as pessoas conveniadas do que com as do núcleo próprio. Olhando numericamente, das 21 saídas para abordagem¹⁷ que realizei, em 19% eu estava acompanhada apenas por pessoas do núcleo próprio e em 52% eu tinha a companhia somente de educadoras/es conveniados. Isso pode ser explicado pelo fato de muitas pessoas terem sido realocadas em outros departamentos da Fasc sem a vinda de outra pessoa para o seu lugar. Também corrobora para este tipo de resultado o fato de muitos educadores e educadoras do núcleo próprio entrarem em Licença Saúde. No último mês de trabalho de campo, havia sete mulheres no núcleo próprio, sendo que quatro delas estavam grávidas, entrando em licença por cuidados ou problemas na gestação. A gravidez é colocada dentro do Serviço como um impeditivo para as saídas de abordagem, já que nunca se sabe o que pode acontecer na rua (gurus agressivos, “loloizados”¹⁸...).

O antigo Sesrua tinha como objetivo trabalhar com meninos e meninas em situação de rua, buscando promover “o desejo destas [crianças] de sair das ruas, inserindo-as na rede municipal de atendimento, promovendo a garantia de direitos e inclusão social” (PORTO ALEGRE, 2004, p.1). Já o Ação Rua explicita que seu objetivo é “propor alternativas de alteração à situação de rua vivenciada por crianças e por adolescentes que têm nela seu espaço de moradia e/ou sobrevivência [...] visando a garantia de direitos e inclusão social” (PORTO ALEGRE, 2006, p. 7). Mesmo sendo esse último mais amplo, ele também requer uma maior mobilização de políticas e agentes da assistência social para que se concretize tal proposta. Uma diferença substantiva a partir dessa ampliação dos objetivos é a colocação da família como foco de ação para que se consiga alterar a situação dessas crianças.

Dentro do Serviço, os instrumentos não mudaram muito. O que se modificou, como relato a seguir, foram os modos de entender e lidar com esses instrumentos. Assim, são realizadas abordagens nas ruas da capital gaúcha. Essas abordagens compreendem o processo de aproximar-se da menina ou do menino em situação de rua de forma a viabilizar um diálogo

¹⁷ Tratarei do que são as abordagens a seguir.

¹⁸ Esse termo é utilizado para designar quando os meninos estão drogados. Como durante muito tempo o consumo de loló era muito intenso, produziu-se a expressão loloizados. Mesmo que atualmente a droga mais utilizada seja o crack é possível ouvir as pessoas dizendo que um menino estava loloizado sem ter utilizado a loló.

e tentar inseri-lo nos serviços de atendimento existentes¹⁹. Um dos educadores com quem conversei descreve o que pensa das abordagens:

Eu acho que invés de abordagem devia se chamar aproximação, eu acho muito agressiva essa palavra abordagem. [...] tu se aproximar dessa gurizada, tu conversar e baseado na amizade, né, numa conversa mais harmônica possível tu poder construir uma alternativa pra eles saírem dessa situação de rua. (Entrevista Júlio – educador social – núcleo próprio)

Porém esse conceito não é amplamente compartilhado pelas pessoas que trabalham no Serviço. Há disputas em torno da significação do que seja abordar, contudo, concretamente, a abordagem materializa-se na aproximação do menino ou da menina, na coleta de informações sobre ele/a e na criação de uma relação de confiança. Mas não é só quanto à abordagem que existem disputas; quase todo o trabalho é pensado diferentemente pelos membros que compõem o atendimento desse equipamento. As duas reuniões de grupo das quais participei evidenciavam isso, visto que a pauta era a dificuldade de entendimento comum sobre o serviço e a falta de clareza sobre os fluxos de atendimento.

Após a abordagem, faz-se um Roteiro Inicial de Estudo de Caso (RIEC)²⁰. Trata-se de uma ficha a ser preenchida cada vez que se aborda um/a menino/a nova/o. Após a abordagem, o/a educador/a recolhe as informações dadas pela criança e tenta obter outras junto ao CT, à escola e ao módulo de assistência da região de origem do menino ou da menina. É com ele que se ‘abre’ a pasta da criança ou do jovem e na qual se tenta entender o percurso de vida desse sujeito. O Riec é repassado, então, para as assistentes sociais que, através das informações obtidas pelas/os educadoras/es, dão seguimento ao acompanhamento, fazendo visitas domiciliares ou reuniões de estudo de caso no módulo de origem ou, ainda, entrando em contato com o CT e o MP para buscar a aplicação das medidas cabíveis (internação, abrigagem...). Após isso, o Riec é passado para a auxiliar administrativa que o digita, criando uma pasta da criança no computador. Os Riecs também deveriam ser inseridos no cadastro eletrônico da Grande Porto Alegre, porém, devido à mudança para um local em que não havia ponto de rede da Procempa, até o início de julho de 2007 não se tinha acesso ao cadastro da Granpal, atualmente chamado de Redepra (Rede de Proteção). De qualquer modo isso estava sendo providenciado, com algumas partes já concluídas. Especialmente através desse cadastro eletrônico, é realizado um cruzamento com outros roteiros (se existirem) de pessoas da mesma família.

¹⁹ O Lar Dom Bosco e o Acolhimento Noturno eram os mais utilizados. Porém outros mecanismos eram colocados em operação como tratamentos de saúde, abrigamentos, fazendas terapêuticas, clínicas, além do Ministério Público (MP) e do Conselho Tutelar (CT)

²⁰ Esse roteiro encontra-se em anexo nesta dissertação.

Existem dois tipos de abordagem: as iniciais, ou solicitadas, e as sistemáticas, ou planejadas. As primeiras são realizadas mediante solicitação da população por telefone, as sistemáticas são feitas em locais mais tradicionais da cidade e servem para o acompanhamento das crianças e adolescentes já atendidos. Isso não significa que não sejam abordados casos novos em lugares ‘sistemáticos’. Com a implementação do Ação Rua, está prevista a instalação de uma central telefônica com um 0800²¹ e uma telefonista. Dessa forma, as solicitações seriam centralizadas através do telefone e descentralizadas por região mediante o contato da telefonista com a base específica.

A partir dos materiais produzidos através das abordagens, são montados estudos de caso²² com base em três eixos: oral (das abordagens), familiar (procura pela família) e institucional (lugares/instituições pelas quais a/o criança/jovem passou). Para tanto, o trabalho está articulado com o do Conselho Tutelar, do Juizado da Infância e da Juventude e do Ministério Público. O estudo de caso pretende orientar o melhor encaminhamento da criança visando ao seu retorno à comunidade de origem ou a inclusão nos serviços especializados. Esse, de fato, é o objetivo do Serviço. A maioria dos/as técnicos/as entrevistados/as descreve a criação do vínculo e a construção de um novo projeto de vida com a retomada da família ou a abrigagem como o objetivo do Sesrua/Ação Rua.

Dentre as minhas estratégias metodológicas, o acompanhamento das abordagens se constituiu tarefa importante, porém utilizei outros recursos como entrevistas e análise de documentos: o projeto do Sesrua e do Ação Rua, as pastas dos/as usuários etc. Muitas das informações que obtive sobre o trabalho realizado no Sesrua provêm de conversas informais com educadoras, assistentes sociais e as duas gerentes que conheci nesse período (em outubro de 2006, houve uma substituição na gerência do Sesrua), bem como fruto de minha vivência nesse lugar. Assim, não tenho registros organizados de tudo, uma vez que os primeiros contatos foram realizados ainda no primeiro semestre de 2006. Porém, de forma sistemática e mais efetiva, fui inserida no Serviço – como já havia dito – em novembro 2006, sendo apresentada pela gerente como fazendo parte da equipe e com livre acesso aos materiais e atendimentos que o Sesrua realiza.

Na última semana de novembro de 2006, comecei a sair junto com a equipe da tarde para fazer abordagens. Desde os primeiros dias, senti muita dificuldade em ficar ‘apenas’

²¹ As chamadas para números 0800 são gratuitas. Costumeiramente são utilizadas para Serviços de Atendimento ao Consumidor de grandes empresas ou, nos casos governamentais, para disque-denúncia ou informações importantes como saúde e imposto de renda.

²² O Estudo de Caso realizado no Serviço está ligado às metodologias psicopedagógicas de análise do todo de uma situação e de suas relações com o meio.

observando, começando, então, a participar de forma efetiva das abordagens realizadas. Entendo que essa dificuldade está imbricada com as posições de sujeito que ocupo enquanto professora-pesquisadora. Minha formação está pautada na intervenção, talvez daí a dificuldade em colocar-me enquanto observadora de uma situação sem interferir diretamente.

Até fevereiro de 2007, ficamos na base antiga, em plena Voluntários da Pátria. O calor era intenso e precisávamos levar muita água para sair para as abordagens, que normalmente se davam por alguma solicitação. Assim, íamos direto para o local informado. Algumas vezes parávamos onde víamos crianças pedindo, dormindo ou vendendo alguma coisa. Ocorre que, no período de férias escolares, o número de crianças nas ruas aumenta bastante, impossibilitando conversar com todas elas. Essa dinâmica de parar quando se encontra crianças não é feita sempre assim e depende muito da forma como cada educador/a entende a abordagem e o seu propósito. Isso também varia de acordo com a disposição das pessoas naquele dia. Havia dias em que o calor e outros fatores profissionais e pessoais dificultavam as aproximações com os meninos e meninas. O fator de disposição, de ‘estar a fim’, de ‘estar disposto a’, mobilizava, ou não, as abordagens sistemáticas. Com a ida para o miolo do centro da cidade e com a regionalização do atendimento, parte das abordagens sistemáticas passou a ser feita a pé nesta região: rodoviária, Rua dos Andradas, Praça XV de Novembro... Também houve uma mudança no modo de entender o trabalho das abordagens sistemáticas, percebendo a necessidade de um acompanhamento dos casos atendidos. É fundamental dizer, ainda, que o tempo quente interfere diretamente no trabalho. Tive a impressão de que as/os profissionais estavam bastante mais dispostas/os no período entre abril e julho do que entre dezembro e março.

Junto com a equipe, vai o ‘celular da rua’, onde é feito o ‘siga-me’²³ do número do Sesrua, permitindo que a população fale diretamente com quem está na rua, fazendo as abordagens. Às vezes o próprio pessoal que trabalha no Serviço liga fazendo alguma solicitação e é através deste telefone que se resolvem os problemas encontrados – necessidade de chamar o CT, avisar o Oficial de Proteção sobre o paradeiro de um menino com Mandato de Busca e Apreensão etc. Há dias em que quase não entram solicitações²⁴, mas há outros em que o telefone toca constantemente. A impressão é de que os meninos ora ficam invisíveis e ora ficam muito perceptíveis. Há alguns fatores climáticos que interferem na visibilidade da

²³ O *siga-me* é um recurso telefônico em que um número (seja de telefone fixo ou móvel) é desviado para outro (também fixo ou móvel). Assim, ao discar para o primeiro, a ligação é desviada para o número escolhido pelo assinante do serviço. Dessa forma, o número fixo do Sesrua era desviado para o celular da rua, fazendo com que as/os solicitantes ligassem para o primeiro sendo atendidos no segundo.

²⁴ Esse é o modo como educadores/as e técnicas se referem às solicitações: elas entram na pauta do dia.

situação de rua: a chuva e o frio mobilizam a sociedade a tentar fazer alguma coisa, assim como o calor excessivo. No frio, eles costumam estar desagasalhados e, no calor, muitas vezes ficam de moletom dormindo no sol. Esse tipo de situação choca e incomoda os transeuntes, criando uma sensação de piedade e culpa. Henrique, um dos educadores conveniados, em certa ocasião relatava-me as ligações de solicitação que ele atendia. Essa conversa foi descrita num de meus diários de campo:

Henrique comentava que as pessoas são mal-educadas, grosseiras e se referem aos meninos como estorvos assustadores, pedindo para recolhê-los das ruas. Referiu um caso particular de uma mulher que ligou solicitando que fossem recolher crianças em frente ao shopping Moinhos. Disse que estava filmando o caso e que, se não fossem, ela enviaria a fita para a RBS. [...] Ainda outra disse que pagava impostos e que não queria “uma favela na porta de casa”. Uma professora municipal falou sobre os “meninos fedorentos” que circulavam na vizinhança e que falaria com o prefeito. (Diário 14 – 01/03/2007)

Assim, não é só culpa e piedade que mobiliza as pessoas a ligarem para o Serviço; há também um sentimento de medo e esses indivíduos são vistos como um transtorno, um estorvo, alguém que nos incomoda e que nos aponta constantemente as falhas e as desigualdades de nossa sociedade. Esse outro parece estar sempre à espreita procurando um momento para nos constranger: dormindo no chão no frio, dizendo que está com fome no horário do meio-dia, sentado na calçada debaixo de chuva...

Numa de minhas primeiras conversas com a gerente do Sesrua, foi-me dada a possibilidade de acompanhar as assistentes sociais em visitas domiciliares às famílias das crianças atendidas. Na época, isso me pareceu uma possibilidade, mas já no momento da qualificação da proposta entendia que isto seria bastante importante na composição do meu campo. Como me sentia atrapalhando, especialmente as técnicas do núcleo próprio, com quem essa sensação pouco mudou, tive dificuldade em dizer claramente que queria participar de uma Visita Domiciliar²⁵ (VD). Foi necessário ‘partir pra cima’ e solicitar sem muitos rodeios. Mesmo assim, quase não se faziam VDs, principalmente porque as técnicas próprias estavam envolvidas com um projeto de enfrentamento à suspeita de exploração sexual. Em determinada vez, foi-me dito por uma técnica que havia dificuldade inclusive em conseguir lugar no carro, pois a concorrência para participar de uma VD era grande. Já em meus últimos dias de campo, vi os técnicos conveniados indo para VDs, mas como eram casos novos e que eu não havia conhecido por meio de abordagens, não os acompanhei, já que meu critério para entrevistar e fazer a VD era ter conhecido durante uma abordagem. Como disse acima, teria

²⁵ Mesmo sabendo que Visita Domiciliar se refere a uma inspeção aos utensílios de um domicílio e que o correto neste caso seria Visita Domiciliária, utilizo a expressão corrente nos serviços de assistência social.

feito coisas diferentes se tivesse tempo de retornar a esse campo. Nesse sentido, acredito que a experiência foi de aprendizado sobre o campo e sobre mim mesma dentro dele.

Assim como a VD, fazia parte de meu estudo a análise de alguns documentos do Sesrua, como as pastas de algumas crianças e jovens, o livro de registro das abordagens solicitadas e os projetos, tanto do Sesrua quanto do Ação Rua. Nas pastas dos meninos e meninas, constam informações sobre a história de vida familiar e institucional. A cada abordagem da criança, é feita um evolução na pasta, descrevendo a abordagem e a situação em que se encontrava. Ali constam, ou deveriam constar, todos os encaminhamentos e ‘passos’ do menino²⁶ dentro das instituições de assistência. O cadastro eletrônico da Granpal, a atual Redepro (Rede de Proteção), vem ajudar essa tarefa, já que é possível ver, de fato, todos os passos da criança e de sua família dentro da assistência social de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre. Meu critério para análise das pastas foi o mesmo da VD: ter conhecido a menina ou o menino durante uma abordagem. Dessa forma, analisei 25 pastas. Dessas, cinco são pastas de família. Para ser considerada de família, a pasta precisa ter pelo menos dois irmãos em situação de rua, ou a criança ser acompanhada pela mãe/tia/avó, algumas vezes pelo pai. A capa da pasta tem espaço para o nome da criança, seguido pelo nome do pai e depois o da mãe. Frequentemente o nome do pai está em branco. Nas pastas de família, vem acima o nome da família (ex: Prezzi Fernandes), abaixo o nome da mãe, do pai e os filhos com data de nascimento ao lado. Muitas vezes o nome da família não tem relação com o nome da mãe (filhos/as não têm o sobrenome da mãe) ou do pai (filhos/as não têm o sobrenome do pai). Em algumas capas das pastas de família, não consta o espaço destinado ao pai (até por questão de espaço em função do número de filhos/as). Nessa marcação da pasta de família, pode-se ver claramente um entendimento do que seja família: marcada prioritariamente pelo núcleo familiar biológico. Dentro das pastas, contam-se histórias de pais e filhos, mais especificamente sobre mães e seus filhos. Dificilmente a parentela se constitui como alvo das questões e das histórias produzidas nesses documentos. Mesmo havendo alguma insistência em trazer esses outros sujeitos nas suas histórias orais, como vi nas abordagens, a narrativa acaba sempre retornando ao núcleo pai, mãe e filhos. Assim, fica difícil entender, a partir dos documentos analisados, como a família se organiza na sua rede

²⁶ Utilizo o termo menino visto que, dos 27 casos que acompanhei, retirando os que estavam com a família no momento da abordagem, apenas seis eram meninas. No total geral, são dez meninas contra 21 meninos, retirando, é claro, mães, pais, tias e afins. Essa diminuição de número quando estão sozinhas (note-se que são apenas meninas que estavam com as famílias e que foram retiradas na primeira contagem) é um indicativo de que permanecessem mais em casa, junto à mãe. Acredito, pelas leituras que fiz e pelo que pude acompanhar no trabalho de campo, que esse fato tem relação com o lugar que as meninas ocupam em suas famílias de auxílio nas tarefas domésticas e cuidado dos irmãos e irmãs mais novos.

ampla, bem como as redes de solidariedade formadas entre a parentela, vizinhos e amigos. Ao mesmo tempo em que o discurso da biologicidade da família aparece fortemente, outros discursos emergem dentro do Serviço sobre o que seja família:

[...] hoje assim, tu falar numa família nuclear composta por pai, mãe, e hoje a, a, o conceito de família ta muito amplo, né, que pode ser família pra eles morar com o pai, morar com a mãe, com a vó, com padrinho, ou com alguém responsável (Entrevista Henrique – educador social conveniado)

Por mais que se diga dentro do Serviço que família é mais que o trinômio pai-mãe-filhos, ou que não é só isso, na sua dinâmica de funcionamento, continua-se operando com esse entendimento e colocando em circulação essa noção do que seja família. Ao mesmo tempo, tanto o projeto do Sesrua quanto o do Ação Rua, não definem o que seja família e deixam brechas que fazem com que os operadores/as do Serviço coloquem suas expectativas em circulação. Assim, ocorre o que uma das pessoas entrevistadas chamou de “telefone sem fio”, um desentendimento, ou melhor, uma proliferação de entendimentos que faz com que haja disputas, conflitos e negociações em torno dos significados do que seja família, abordagem, encaminhamento e, até mesmo, de qual seja a função do Serviço.

Voltando ao funcionamento do Serviço, o livro de solicitações, como é chamado, consiste num caderno-ata, no qual já há itens marcados para o preenchimento. Nesse livro são registradas todas as solicitações de abordagem – cada pessoa que liga solicitando uma abordagem terá sua solicitação registrada nesse livro. Com exceção de solicitações duplas (diferentes pessoas solicitando a mesma abordagem no mesmo dia e turno), todas são registradas. Assim, há solicitações que se referem a uma mesma criança, mas em dias, turnos e locais diferentes. Na última vez em que olhei, em junho de 2007, ele estava em mais de 4500 abordagens. Como ninguém soube me dizer quando os registros começaram, procurei na sala dos arquivos o primeiro livro de solicitação. A contagem das solicitações iniciou em 01/08/2002. Através do livro, é possível saber quem fez a solicitação, quando fez, para onde é a solicitação, quem fez a abordagem e qual o encaminhamento. Esse material é utilizado para controle do trabalho realizado – especialmente a quantidade de trabalho realizado – bem como ajuda na hora de fazer as planilhas de abordagem²⁷.

Na volta das abordagens, preenche-se uma ficha chamada ‘diário de campo’, com informações sobre as abordagens feitas, mesmo aquelas que se restringem a conversas num sinal de trânsito fechado. Nessa ficha consta: endereço onde a criança foi abordada, nome da

²⁷ As planilhas de abordagem são feitas através dos diários de campo que cada equipe organiza após a saída para abordagem. A auxiliar administrativa compila esses dados numa tabela do excel. Essa tabela é afixada na sala dos educadores e ali pode se encontrar facilmente o nome, a idade, o lugar, o turno, a microrregião a qual pertence e quantas vezes cada menino/a foi abordado naquele mês.

criança, idade, situação, raça/cor, o tempo/clima e o encaminhamento²⁸. Essa ficha é anexada à pasta da equipe e se transforma em dados mais concretos sobre as abordagens – como as planilhas de abordagem.

Ressalto, novamente, que o clima influencia muito o trabalho de abordagens. O Relatório *Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua Grande Porto Alegre* já indicava isso, e considerei este fator para organizar meu cronograma. Com a chegada do frio e o aumento das chuvas, os meninos e as meninas somem das ruas. Arranjam esconderijos para se proteger do frio, vão para locais de assistência, para casa da família ou de “conhecidos”, como muitos referem, tentando se proteger do mau tempo. Isso não significa que não haja trabalho nesse período; a questão é que há uma diminuição da visibilidade pelo fato de eles se protegerem. Ao mesmo tempo, como já havia comentado, são nessas situações que eles/as também se tornam mais visíveis quando não estão ‘bem’ protegidos.

O Sesrua contava, no momento da implementação do Ação Rua, com seis educadoras e educadores sociais no núcleo próprio e mais três conveniados que se dividiam em três turnos: manhã, tarde e noite, entre as oito e as 24 horas. Nos finais de semana e feriados, revezavam-se em duplas, das nove às 19 horas. Além das/os educadoras/es, havia duas técnicas da Prefeitura e uma conveniada²⁹. São as técnicas que ficam responsáveis pela aproximação com a família da criança, intervindo, se for necessário, junto ao CT e ao MP.

Esse quadro não mudou muito com a implementação do Ação Rua. No final do meu trabalho de campo, quando as coisas estavam mais assentadas, a rotina era quase a mesma. Havia sete pessoas entre educadores/as e técnicos no núcleo conveniado e oito no núcleo próprio. Dessas últimas, como já havia dito, três estavam grávidas³⁰ e às vezes precisavam entrar em licença. Outra educadora conheci somente em junho, pois nossos horários – meu e dela – não correspondiam. As duas técnicas estavam envolvidas num projeto paralelo de enfrentamento da exploração sexual e com isso pouco as via na base, especialmente porque estavam organizando um seminário sobre o assunto, o que tomava bastante seu tempo. Antes de terminar o campo, as duas técnicas do núcleo próprio saíram do programa e por alguns dias

²⁸ Esse diário de campo, bem como o Riec e o livro de solicitações, estava em processo de alteração quando saí do campo. ainda se estudava qual era a melhor forma de construir fichas simples mas com o maior número possível de informações qualificadas.

²⁹ Em janeiro de 2007, uma das técnicas conveniadas saiu do LDB para ir morar em outro estado e desde então sua vaga não foi preenchida. Acredito que o fim do convênio entre o LDB e a Prefeitura que aconteceria a seguir tenha sido o motivo para essa não reposição de vaga.

³⁰ Referi anteriormente que havia quatro grávidas, porém uma delas trabalha como assistente administrativa, não entrando no cálculo de educadoras.

o Serviço funcionou apenas com os técnicos³¹ conveniados. Em meu último dia, havia uma reunião de apresentação do local para as novas técnicas que tinham acabado de chegar.

Da mesma forma como no Sesrua, o Ação Rua tem como um de seus eixos principais a abordagem. Porém a valorização dada à composição do estudo de caso pareceu-me mais significativa. Ao contrário de como acontecia antes, as equipes se dividem apenas em diurno e noturno. Dessa forma, o que existia era uma tabela de dias e turnos em que o educador ou a educadora saía para abordagem ou ficava na base evoluindo as pastas. Também percebi que, antes de sair pela manhã, independentemente da tabela, as/os educadoras/es tentavam atualizar os dados.

No período em que me concentrei mais diretamente na leitura das pastas, percebi a dificuldade de toda a equipe na realização desse trabalho de evolução dos casos. Muitas das pastas que não conseguia achar no arquivo estavam paradas na sala das técnicas. Entendo que este problema não seja daqueles e daquelas funcionárias que trabalham ali. Há uma dificuldade grande em ter os retornos desejados no CT e no MP, além da dificuldade em conseguir os carros para fazer as Visitas Domiciliares (VD), problemas em contatar os módulos e centros regionais de assistência, a falta de vagas em abrigos, clínicas e SASEs (Serviço de Apoio Sócio-Educativo). Também há um problema específico deste serviço. O preenchimento das pastas é feito a caneta e, depois, a assistente administrativa digita essas informações e as imprime, o que alonga o tempo despendido para a conclusão de um preenchimento e sua devolução para o arquivo. Especialmente nos períodos em que as técnicas próprias estiveram ocupadas com a realização do Seminário de Enfrentamento a Exploração Sexual e que o Serviço ficou apenas com os técnicos conveniados, o trabalho acumulou de forma mais significativa.

Minha intenção quando ingressei no Sesrua era conhecer o trabalho realizado ali para poder escrever meu projeto de pesquisa. Porém, acabei ficando quase sem pausas no serviço até o momento em que senti ter concluído o trabalho de campo, em julho de 2007.

Com esses nove meses de trabalho, posso dizer que a rotina era – já que ficava impossível esperar que houvesse uma rotina sempre igual – mais ou menos assim, tanto no Sesrua quanto no Ação Rua:

Pela manhã, os educadores e as educadoras chegam (no Sesrua, eram equipes diferentes manhã e tarde; no Ação Rua, diurno e noturno). Como na base nova tem uma

³¹ Apenas nesse caso, tratando do técnico e da técnica conveniados, utilizo o plural masculino me referindo a um homem e a uma mulher. Bem como quando me refiro a todas as técnicas e ao técnico do serviço utilizo o plural feminino. Nos demais casos, explico a presença de homens e mulheres na formação do grupo descrito.

pequena copa, existe uma caixinha para comprar café, chá, pães e biscoitos. O primeiro que chega começa a preparar o café e alguém vai comprar pão. Enquanto tomam o café, vão conversando sobre os casos, as reuniões que os técnicos tiveram, os contatos conseguidos ou não com CTs, MP e instituições. Junto a isso, vão evoluindo as pastas daqueles que foram abordados no dia anterior, lêem o livro de solicitação, preenchem-no e dão uma olhada no livro de comunicação interna. Se houver muito trabalho interno – evolução de pastas e contatos – adia-se um pouco a saída para as abordagens.

Há também uma conversa sobre para onde vão neste dia, as regiões que não têm sido visitadas e o roteiro das abordagens. Alguém liga para o motorista (depois que um deles saiu, por não querer mais trabalhar para o Ação Rua, nunca mais houve um motorista fixo; agora eles vão se revezando) para ele vir buscar os educadores/as.

Normalmente o motorista demora a chegar e, no caso do Ação Rua, se a abordagem está marcada para um local próximo da base, como a rodoviária, a preferência é ir a pé.

Às vezes, em uma manhã, consegue-se fazer duas ou três abordagens, às vezes uma só toma o dia inteiro. Portanto não há hora para acabar. Perto do meio-dia, tenta-se almoçar, o que costuma acontecer.

Em torno das 14 horas, as pessoas já estão retornando para a base. Logo no início da tarde, vão colocando o livro de solicitações em ordem e procurando as pastas dos meninos e meninas abordadas pela manhã. Quando o motorista chega, se reinicia o trabalho externo. Perto das 16 horas – no Ação Rua – a equipe da noite chega para fazer trabalho interno e para iniciar a saída para abordagens. Após as 19 horas eles usam um carro de passeio e não a Kombi, o que muda o processo de encaminhamento (não se pode colocar mais do que uma pessoa dentro do carro além de motorista e educadores).

Com isso, às 16 horas a equipe do dia tem que retornar e dar início aos trabalhos internos novamente. Nesse momento, também se repassa às técnicas os casos a serem trabalhados.

Os dias são mais ou menos assim no Serviço. Porém essa rotina não é fixa e varia de acordo com as situações encontradas. Assim como na vida dos meninos e meninas atendidos/as, o Sesrua/ Ação Rua trabalha muito no presente. Não se trata de imediatismo, mas as situações ‘aparecem’ e algum tipo de encaminhamento deve ser feito. Isso não significa que não haja planejamento para o trabalho, mas, algumas vezes, esse planejamento é modificado e transgredido, dependendo da necessidade e dos problemas encontrados.

2.1 Os modos de cruzar essa trilha

Demarcar os modos de fazer de uma pesquisa não é tarefa fácil. Implica reconhecer os riscos, lidar com os limites, esboçar mapas e estar disposto a mudanças. O longo caminho enfrentado por mim até conseguir a definição do campo e a aceitação no Sesrua colocou-me neste lugar de enfrentamento das incertezas. De qualquer forma, mesmo agora, já tendo passado por essa trilha, as incertezas e as dúvidas não deixam de me acompanhar. Dentro da perspectiva teórica em que essa investigação se insere, as metodologias de pesquisa são entendidas como uma construção a ser feita pelo/a pesquisador/a, a partir do referencial teórico que se está utilizando. Este caminho para delinear modos de fazer uma pesquisa é bastante difícil, ao mesmo tempo em que deixa espaço para criações e adequações. Não que os trabalhos nessa linha não tenham rigor metodológico ou não estejam comprometidos com determinados modos de produzir e analisar o material empírico; o que quero dizer é que, de alguma forma, os modos de fazer não são diretamente replicáveis e, portanto, não existem prescrições sobre como desenvolvê-los. Ao mesmo tempo em que isso dificulta a tarefa de quem se insere na pesquisa, há a possibilidade de criar jeitos e formas de organizar a investigação e o campo, de modo que as particularidades do tema e do *locus* sejam contempladas.

Assim, busquei inspiração nos estudos etnográficos utilizados no campo da Antropologia, tentando uma articulação com o campo da Educação. Cláudia Fonseca (2004b) e Marco Paulo Stigger³² afirmam que a melhor forma de se aprender a *fazer* Etnografia é *fazendo*, ou seja, a experiência do ‘descer ao campo’ e do estar junto aos ‘nativos’ é fundamental. Apenas ‘estando lá’ é possível “saber estar”, “saber olhar”, “saber ouvir”, “saber escrever” (WINKIN, 1998; OLIVEIRA, 1996) etnograficamente. Nesse sentido, o ‘estar no campo’ implica não só tentar entender os significados deste lugar, como também um reorganizar-se constante dentro desse campo, uma vez que se coloca a necessidade de ver-se dentro desta ‘comunidade’. Talvez essa seja a parte mais difícil: avaliar-se no campo, reorganizar-se dentro dele. Tive grande dificuldade em me sentir à vontade dentro desse espaço. Sentia, por muitas vezes, que eu estava atrapalhando o trabalho, especialmente o das técnicas. É preciso então, como dizia Stigger (1997, p.64), estranhar os acontecimentos dentro desse espaço e estar disposto a ser surpreendido por ele. Penso que pelas suas características, o modo de fazer etnográfico ajudou-me a produzir o material empírico para responder às

³² Fala proferida durante a disciplina *PPE: Pesquisa etnográfica em educação e cultura: o campo, a análise, o texto*, em setembro de 2006. Estou me valendo das anotações decorrentes dessa disciplina para citá-lo. Quando não houver indicação do ano da publicação, significa que se trata dessas anotações de aula.

minhas questões de pesquisa. Dessa forma, assumi a observação, as entrevistas com sujeitos-chave e o exame dos documentos³³ que fundamentam as ações do Sesrua como procedimentos de produção do material a ser analisado.

Entendendo, como afirma Clifford Geertz (1989, p. 20), que a Etnografia consiste em “construir uma leitura de” – nesse caso, famílias e vivências de familiaridade para meninos e meninas em situação de rua em Porto Alegre –, eu gostaria de, mesmo que isso possa parecer pretensioso, ampliar e multiplicar esta visão para seu plural: ‘leituras de’. Nessa direção, quero retomar o conceito de cultura apresentado anteriormente de forma mais ligeira para argumentar a existência de uma ‘cultura de rua’.

Esse movimento faz-se necessário uma vez que tento olhar para a situação de rua como uma forma de vida singular e não como uma forma de vida a ser estudada para prescrever fórmulas para resolver um problema social com a ‘retirada’ de crianças, jovens e adultos das ruas.

Os Estudos Culturais pós-estruturalistas trabalham com uma noção de cultura que possibilita este olhar que quero lançar para a situação de rua, reconhecendo que há aí uma forma de se organizar cultural e socialmente. O entendimento de que é na cultura que se produz o que aprendemos a viver e valorar como ‘a’ família permite pensar a vida de meninas e meninos em situação de rua como uma cultura que ensina e re-significa a vivência dos laços familiares. A cultura é, então, um campo onde significados são compartilhados, ao mesmo tempo em que se travam lutas em torno dessa significação. Richard Johnson afirma que os objetos e noções produzidos na cultura tornam-se “um local de lutas intensas em torno do significado” (JOHNSON, 2004, p.41). Assim, a família também é uma noção plural, conflituosa e disputada no processo de significação. Os significados de família que conhecemos são produzidos ao longo da história, mas também são re-produzidos e re-significados a partir dos discursos legitimados a falar sobre ela, bem como nos espaços e instituições em que circulamos.

É partindo dessa cultura da rua, nômade, que se desenvolve esta dissertação. Minha intenção é, reconhecendo que reside aí um jeito de viver e de estar no mundo, olhar especificamente para a maneira como se dão as relações familiares dentro desse contexto, uma vez que, segundo a gerência do Sesrua, essa relação difere consideravelmente daquela que temos e/ou vivemos enquanto ‘residentes’.

³³ Esses três elementos são tradicionalmente ligados à metodologia etnográfica.

Pude ver, durante meu trabalho de campo, que a vida desses meninos e dessas meninas é marcada por uma constante circulação³⁴. Não é raro que as equipes abordem esses meninos em diferentes lugares da cidade. As situações de rua-moradia, por exemplo: ficam um tempo na Rua dos Andradas. Quando ocorre algum problema – ter furtado alguém ‘errado’, ter se metido em confusão ou até mesmo desentendimento com algum companheiro – mudam-se para a Cidade Baixa e de lá, pouco tempo depois estão na ‘vilinha’ da Farrapos, ou passam um tempo em casa, num abrigo... Isso provoca a criação de outras formas de vinculação e relação com pessoas e objetos. Assim, a circulação que refere Fonseca (2002) não se manifesta apenas nas mudanças de casas e responsáveis, mas aparece também no espaço da rua como forma de organização da vida desses meninos e meninas. Dessa forma, ousou dizer que temos estrangeiros no centro da cidade, uma vez que constituem suas vidas de uma forma bastante diferente das expectativas que criamos para a vida de crianças e jovens.

Partindo dessa idéia, parece muito apropriado o uso da Etnografia, uma vez que ela surge para analisar culturas distantes e distintas. Mas não é com esse argumento que elegi a Etnografia como forma de estar/fazer o campo. Atualmente ela tem sido bastante utilizada para analisar sociedades complexas³⁵, reatualizando esse modo de fazer pesquisa. Na área da Educação, diversos trabalhos têm utilizado a Etnografia como forma de estar no campo e de produção do material empírico³⁶. Mais ainda, tal metodologia colocou-se como a melhor forma encontrada por mim para responder às questões de pesquisa propostas.

Stigger (1997) menciona a Etnografia enquanto descrição interpretativa de um acontecimento. Dessa forma, ao descrever o que vejo, ouço e sinto, faço uma leitura, uma análise dos significados desse acontecimento dentro do contexto no qual estive. Acredito que essa possibilidade de me aproximar dos significados culturais de família dentro do contexto da situação de rua fez da Etnografia a metodologia eleita para esta pesquisa. O “olhar de dentro”, como diz Stigger (2002, p. 177) sobre esta metodologia, é o que possibilita essa análise, buscando as peculiaridades, as recorrências e evidenciando os conflitos, as divergências, rupturas e continuidades. Maria Tereza Caldeira (1989) indica que esse movimento de olhar as rupturas, os fragmentos, tem sido um jeito diferente de fazer Antropologia, rompendo com a idéia de totalidade da Antropologia clássica. Como disse

³⁴ Cláudia Fonseca (2002) tem utilizado o termo “circulação de crianças” referindo-se às transferências de crianças de uma família a outra de forma temporária ou através da adoção. De fato, tenho ouvido no Sesrua alguns relatos de circulação de crianças entre as casas da mãe, avó, tios, pai etc.

³⁵ O conceito de sociedade complexa é utilizado sobretudo na área da Antropologia e se refere a sociedades como a nossa, diferindo de tribos (sociedades simples) menos ‘desenvolvidas’, sem a acumulação de capital e as diversas estratificações sociais que temos. Não utilizarei estes conceitos aqui.

³⁶ Vide: Alvarenga (2006), Pereira (2006), Santos (1998), Wenez (2005), Klein (no prelo).

acima, tenho certeza que esse todo não pode ser apreendido, por mais tempo que se fique em campo. Toda leitura é, de alguma forma, uma tradução e por isso não é possível conhecer legítima e verdadeiramente uma cultura ou qualquer outra coisa.

Num contexto em que os ‘meninos de rua’ estão tão presentes nas nossas vidas, o olhar de dentro requer também que se estranhe o familiar, ainda que isso seja sempre necessário quando alguém se dispõe a realizar uma pesquisa. Dessa forma, tive um duplo e concomitante desafio: ao mesmo tempo em que estranhava o familiar (os meninos), precisava familiarizar-me com o trabalho e a rotina do Sesrua/Ação Rua (que é estranho), a fim de inserir-me naquele contexto. Foi necessário, além disso, aprender a conviver com formas de vida nada comuns no ambiente da academia e na minha própria vida e, ao mesmo tempo, estranhar essas práticas.

Yves Winkin (1998), ao falar sobre o trabalho de campo etnográfico, delimita algumas de suas exigências. A primeira delas é procurar lugares/campos em que se possa sentir confortável. Da forma como fui aceita dentro do Serviço, acho que se pode dizer que fiquei confortável, embora ainda sentisse atrapalhar em alguns momentos. Porém, olhando de outro modo, não tenho muita certeza se fiz uma boa escolha nesse sentido, uma vez que nunca consegui chegar em casa confortável. Não é sem sofrimento que estive no campo... e também não é sem sofrimento que escrevo essa dissertação.

Uma outra exigência apontada pelo autor é quanto à observação, que deve ser sistematizável. Nesse sentido, a construção de diários de campo a cada observação pareceu responder suficientemente bem a esta exigência, uma vez que fiz “mapas” dos encontros do Serviço com as/os meninas/os em situação de rua. Mas também nesse momento tive problemas: uma dificuldade enorme de escrever os diários, por tempo, por sofrer, por ter até medo de escrevê-los. Assim, tive que criar mecanismos para que se efetivasse a escrita de diários de campo, utilizando um recurso de áudio para gravar os diários de forma que, quando fosse escrever, poderia lembrar de elementos importantes e de alguns detalhes significativos.

A terceira exigência é, então, o que Winkin (1998, p. 134s) chama de “ida-e-volta”, do campo para a teoria. Essa ligação entre estar no campo e pensar o campo dialogando com autores é minha principal tarefa na escrita desta dissertação. Porém estar no campo, realizando ainda disciplinas, possibilitou que esse exercício não parasse. Ao mesmo tempo, os/as funcionários/as do Serviço demandavam de mim leituras, discussões, conversas sobre os casos. Isso me obrigava, de alguma forma, a continuar procurando e lendo autoras/es que me auxiliassem a pensar o campo.

Da mesma forma, Roberto Cardoso de Oliveira (1996) aponta as artes implícitas na Etnografia: o “saber olhar”, o “saber ouvir”, o “saber escrever”. Acrescento ainda o “saber estar”, desenvolvido por Winkin (1998). Oliveira (1996) nos diz que esse olhar é interessado, produzido por uma teoria, pois é só através do olhar teórico que determinados problemas se configuram como problemas de pesquisa. Dessa forma, é preciso “uma domesticação teórica [do] olhar” (1996, p. 15). Isso não significa que vamos ao campo comprovar uma teoria, mas que essa teoria nos provoca um jeito de olhar que perpassa o modo como nos colocamos, vemos e pensamos o campo. A possibilidade de ser surpreendida, tanto pelo campo quanto por possíveis limites das teorias que conformam nosso olhar e nos permitem ver o que vemos, deve acompanhar este trabalho.

Sobre o ato de ouvir, o autor coloca que o etnógrafo constrói uma relação de cumplicidade com o sujeito pesquisado (OLIVEIRA, 1996). Estar disposta a escutar os meninos e as meninas, bem como os/as profissionais do Sesrua, foi a possibilidade de entender e partilhar alguns significados produzidos dentro desse contexto. É através da escuta, do ato de ouvir, que ocorre uma maior interação e, a partir dela, uma qualificação da relação entre a pesquisadora e os/as participantes da pesquisa. Além das conversas informais, essa escuta especial foi feita através de entrevistas com sujeitos-chave. Entrevistei seis funcionários e funcionárias do Serviço sendo: um educador do núcleo próprio, um educador conveniado, uma educadora conveniada – os três trabalharam tanto no Sesrua quanto no Ação Rua –, uma técnica conveniada do Sesrua, um técnico conveniado do Ação Rua e a coordenadora geral do trabalho. A escolha foi feita em função do tipo de vínculo criado entre mim e estes sujeitos na realização das abordagens. Dos/as meninos e meninas atendidos, escolhi um para ser meu informante privilegiado, através de entrevistas (STIGGER, 2007) Tentei fazer a entrevista no LDB com um menino que eu já conhecesse de uma abordagem. Fui três vezes até o Lar, mas não encontrei nenhum menino que se encaixasse nesse critério. Assim, essa entrevista tem a particularidade de ter sido realizada na rua. Precisei ir oito vezes ao local onde o menino normalmente ficava para encontrá-lo apenas uma vez. Minha intenção era retomar essa entrevista, porém não consegui localizá-lo mais.

A escolha por esse menino se deu pelo número de vezes em que o abordei e por vê-lo em meu caminho de volta para casa, tanto do Serviço quanto da faculdade. Optei não só pela facilidade de encontrá-lo – o que acabou não sendo tão fácil assim –, mas também por ter algum tipo de fascinação por esse menino, sua história, as coisas que dizia nas abordagens e por tê-lo visitado numa clínica para desintoxicação. Penso que seria bastante difícil entrevistar

qualquer um dos meninos, por serem ariscos e desconfiarem de quando se aproximam deles. No fim da entrevista com Fernando, ele perguntou para quem eu iria mostrar a entrevista. Respondi que apenas para meus orientadores e que mudaria o nome dele quando escrevesse o trabalho. Ele me olhou e disse “eu sei que tu vai mostrar pra Naide [coordenadora do LDB] e ela vai mandar me internar de novo”.

Pelo fato de não conseguir retomar a entrevista, pode-se pensar que foi uma má escolha, contudo, penso que isso indica o modo como a vida desses meninos e meninas é instável e a circulação pelos diversos ‘pontos’ da rua é constante. Ao mesmo tempo, não é possível dizer que isso é sempre assim. Essa é uma estratégia de sobrevivência utilizada por alguns, porém, em outros casos há uma permanência em determinado ‘ponto’ que o recebeu bem ou no qual se encontrou um lugar na comunidade.

Também tive dificuldade para operacionalizar a entrevista propriamente dita. Trata-se de um menino de 11 anos que freqüentou a escola durante menos de um ano, está na rua desde os oito e utiliza crack há quase dois. Ele tinha muita dificuldade em entender o que eu perguntava e com isso a entrevista ficou muito diretiva e quase monossilábica.

<p>Letícia - [...] ta e se tu pudesse escolher, quem que seria da tua família? Quem tu escolheria? Fernando - Pra quê? L - Pessoas que tu conhece que tu gostaria que fossem da tua família. Tem alguém? F - Hãhã (negativo) L - E quem que faz parte da tua família? F - Hã? L - Quem que faz parte da tua família. F - Parte? Como assim ‘parte’? L - Quem é que é da tua família? F - Minha família? L - É. F - Meus parentes. L - Ta e quem é? Qual é a ligação que eles têm contigo? F - ... L - É um amigo, é um tio... F - Minha mãe de verdade.</p>
--

Acredito que esse trecho indica a dificuldade que tivemos, Fernando e eu, para conseguir nos entender. Entendendo que a linguagem não apenas transmite idéias e significados, mas que ela está implicada na produção destes (VEIGA-NETO, 2003) e que é na cultura que aprendemos a significar o mundo em que vivemos (HALL, 1997), pode-se dizer que Fernando e eu nos socializamos em culturas diferentes. Mesmo partilhando de identidades como brasileira, gaúcha, vivendo em Porto Alegre, comungamos de outros referentes no que tange ao significado comumente dado não só à família, mas ao uso das palavras. Dessa forma,

o encontro com esses meninos e meninas se torna mais complexo do que se pode pensar à primeira vista, uma vez que envolve uma tradução de um modo de entender e significar o mundo a outro(s).

É preciso deixar claro que, pela dificuldade em retomar a entrevista com Fernando e pela falta de tempo de reiniciar esse trabalho de entrevistas, o olhar dos meninos e meninas sobre a família está pautado nas conversas informais que tivemos durante uma carona, uma abordagem etc.

Winkin (1998) explicita também, argumentando no mesmo sentido de Oliveira (1996), que é necessário saber estar no campo. Confesso que essa me pareceu a tarefa mais difícil, uma vez que a sensação de estar atrapalhando me acompanhou durante grande período. Entretanto, acredito que não é possível passar despercebida quando se faz uma pesquisa. Ou seja, minha presença foi notada e provocou mudanças na rotina do Serviço. Algumas vezes em que cheguei um pouco atrasada, a equipe esperava-me para sair ou demoravam um pouco mais mostrando-me que tipo de documento estava sendo preenchido e como evoluíam as pastas. Mas essa percepção de alguém que está lá observando e que, se sabe, fará um relatório dessa experiência, produz outros efeitos como cuidar das palavras que usa, chamar para a discussão de determinados casos, testar com algumas perguntas o que esse ser ‘externo’ pensa de situações. Sobre isso, o autor recomenda: “negociem seus estatutos com os outros, obriguem-se a estar dentro, a jogar o jogo” (WINKIN, 1998, p.140). Foi isso que me propus a fazer ao longo destes nove meses de campo: jogar o jogo daquele espaço, apropriar-me das regras, das estratégias e dos percalços que compõem este equipamento da assistência social no município.

Depois do ‘estar’ no campo, Oliveira (1996) ainda destaca o “saber escrever”. Geertz (1989) já indica a dificuldade do ter estado lá e escrever aqui. Esse processo é bastante complexo e, de alguma forma, demanda um grande empenho durante o trabalho de campo, atentando para os outros ‘saberes’ que se ligam a ele. O produto dessa escrita deve consistir numa descrição densa do que foi observado, com o intuito de tornar o mais inteligível possível, para quem não esteve lá, como se dão as relações entre meninos e meninas em situação de rua, e destes e de suas famílias com o Sesrua/Ação Rua. Luís Henrique Sacchi dos Santos (2005), falando da Etnografia, através da metáfora da viagem, diz que a escrita é feita a partir de ‘recordações’ que trazemos do campo, como os diários, as lembranças, os documentos, material de entrevistas transcritas etc. Ou seja, a ‘realidade’ do campo é constituída através do olhar do etnógrafo e não sobre a ‘verdadeira realidade’ do campo.

Quero dizer ainda que tive uma grande dificuldade em dizer que “terminei” o trabalho de campo, pois não é possível chegar a isso. Um campo nunca termina; nós, pesquisadoras/es, é que damos um fim a ele, pois sempre há coisas diferentes para ver, novos lançamentos aos bancos de dados do Serviço, novos casos, novas visitas, novas pastas... Porém há um limite de tempo e de fôlego para quem pesquisa. Deixar o campo, ou pelo menos as visitas ao Sesrua/Ação Rua, foi bastante difícil, já que sempre pensava que ainda não tinha reunido material empírico suficiente. Há, pois, outras coisas que atravessam este estar no campo, entre elas a dificuldade de fazer uma VD junto às técnicas, a demora em lançar as informações contidas nos prontuários no computador, localizar os guris conhecidos para a entrevista e meu sofrimento nesse campo. Decidi, então, deixar o campo mesmo sem ter feito uma VD e com algumas informações incompletas/faltantes nas pastas em função do longo período que permaneci no campo como educadora do Sesrua/Ação Rua, acreditando que esses problemas enfrentados também são materiais possíveis de serem analisados. Com toda certeza, após o trabalho de campo, posso dizer que faria muitas coisas de forma diferente do que fiz, mas não se pode esperar apreender toda complexidade desse espaço, pois isso não é possível. Aquilo que enxerguei foi o possível de ser visto por mim naquele momento. Assim como o que posso dizer nesse momento sobre o ter estado lá (observando), tem relação também com o fato de estar aqui (escrevendo).

Assim, o que me levou a fazer observações e a construir diários de campo é a possibilidade de olhar a situação de rua inserida neste contexto, com um ‘olhar de dentro’, tentando entender como as coisas acontecem neste espaço e que significados são negociados, disputados e atribuídos a estas relações. Ao mesmo tempo, é do meu lugar de mulher, pedagoga, filha adotiva... que construí/construo uma leitura desse encontro com a cultura estudada.

Parte II - Trilhas de família(s)

[...] Tínhamos algumas solicitações. A primeira era ali no centro mesmo, na frente da Igreja do Rosário. A solicitante dizia que havia uma mãe com uma criança em situação de mendicância. [...] Quando chegamos não tinha uma, mas três mulheres com crianças. Nos aproximamos da primeira mulher. Logo reconheci, era a famosa Maria Paula. Ela estava com uma filha e uma neta. As duas tinham mais ou menos a mesma idade, uns cinco anos. [...] A Amélia nos apresentou e disse que éramos da assistência social. Perguntou se ela precisava de alguma coisa, quem eram as crianças, se ela estava em algum programa, de onde elas eram. Ela respondeu a todas as perguntas dizendo que não precisava de nada, que estava tudo bem dentro das possibilidades. Logo começaram a falar dos outros filhos. O Betinho ainda tá na rua, e parece que duas já voltaram para casa. As outras mulheres que estavam ali eram filhas dela também, mas segundo ela “essas não me pertencem mais”. [...] Maria Paula estava vendendo pulseiras, cartões e lixas de unha. Fomos falar com a mulher do lado. Era a Mariana (23), filha da Maria Paula. A Mariana estava com uma criança de 2 anos dormindo no colo. Lá na esquina estavam os outros dois filhos, um menino (7) e uma menina (6). Estavam vendendo lixas de unha. [...]. As crianças dela estavam bem vestidas, penteadas, diferente das crianças da Maria Paula. Ela mora com o marido e os 4 filhos (sobre um deles ela não falou). A Gabriela e a Amélia disseram que ela tinha que ficar de olho nas crianças quando levava ao centro, pois daqui a pouco faziam uma amizade e começava a se repetir a história dos irmãos dela. Ela comentou sobre uma Raquel, irmã dela que estaria desaparecida. A outra mulher que estava lá com uma criança era outra irmã de Mariana. Vimos que ela estava bem arredia e portanto procuramos informações sobre ela com a Mariana. Enquanto conversávamos uma senhora perguntou quem nós éramos e disse que ela tinha solicitado a abordagem pois a mulher que estava mais abaixo tem sempre uma criança no colo que não é filha dela e que a criança está sempre dormindo.

Início, com esse excerto, minhas análises, pois o considero emblemático das situações familiares que conheci durante a pesquisa. Trata-se de uma família muito conhecida na mídia. Durante o início de meu mestrado, Maria Paula deve ter dado pelo menos três entrevistas a jornais locais e, no início de julho de 2007, Raquel, a menina que desapareceu, figurava uma grande campanha de crianças desaparecidas no Estado. Era possível ver a foto da menina em *outdoors*, cartazes e panfletos por toda a cidade. Lendo a pasta dessa família – identificada como Família Silva – nota-se a presença constante dessa mulher na assistência social. Ela mora na cidade de Alvorada e é considerada um dos grandes problemas – sem solução – dentro do Serviço. Certa vez, uma assistente social falou que “essa mulher deveria ser presa”. Estava ainda no início do trabalho de campo e não me senti à vontade para perguntar o porquê. Com o passar do tempo, entendi essa fala. Maria Paula concluiu o Ensino Fundamental, teve 15 filhos/as com dois companheiros (12 com um e três com outro). O segundo companheiro registrou o último filho do primeiro, pois este já havia falecido. A filha mais velha morreu de aids quando tinha 22 anos, morreram também o companheiro e os três filhos que ela tinha. Maria Paula vive atualmente da venda de pequenas coisas no centro. Um homem que mora perto de onde ela se instala com suas crianças, afirma que Maria ganha mais de 100 reais por dia. Certa vez ela referiu que não queria receber uma bolsa, pois o valor era muito baixo e ela estava bem trabalhando, não precisava de ajuda do governo. Para mostrar

como a bolsa não garantiria seu sustento, ela contou que só para o café da manhã ela gasta diariamente mais de 15 reais. Não se sabe ao certo quantas crianças moram com ela, mas sabe-se que pelo menos três estão em situação de rua-moradia e outra, Raquel, está desaparecida.

Há também duas filhas que moram em Porto Alegre, as duas citadas no excerto, que não estão mais em casa. Segundo o Serviço, elas reproduzem o modelo familiar da mãe, levando seus filhos/as para a rua. Mas até aqui, por que Maria Paula deveria ser presa? Para o Serviço, por negligência. Por ter tantos filhos sem condição de criá-los, deixá-los soltos na rua, perder-se de uma e aparentemente não dar falta. O que se entende é que há uma exploração e uma violação dos direitos das crianças que nascem filhas de Maria Paula, pelo simples fato de serem suas filhas. Há uma responsabilização dessa mulher-mãe pela sua situação familiar. Um dos educadores entrevistados comenta que para mulheres com muitos filhos deveria ser garantido um salário, para que seu trabalho fosse criar e cuidar dos filhos/as. Essa noção está muito presente não só nesse Serviço, mas em nossa cultura. Historicamente, o cuidado e a responsabilização sobre a prole são colocados como tarefa e atributo da mulher que se torna mãe. Dessa forma, mesmo tendo colocado no seu projeto que família deve ser entendida de forma ampla, o Serviço continua a posicionar a figura feminina como responsável pelas atribuições de gerenciar a família. Ao mesmo tempo, as políticas públicas dificilmente pensam estratégias de planejamento familiar ou de controle de natalidade, uma vez que elas pretendem atender as famílias já com filhos/as e com dificuldades, sem uma prevenção para os casais jovens e ainda sem filhos³⁷. Essas possibilidades parecem não existir. Certa vez um educador comentou comigo, numa conversa informal, que algumas mulheres em Porto Alegre estavam ingerindo chá de pilha como método abortivo. Isso me permite pensar as situações de vulnerabilidade experimentadas por essas mulheres a ponto de cogitarem que tomar um chá de pilha seja melhor, ou menos pior, do que ter mais um filho.

Quanto a Raquel, um educador fala sobre a dificuldade dessas famílias em relação a seus filhos:

Então quer dizer, esses familiares acabam esquecendo dos seus filhos. Se a gente não ficar lembrando, os técnicos fazendo relatório, construindo, mandando pro MP ou pro CT, as famílias geralmente esquecem dos seus filhos (Entrevista Henrique)

³⁷ É significativo, porém, o aumento dos anticoncepcionais disponibilizados nas farmácias populares, bem como de laqueaduras e vasectomias realizadas pelo SUS. De qualquer modo, políticas como Bolsa Família não incorporam, e dificilmente trazem como pauta, questões referentes ao planejamento familiar.

Que tipo de esquecimento é esse? Como pode uma família esquecer dos seus filhos? Que noção de família está imbricada nisso? Minha tentativa é entender essa lógica de organização e vivência familiar, bem como essa insistência em “ficar lembrando” algo, uma relação qualificada pelo Serviço como esquecimento. Nessa direção, minha análise inicia por caracterizar o que seja família nesse contexto para, então, mapear, de alguma forma, como se dão as relações nessas famílias.

3 A rua como violação dos direitos da criança

Dentro do Sesrua/Ação Rua, predomina uma perspectiva do que seja criança e adolescente através da legislação. É este parâmetro que indica o que é necessário a uma criança e de que forma ela deve ser concebida. Ao longo do período em que estive nesse serviço, a rua foi colocada como algo ruim, uma experiência de dor, uma “falta de opção”.

Contudo, nas conversas que tive com os guris, ficou evidente, em boa parte dos casos, que eles não se contentam quando algo não está bom. Ou seja, há uma tentativa de mudança, de re-adequação àquilo que esperavam. Isso aparece quando muitas vezes saem de casa por conflitos com os familiares, padrastos, vizinhos, por acharem que as condições naquele lugar deveriam ser melhores, ou não estarem dispostos a algumas coisas que a família impõe. Ao mesmo tempo, não quero dizer aqui que os meninos e meninas estejam em situação de rua porque querem, ou porque escolheram essa vida. Não se pode negar as duras condições de pobreza e as dificuldades de acesso a bens e serviços, mas há possibilidades que são encontradas nesse estar na rua que, me parece, não são consideradas dentro do Serviço. Assim, o que é tomado como relevante é a violação dos direitos da criança, um problema de ordem social. Mas que condições de possibilidade tornaram as crianças em situação de rua um problema social? De que forma diferentes discursos sobre a minoridade, a infância e os direitos humanos propiciaram que crianças e jovens vivendo na rua fossem alvos de políticas e programas governamentais?

Segundo André Ricardo Pereira (1994) as crianças, no Brasil, até meados do século XX, eram objeto de atenção da família, sendo o estado responsável apenas pelos problemas do menor. Ao contrário do ‘ser criança’, um sujeito vivendo uma fase - considerada ‘normal’ - da vida, o ‘ser menor’ envolve uma condição, neste caso uma “condição de marginal” (PEREIRA, 1994, p. 92). A esse marginal, aquele que está à margem da sociedade, foi ‘colada’ uma imagem de infrator, associando diretamente pobreza com delinqüência. Nessa direção, Pereira (1994) afirma que, durante muito tempo, e até hoje de alguma forma, o problema do menor era/é visto e enfrentado como um problema de segurança pública.

Assim, meu investimento segue na direção de tentar entender que condições de possibilidade permitiram que um problema de segurança pública se tornasse um problema social para o qual são construídas políticas públicas e programas sociais que objetivam minimizá-lo. O conhecido trabalho de Philippe Ariès (1981) sobre a invenção da infância constitui-se como um marco nos estudos neste campo. Embora receba muitas críticas por

entender-se que ele busca delimitar a origem do sentimento de infância, Ariès continua a ser um dos grandes historiadores sobre o tema, pois, como bem lembra Maria Isabel Bujes (2000, p.27), ele coloca um novo olhar sobre essa etapa da vida,

situando-a como um acontecimento caracteristicamente moderno, produto de uma série de condições que se conjugam e que estabelecem novas possibilidades de compreensão de um fenômeno que antes de uma realidade biológica, como se quis fazer crer, é um fato cultural por excelência. (BUJES, 2000, p.27)

Sendo uma construção “cultural por excelência”, como destacou Bujes (2000), a constante presença de crianças vivendo, brincando e trabalhando na rua, no período e nas sociedades estudadas por Áries, não necessariamente era tratada e significada como desatenção, descuido ou, em última análise, violação aos direitos das crianças, como acontece hoje em dia. Entretanto esse discurso é muito recente e foi construído a partir de mudanças nas relações entre crianças e adultos, na Europa do século XVII³⁸. Assim, consolidava-se uma noção de infância que a define como um período diferenciado do desenvolvimento humano que exige cuidados e Educação. O entendimento de que a infância é o ‘vir a ser’ da sociedade incitou “a disseminação de práticas e investimentos na vida infantil”, constituindo “toda uma gama de saberes e poderes mais específicos” (UBERTI, 2006, p.2). Dessa forma, a escola, ao lado da família, torna-se o lugar legítimo de Educação e vivência das crianças.

Esse sentimento de infância chega ao Brasil aliado ao pensamento *rousseauiano*, que defendia a constituição de um tipo de Educação e de saúde diferenciados e específicos para as crianças, acreditando que estas precisam de cuidados e tratamentos especiais; um pressuposto que estava fundamentado na crença de que era necessário preservar a natureza infantil “intrinsecamente boa [para evitar que ela venha] a ser pervertida pela sociedade” (PEREIRA, 1994, p.94). Vale também dizer que, nesse período ainda escravocrata, eram consideradas ‘crianças’ aquelas que fossem brancas, frutos de uniões legais. Concomitante a essa “infância bucólica”, idealizada por Rousseau, são instaladas no Brasil as primeiras Rodas dos Expostos para os ‘abandonados’, que logo seriam chamados de ‘menores’. A roda, vinculada e mantida pelas Santas Casas de Misericórdia, possuía uma tecnologia que não permitia a identificação de quem depositava a criança ali. Formada por um cilindro aberto em um dos lados, instalado numa parede, a pessoa colocava a criança no seu interior, girava a estrutura e tocava a sineta. Dessa forma, logo uma das irmãs da Santa Casa buscava a criança e quem a deixava ali permanecia no anonimato.

³⁸ Utilizo aqui fragmentos da historiografia da infância sem me comprometer em refazê-la. O que me mobiliza é a construção do argumento de que ao longo do tempo foi-se politizando a infância, de modo que ela se torne prioridade das ações governamentais, da escola e da família.

Os meninos enjeitados, segundo Leni Dornelles (2005), depois de criados e educados, eram aproveitados pela Marinha, pelo Exército ou nos Serviços Públicos. Já as meninas enjeitadas negras, passavam por treinamentos para se tornarem empregadas domésticas, enquanto as brancas eram preparadas para o casamento. Para isso, contavam com a ajuda das mulheres da sociedade que preparavam seu enxoval.

Conforme Pereira (1994), com o fim da escravidão e o aumento do trabalho assalariado, e com a emergência do discurso nacionalista brasileiro, surgiu com maior força a categoria de crianças pobres, que precisavam de atenção do estado e da sociedade para tornar possível o “melhoramento” da raça brasileira. O discurso médico higienista levantava a bandeira da saúde e do melhoramento da raça, incorporando a mãe para fazer este trabalho. Nessa direção, era necessário que o estado passasse a se responsabilizar por estas crianças, dando à família condições para educá-las e incitando a sociedade a criar e manter instituições de caridade, no intuito de auxiliar as famílias pobres nessa tarefa. Ocorreu, nesse contexto, uma politização do sujeito criança, tornando os seus problemas, antes da esfera da família, um problema da sociedade. Essa politização se refere ao tipo de visão e entendimento sobre a infância que se passa a ter. Significa que ela é colocada e nomeada na arena política, sendo necessárias intervenções governamentais com foco nesse grupo populacional.

As políticas para a criança, porém, diferiram muito daquelas direcionadas para a solução do problema do menor. Os menores eram tratados como um problema de segurança pública, uma vez que, supostamente desprovidos de família, circulavam pelas ruas vivendo de biscates e, assim, poderiam tornar-se uma ameaça, seja como mendigos que transmitiriam doenças (como era visto o mendigo na época), seja como criminosos. Surgiram, pois, órgãos assistenciais com o fim não só de corrigir esses menores, como também de prevenir que estes casos ocorressem.

A idéia de um estado responsável pelo menor e pelas crianças foi materializada quando, em 1916, o Código Civil passa a prever a destituição do pátrio poder, caso os pais ou tutores viessem a ter uma conduta irresponsável. Essa legislação possibilitou a criação do Código de Menores, em 1926, que vigorou, com algumas alterações, até 1990, quando foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Delegando o cuidado das crianças às famílias e à sociedade em geral, o estado, de alguma forma, procurou também dar sustentabilidade às famílias³⁹, concedendo maior apoio

³⁹ Um exemplo dessas tentativas de fortalecer a família é a criação do Estatuto da Família. Apesar de não ter entrado em vigor, ele foi redigido a partir dos valores e atributos instituídos nessa época e mostra a preocupação em atender e controlar as famílias.

ao pai trabalhador, para que a mulher-mãe pudesse ficar em casa com os filhos. Porém, para aqueles que não tinham família, como supostamente era o caso do menor, o estado criou outras estratégias para gerir essa população. De certo modo, pode-se dizer que o estado começa a assumir, nesse momento, os atributos considerados paternos no cuidado desses meninos e meninas, denominados menores.

Assim, foi se produzindo uma determinada verdade sobre a infância, fazendo com que as outras formas de viver essa parte da vida fossem consideradas inadequadas ou não-infâncias. Nesse contexto, a vida das crianças que se utilizam da rua para sobreviver se erige como uma não-vivência daquilo que se espera e se deseja para a infância, como mostra a nomenclatura utilizada até a promulgação do ECA e que continua operacionalizada hoje, principalmente ao se referir àqueles sujeitos em conflito com a lei: o menor. Ainda no século XIX, se tem algumas ações importantes no Brasil que dão início à politização da infância. Entre elas está a Lei do Ventre Livre, considerada um grande ‘avanço’ no entendimento da infância como algo que deve ser protegido e zelado. Outra ação de grande influência foi a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Criança, pelo Dr. Moncorvo Filho, em 1891. Esse instituto, partindo de conhecimentos médico-higienistas e com objetivo de sanear e diminuir os índices de mortalidade infantil, atuou diretamente com as crianças filhas de famílias pobres, as quais deveriam ser ensinadas a viver uma determinada forma de moral que se imbricava com bons hábitos de higiene.

De 1926, com o Código de Menores, até 1990, com a promulgação do ECA, muitos marcos legais e institucionais foram produzidos com o intuito de regular a vida de crianças e adolescentes. A preocupação com a extensão da cidadania a toda a população, incluindo-se aqui as crianças, parece ter sido uma inquietação geral no início do século XX. A cidadania – entendida como o direito de todo ser humano a ter direitos, como, por exemplo, aos direitos civis e políticos, tendo esses direitos respeitados (DIMENSTEIN, 1994) –, declarada como inerente aos estados democráticos, desde o final da Segunda Guerra Mundial, vem sendo reclamada por entidades em defesa da infância. A criação do Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1946, iniciou as discussões sobre a cidadania infantil, enquanto atuava especialmente na reconstrução da Europa.

Por reivindicação dos países mais pobres, em 1953, o UNICEF se consolidou como parte permanente da ONU. Assim, em 1959, a Declaração dos Direitos da Criança foi adotada para balizar as ações dos países-membros da ONU em relação às crianças. Essa politização dos problemas da criança e do menor acabou por demandar, aqui no Brasil, a criação da

Política Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964. Ainda durante o Estado Novo, inicia-se uma reforma do Código de Menores, a qual foi interrompida pelo golpe militar. O Código de Menores sofreu alteração apenas em 1979, mas sem que as discussões iniciadas anteriormente fossem levadas a cabo. De alguma forma, essa interrupção também produziu uma ânsia em discutir, elaborar e promulgar o ECA com a reabertura política.

Embora essa não tenha sido a primeira política estatal brasileira voltada para as crianças – já que houve a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), ligado ao Ministério da Educação e Saúde, em 1940, e do Serviço de Assistência ao Menor, vinculado ao DNCr –, ela me parece ter iniciado de forma mais forte e eficaz o caminho do que estou chamando de politização da infância⁴⁰. Esta envolve ações como a CPI do Menor, cujo relatório foi publicado em 1976; o Ano Internacional da Criança (1979); o novo Código de Menores (1979), no qual prevalece a doutrina de situação irregular, em que a criança e o adolescente que se encontrarem em situação irregular, ou seja, pobreza, abandono e delinqüência, devem ser assistidos pelo governo e encaminhados para reabilitação (SOARES, s/data); o desenvolvimento do projeto Criança Esperança (1986) etc., que colocam a infância pobre no centro das atenções políticas e sociais.

Foi nesse contexto que o número de pesquisas voltadas para os menores de rua cresceu de forma importante. Essas pesquisas romperam (e continuam a romper) com a lógica do menor como abandonado, sem vínculo familiar e como ameaça à sociedade, argumentando e demonstrando que, de fato, ele é uma vítima do sistema capitalista vigente; o produto, e não o causador dos conflitos sociais⁴¹.

Em 1988, a Constituição Federal, no seu artigo 227, instituiu a criança como prioridade da família, do Estado e da sociedade, garantindo-lhe direito a vida, saúde, Educação, alimentação, e objetivando deixá-la “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, art. 227), adotando a Doutrina de Proteção Integral, que seria publicada um ano mais tarde pelo Unicef, através da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Já aí temos a constituição de um cidadão infantil com plenos de direitos.

Entendo que a promulgação do ECA, no Brasil, materializou extensiva e detalhadamente este cidadão infantil pleno de direitos. Esse discurso jurídico, baseado numa

⁴⁰ Baseio-me no termo usado por Dagmar Estermann Meyer quando se refere à politização da maternidade a partir da noção de “politização do seio materno” de Marilyn Yalom (cf. MEYER, 2006).

⁴¹ Não pretendo fazer uma análise do sistema capitalista *per se*. Interessa-me, nesse caso, que a literatura sobre situação de rua passa, em determinado período, a buscar as teorias marxistas e críticas para explicar o problema da infância pobre, especialmente daquelas em situação de rua.

determinada concepção de infância, ao estabelecer os direitos desse sujeito infantil, acaba descrevendo e produzindo o que se entende e se aceita por criança e adolescente no país. Pode-se dizer, então, que, construindo uma noção de que a infância pressupõe educação (através da escola, mas não só), convivência familiar e comunitária, cuidado e proteção (BRASIL, 1990), tudo aquilo que concorrer para que isso não aconteça se torna uma situação a ser estudada e corrigida.

No caso dos meninos e meninas em situação de rua, todos os direitos da cidadania infantil estão ‘ameaçados’. De acordo com Carlos dos Reis e Jane Prates, esses meninos e meninas “na verdade são excluídos do próprio direito de serem crianças, sujeitos em processo de desenvolvimento que necessitam de proteção, cuidados, oportunidades, segurança” (REIS e PRATES, 1999, p.115).

Essa historização que, de certo modo, delimita o contexto discursivo que cria condições de possibilidade para que essas noções sejam utilizadas dentro desse programa, permite-nos problematizar os entendimentos do Serviço sem atribuir sua origem à própria organização e instituição Sesrua/Ação Rua e/ou às pessoas/profissionais que trabalham neste lugar. Isso implica dizer que não se está analisando a fala dos indivíduos, mas que essa fala só é possível dentro de um contexto discursivo que a fundamenta e legitima.

Nascido como um dos frutos do ECA, o Serviço está profundamente imbricado nessa discursividade da legislação e dos direitos humanos que colocam algumas situações, a vivência na rua por exemplo, como violação dos direitos desse sujeito criança. Esse entendimento atravessa todas as ações do Serviço e direciona o trabalho ali desenvolvido. Um dos técnicos comenta sobre isso falando que

[...] o fato de ter o 0800 como se fosse um disque-denúncia, para mim é um disque-denúncia, pode falar o que quiser, onde tu vais ligar “ai tem um menino aqui na frente, vem tirar ele daqui” [...] isso é que fica uma dupla mensagem porque o projeto diz: o trabalho é processual, um trabalho de presença na rua, o trabalho é de educação na rua, é de vínculo, é de tu criares outro tipo de relação, [...] fica essa coisa de um disque-denúncia onde a gente tem muito mais prioridade nas solicitações do disque-denúncia do que a abordagem mais sistemática [...] (Entrevista João – psicólogo)

Ou seja, ao mesmo tempo em que a rua é considerada uma violação, o trabalho de educação social de rua é justamente entendê-la como espaço de aprendizado e de algumas possibilidades de sobrevivência. Essa dupla mensagem que João enuncia acaba sendo apenas para quem trabalha no Serviço, já que muitas vezes as crianças são abordadas com um “tu sabes que tu não pode estar na rua, né?”, em que predomina o olhar da violação.

Mas também aparece aí novamente a figura do menino que, por estar na rua, incomoda os transeuntes e moradores da vizinhança onde se instala. Aquela infância definida pelos

discursos psicopedagógicos torna-se, aqui, um sujeito de quem se tem medo e do qual as outras pessoas precisam se proteger. Ao mesmo tempo, ao ligar para o Serviço, está-se dizendo “vem fazer alguma coisa por essa criança”, mesmo que se queira dizer “tira ele daqui, pois me atrapalha”. Essa ambigüidade, colocada na figura da menina e do menino em situação de rua, faz-se muito presente nesse contexto e serve, dentro das instâncias de proteção, para relativizar, ou não, essa violação de direitos.

Nessa direção, o trabalho realizado volta-se para minimizar ou eliminar essa violação de direitos da vida desses meninos e meninas, desenvolver mecanismos que, no mínimo, reduzam os danos dessa experiência, já que, por vezes, ela parece inevitável. No caso de rua-moradia, é de fato a Redução de Danos (RD) que se coloca nas ações. Essa “terceira via”, como coloca um dos educadores, não deveria estar presente já que com a RD

[...] Tu só vai oferecendo serviços pros casos rua-moradia, que é aqueles que moram na rua e só vai oferecendo, oferecendo, mas tu vai promovendo a manutenção deles em situação de rua. [...] a RD em crianças e adolescentes é um processo de adultização, ou seja, tu trata a criança e o adolescente como adulto (Entrevista Júlio – educador próprio)

Entende-se que a redução de danos é uma medida paliativa e que uma ação mais ‘curativa’ deva suplantar aos poucos essa redução. De alguma forma, segundo uma crítica interna do Serviço ao conjunto de medidas direcionadas a essas populações, atualmente seria “fácil viver na rua”. Essa “facilidade” demanda que se aprenda a utilizar os serviços fornecidos pela Prefeitura através da Fasc, da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria da Saúde, e que as pessoas em questão se adaptem a não ter uma casa fixa. Ou seja, é possível pensar que, paradoxalmente, os programas sociais que objetivam ‘tirar’ as crianças das ruas também instauram uma pedagogia que ensina como ‘viver melhor’ na rua. Essas/es educadoras/es sociais relataram que a rede de proteção criada para essas crianças acaba sendo cúmplice da rua, impossibilitando que elas ‘tomem jeito na vida’, na medida em que quase somente ações de redução de danos lhes sejam ofertadas. Há, pois, uma forte crítica dos/as próprios/as educadores/as sociais ao trabalho realizado ali, uma vez que se sabe das limitações de tal estrutura de funcionamento e por entenderem que outros serviços da rede não priorizam a re-inserção na família ou a criação de um local de proteção, como se tenta fazer ali.

Desse modo pode-se entender que o grande problema da redução de danos e da situação de rua seria o de que elas negam ou impossibilitam a vivência da infância, a oportunidade de ser criança, de ser cuidado, atendido, amado. Ou seja, ela tornaria adultos esses sujeitos infantis, como fala Júlio.

Porém o que se esquece nesse lugar é que a infância é uma construção cultural e social marcada por disputas em torno do significado de ser infantil. Há múltiplos discursos que produzem determinadas noções de infância. Assim, discurso não se limita à fala, mas a todas as formas de saber-poder que descrevem um sujeito ou objeto. Nessa tentativa de descrição, os discursos acabam por instituir e produzir estes sujeitos e objetos de que falam (Foucault, 1987). Nesse caso, a legislação é tomada neste serviço como o discurso-matriz de suas ações e, portanto, as noções de infância e família são produzidas por este discurso, tornando o sujeito infantil alguém que precisa de cuidados e proteção, um ser frágil que, para crescer e se desenvolver de forma saudável, precisa ter seus direitos respeitados. De algum modo, a partir disso, entende-se a situação vivida por estes meninos e meninas como um desvio, um transtorno para o qual algumas dinâmicas são acionadas, como o Sesrua/Ação Rua, a fim de colocá-las dentro dessa representação. Ao mesmo tempo, considera-se que esse sujeito infantil se torna desviante, anormal, perigoso, justamente pela falta de cuidados e proteção que lhe ‘deveriam’ ser prestados pelos seus responsáveis: família, estado e sociedade. Ou seja, o ‘monstro’ é produzido pela falta desses cuidados, reiterando o discurso (veiculado, entre outros, pela legislação) de que a infância necessita de cuidados e proteção.

Embora o Serviço apresente esse entendimento da rua como violação, ele é confrontado cotidianamente pelos meninos e meninas que aborda, mostrando as coisas que acontecem na rua. Um desses casos é o de Mateus, que vive com a mãe e mais três irmãos. Ele e seu irmão mais velho têm um sobrenome e os dois mais novos têm outro. Não há indicações do pai na pasta. Passei pelo menino duas vezes em frente a um supermercado. Numa das vezes, apenas passamos; na outra, tentamos abordá-lo. O esforço foi em vão. Ao ver a Kombi, o menino logo fugiu e não foi possível encontrá-lo. Comentando o caso após essa tentativa frustrada, Henrique relatou coisas que não encontrei na pasta do menino e que me permitem questionar que tipo de violação é essa entendida pelo Serviço. Esse depoimento foi registrado em meu diário de campo⁴²:

Henrique conta que o pessoal do supermercado adotou Mateus, tanto os funcionários como os clientes. Ele ganha muitas coisas ali e as pessoas se sentem protegidas por este menino de nove anos. No natal ele ganhou muita coisa, inclusive uma bicicleta. Foi tanta coisa que a gerente chegou a pagar um táxi para levá-lo em casa. (diário 14)

⁴² Os depoimentos e conversas informais, como já disse na Parte I, são grande fonte de minhas informações. O modo de registro utilizado por mim foi a transposição do conteúdo da conversa para o diário de campo do respectivo dia. Assim, quando se tratar de depoimentos e conversas informais, elas estarão explicitadas no corpo do texto, e os seus respectivos excertos nas caixas de texto.

Será que é possível pensar apenas em violação quando se lê este relato? Que tipo de relação está colocada aí que permite dizer que essa situação constitui uma violação, ou seja, uma violência para Mateus? E que relações e vivências são esperadas daqueles que cuidam dessas crianças para que elas não estejam nessas situações?

Pensar no termo utilizado por Henrique, a adoção, já permite que se tensione esse entendimento da violação. Adotar, pelo dicionário Aurélio eletrônico, significa, entre outros: “1. optar ou decidir-se por, escolher, preferir 2. seguir, abraçar 3. tomar, assumir 4. aceitar, acolher”. Dessa forma, entendendo que o pessoal do supermercado acolheu, preferiu, assumiu e abraçou Mateus, fica difícil pensar em violação. Como referi acima, o ECA (1990), e já a CF (1988), indicam que não só a família é responsável pelas suas crianças, mas também o governo e a sociedade em geral. É possível pensar que, aqui, se trata disso também: a vizinhança, a comunidade se responsabiliza, acolhe e assume algumas de suas crianças em determinada situação de pobreza. Talvez Mateus tenha sido a única criança em sua rua a ganhar uma bicicleta no natal e isso foi gerado através daquilo que o Serviço chama e entende por violação dos direitos.

Também é possível pensar que as condições de vida experimentadas por esses meninos e meninas são tão difíceis que, por vezes, ser violado em seus direitos melhora alguns acessos a bens e serviços (ARENDETT, 2004). Assim, o que é entendido como uma vulnerabilidade pelo Serviço (o estar na rua), coloca-se como redutor de outras vulnerabilidades surgidas da pobreza e da falta de acesso a educação, saúde e renda. É importante marcar também que a rua opera como um lugar de socialização destacado na vida dessas crianças. É muitas vezes aí que se formam redes e relações de amizade, parceria e aprendizagem⁴³.

É necessário considerar, ainda, que muitas vezes o menino de nove anos que “protege”⁴⁴ o supermercado – como relatado por Henrique – torna-se, quando mais velho, uma ameaça a ele, como é o caso de um grupo de jovens que fica em frente a um supermercado numa área mais valorizada da cidade. Segundo o gerente desse estabelecimento, os meninos ameaçam os clientes, quebram vitrines e fazem “de tudo” ali na frente. Pode se dizer que essa adoção não é para sempre, mas que ela é reavaliada

⁴³ Infelizmente, por questões de tempo e espaço – já que este não é o foco da dissertação –, não será possível trabalhar com essa dimensão da amizade e das redes de solidariedade formadas na rua.

⁴⁴ Essa proteção referida por Henrique está ligada a uma segurança que as pessoas que frequentam o supermercado sentem ao ter um menino da Bom Jesus na porta do supermercado. Parece haver uma crença de que, com ele ali na frente, ninguém irá assaltar ou ameaçar para não ‘sujar’ a imagem do menino no lugar onde ‘ganha’ a vida.

constantemente mediante a contrapartida do adotado. Dependendo das suas atitudes, esse contrato de proteção mútua poderá ser renovado ou não.

Essa preocupação com o futuro dos meninos e meninas parece ser apenas do Serviço e dos gestores públicos, uma vez que comumente a preocupação dessa população se refere ao hoje. Essa preocupação com o presente foi chamada por Vincent Valla (1996) de provisão. Ele argumenta que, diferentemente dessa lógica da provisão, as classes médias operam com a lógica da previsão, pensando no futuro; daí a dificuldade em entender e aceitar essa lógica de viver no hoje sem pensar no amanhã. Como já disse, a previsão está profundamente imbricada com uma cultura das classes médias em que a poupança e as caixas econômicas – atualmente com outras roupagens como CDBs, Capitalização, Previdência Privada e até mesmo Consórcios de Ações – fazem sucesso. Segundo Jacques Donzelot (2004), as caixas econômicas se popularizaram justamente para incluir os trabalhadores numa lógica de poupar para o amanhã dos/as filhos/as. Elas faziam parte dos investimentos e ensinamentos da assistência social que buscava, através da extinção dos gastos com bebidas, jogos e outros vícios, melhorar as condições de vida dessas populações, especialmente as dos/as seus/suas filhos/as.

É interessante pensar que ainda esse tipo de investimento ocorre, uma vez que o programa Bolsa-Escola trazia uma cartilha⁴⁵ que contava uma história em quadrinhos de uma mulher que reclamava para o marido que o filho não tinha lápis de cor, pois ele não dispensava beber com os amigos. Ele então propunha que ela parasse de gastar dinheiro com esmalte. A seguir, então, os dois decidiam parar com seus ‘vícios’ e conseguir comprar não apenas os lápis de cor, mas também um caderno para o filho (KLEIN, 2003). Mesmo tendo gasto o dinheiro imediatamente com a compra desses materiais, o que a cartilha pretende ensinar é que a educação é um empreendimento para o futuro, no qual vale a pena investir. É preciso que esses programas reiterem este discurso, uma vez que a educação muitas vezes toma um tempo em que se poderia estar ganhando dinheiro na rua, vendendo coisas, produzindo a sobrevivência e não preparando uma condição de vida melhor no futuro. Ao mesmo tempo, ao ser perguntado sobre o que espera do futuro por uma educadora, Fernando afirma que “quero morrer fumando pedra, fumar até morrer”. Esse tipo de fala incomoda muito quem trabalha na assistência social pela sensação de impotência, de incapacidade para melhorar as situações. Porém, quando fiz uma pergunta semelhante durante a entrevista em que me coloquei como pesquisadora e não como educadora, Fernando disse que queria voltar

⁴⁵ Essa cartilha foi analisada por Carin Klein (2003) e encontra-se em anexo nessa dissertação.

a estudar e parar com as drogas. Isso não significa que comigo Fernando tenha sido mais sincero ou mais aberto, entendo que visibiliza formas diferentes de entender uma situação em momentos distintos; ora se utiliza uma lógica de previsão e ora uma de provisão.

Havia uma família em que essa lógica chegava ao ‘extremo’. A história era conhecida através do MP e até o fim do trabalho de campo a situação não havia sido averiguada.

João comentou que estava para visitar uma família onde um homem se relaciona com duas irmãs tendo 11 filhos com cada uma delas. Nessa família as crianças vão para a rua conseguir dinheiro para fins específicos. Dessa vez a intenção é juntar dinheiro para comprar uma tv 29’. As técnicas começaram a comentar então que isso mobiliza as crianças e as faz sentirem pertencentes a esse grupo colaborando na aquisição destes bens. Disseram ainda que isso para elas é inconcebível, mas que, nesse lugar, isso funciona muito bem. Alice ainda disse “se é saudável ou não é outra discussão”. (diário 23)

Essa família provoca já pelo seu tamanho e configuração. Nesse momento, interessa que tipo de ação essa família se mobiliza a realizar. Numa lógica de prever para o futuro não faz o menor sentido comprar uma televisão de 29’, quando se tem energia elétrica através de um ‘gato’ ou não se tem um emprego fixo⁴⁶. Nesse lugar, porém, é mais importante ou tem maior prioridade ir para a rua conseguir dinheiro para a tv do que ir para escola pensar no futuro e num possível emprego. Ao mesmo tempo, o investimento não traz lucro para médio e longo prazos, mas também não é um projeto imediato, uma vez que comprar um aparelho deste porte necessita de um montante significativo e que não é possível fazê-lo de um dia para o outro. Utilizando mecanismos como poupar, juntar, economizar, ligados à ordem da previsão, esses sujeitos se mobilizam para conseguir bens ligados à ordem da provisão. Com isso, não é possível dizer que essa família opera de um jeito ou de outro. É uma relação complexa que se estabelece não só na família, mas também com o bem a ser conquistado e as estratégias que colocam em ação para adquiri-lo.

Assim como as crianças dessa família, muitas outras vão para as ruas, mas com o objetivo de auxiliar e, às vezes, prover as despesas familiares. Essas crianças assumem então uma posição de responsabilidade muito grande, por vezes invertendo a lógica de funcionamento familiar que culturalmente conhecemos e que consideramos legítima, uma vez que essas crianças são provedoras da família enquanto os pais ficam em casa. Há, por

⁴⁶ Como o serviço conhecia a família apenas por um relato do MP, essas situações que descrevo são suposições para efeitos de análise, todavia sabia-se que a família era pobre, morava numa vila na periferia e não dava conta de sua subsistência.

exemplo, relatos de crianças que, com seu trabalho na rua, possibilitaram a construção da casa em que moram⁴⁷.

Essa lógica também se confronta com o que está disposto em toda a legislação contemporânea de proteção à infância, *lato sensu*, e que sustenta as ações programáticas previstas nessas políticas de inclusão social, além de colocar em xeque o que se entende e o que se define como infância, nos diferentes campos de conhecimento implicados com essas questões. Dessa forma, tais constatações demandam que nos perguntemos mais freqüentemente: O que se entende e se vive como infância em contextos como esses? Como essas condições de vida incidem sobre, e ressignificam, as relações entre indivíduos a quem se atribui o estatuto de adulto e de criança no âmbito familiar?

As crianças dessas famílias, pelos olhos dos direitos humanos, têm seus direitos violados por seus pais. Isso implica dizer que a relação estabelecida nessa família não protege as crianças do modo como a legislação acredita ser necessário e as expõe a determinados riscos pelo fato de estarem na rua. Considero, a partir do material empírico, que a forma como essas famílias entendem e concebem a infância difere daquela definida pelos discursos jurídicos, psicológicos, médicos e pedagógicos que embasam as ações dos serviços de assistência social. Ou seja, a violação de direitos não é realizada enquanto tal, pois não se entende essas ações – colocar as crianças na rua para pedir dinheiro, por exemplo – como uma violação. Maria Paula, já citada anteriormente, disse, em uma visita domiciliar, que tem duas televisões em casa, “pois relata que não deixa seus filhos andarem pela rua, que leva eles consigo porque não tem com quem deixá-los e que eles precisam ter distração dentro de casa”. Também não são poucos os casos de pais, especialmente mães, que foram denunciados por deixarem as crianças trancadas em casa quando vão trabalhar ou acorrentadas por terem medo de cair num poço no terreno de casa. Ou seja, são determinados discursos que imbricam o estar na rua com violação.

Roberto, 15 anos, estava na porta de um supermercado sozinho. Disse que vai à escola pela manhã e que à tarde tentar juntar um dinheiro e alimentos para ajudar a mãe, que recebe o Bolsa Família, mas que, mesmo assim, não consegue sustentar os seus outros dois filhos. Ao comentarmos que um outro menino havia fugido de nós, ele disse que não foge porque não faz nada de errado, nem ele nem sua mãe: “quem não deve não teme”, disse o menino.

⁴⁷ Esse relato foi feito por uma educadora que conheci na primeira vez que estive no Serviço, em abril de 2006. Não foi possível retomar esse caso uma vez que quando iniciei meu trabalho de campo, ela já havia sido transferida para outro setor na Fasc.

Ao mesmo tempo, é possível ver que há uma hierarquia em termos de violação. Há determinadas ações ‘violadoras’ mais toleradas que outras. Uma criança pequena sozinha terá alguma prioridade no atendimento do que uma família ou menino/a conhecido há tempos do Serviço. Algumas vezes entende-se que a rua significa estar em menor vulnerabilidade do que estar em casa, ou em determinados abrigos. Certa vez, abordei um menino⁴⁸ que pediu para ficar na Casa de Acolhimento (CA). Fomos então para o CT, que deveria nos dar uma guia para que ele pudesse ficar na CA. Porém Ricardo havia fugido do Abrigo Municipal Ingá-Brita (Amib) e, com isso, só poderia entrar na CA passando ou pelo juiz ou pelo Amib. Como Ricardo estava encrencado com o juiz⁴⁹, fomos para o Amib. Havia mais um complicador: a CA era para meninos e meninas até 12 anos e Ricardo já tinha 13. O gerente da CA disse que não podia tê-lo na casa em função da idade e que deveria ir para o Amib. Ricardo dizia o tempo todo que não queria ficar no Amib. Chegando lá, o gerente do Amib ao ver o tamanho de Ricardo, muito mirradinho, ligou para a CA e disse que ele não podia ficar no Amib por causa do tamanho, seria prejudicial para ele em função dos guris grandes que vivem ali. Mesmo entendendo que a CA não era o melhor lugar para Ricardo em função da idade, o Amib se constituía num lugar pior ainda, em função das suas características (o mais novo, o mais baixo, o mais fraco) que o posicionavam como frágil, talvez indefeso e inexperiente no tráfico⁵⁰, na vida em abrigo... É na confluência de determinadas posições de sujeito que se instauram as vulnerabilidades.

O conceito de vulnerabilidade, aqui, é baseado no uso feito por José Ricardo Ayres (AYRES et al, 2006), ao trabalhar, na área da Saúde, com vulnerabilidade a dst/aids. Segundo os autores (2006), o conceito de vulnerabilidade complexifica as análises, uma vez que insere dimensões desconsideradas nas análises de risco. São divididas, para fins didáticos, três dimensões que se colocam como fundamentais nas análises de vulnerabilidade: individual, social e programática.

Na dimensão individual da vulnerabilidade, estão os “aspectos próprios ao modo de vida das pessoas que podem contribuir para que se exponham” a determinados agravos (AYRES et al, 2006, p. 396), bem como as informações, a qualidade delas e as condições de

⁴⁸ Esse foi um menino que teve prioridade no atendimento em relação a uma família que já tinha sido abordada no dia anterior, especialmente por aparentar ter uns sete ou oito anos, como falou a solicitante. Essa idade é considerada pequena demais para estar na rua. O próprio Ricardo disse, ao saber que a solicitante havia dito que ele tinha em torno de oito anos: “Aí vocês foram correndo, né? Oito anos é pequeno demais pra ta na rua!”.

⁴⁹ O juiz queria que Ricardo assinasse um documento de internação na Fase. Como sabia ler, Ricardo não quis assinar e xingou o juiz por ter tentado enganá-lo.

⁵⁰ Estive uma vez no Amib e não vi nada que me permitisse afirmar, porém ouvi falar algumas vezes, inclusive de pessoas que trabalharam ali algum tempo, que os guris do Abrigo são pequenos traficantes e fazem a revenda pela região.

elaboração dessas informações por esse sujeito a respeito do problema – no caso da situação de rua: os serviços existentes, seus direitos...

O componente social “busca focar diretamente nos fatores contextuais que definem e constroem a vulnerabilidade individual” (2006, p.396). Ou seja, o acesso a bens, serviços e informações, os marcadores sociais como gênero, raça, classe, geração são alvo de análise, buscando dar conta do contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido e de como este contexto afeta a vulnerabilidade deste sujeito a determinado agravo.

Finalmente, a dimensão programática da vulnerabilidade está assentada em “como, em circunstâncias sociais dadas, as instituições, especialmente as de saúde, educação, bem-estar social e cultura, atuam como elementos que reproduzem, quando não mesmo aprofundam, as condições socialmente dadas de vulnerabilidade” (2006, p.397). Isso significa pensar que também os serviços existentes estão implicados na produção de vulnerabilidades, dependendo de seu compromisso, gerência, monitoramento, recursos etc.

Assim, a vulnerabilidade coloca-se como uma teia de relações instituídas culturalmente na sociedade, que expõe os sujeitos de forma desigual e diferenciada a determinados agravos. Nesse sentido, uma pessoa não *é* vulnerável, mas *está* vulnerável a determinado agravo em função das posições de sujeito que ocupa nas diferentes hierarquias produzidas na cultura.

Como já disse acima, também as situações são valoradas como de maior ou menor vulnerabilidade. Em fevereiro de 2007, foi feita uma ação na Praça Garibaldi. Essa praça, localizada no bairro Cidade Baixa uma área valorizada próximo ao centro da cidade reunia muitos/as moradores/as de rua. Há, no seu entorno uma Casa de Convivência da Prefeitura para adultos em situação de rua, bem como um ‘sopão do pobre’ oferecido por uma sociedade espírita. Assim, não só crianças e jovens viviam nessa praça, mas também adultos. Neste local, funciona ainda um Jardim de Praça. Desse modo, parece ter havido uma pressão dos moradores da vizinhança para que a praça fosse revitalizada. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), em conjunto com Fasc e a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), realizaram uma ação com o intuito de “devolver a praça para a comunidade”, como disse o secretário da Smam. Assim, o Sesrua foi chamado a comparecer no local para colaborar na ação de ‘retirada’ dos/as moradores/as de rua. Quando chegamos, estavam organizando os guris e gurias que lá estavam para levá-los/as a uma Fazenda Terapêutica – iniciativa tomada pela Fasc sem interferência direta do Sesrua. Decidimos então dar uma volta ali pela região para ver se encontrávamos alguém – estávamos à procura de um menino que estava

precisando de atendimento médico, mas que havia fugido pela manhã para não ser levado para o hospital.

Achamos Laura. Ela estava acompanhada por outra mulher. Laura ria muito e parecia já ser “louca de rua” como chamam as pessoas do Sesrua. Amanda explicou que está perigoso andar na rua pois tem gente recolhendo os meninos, que ela deveria se cuidar e aparecer no LDB para tomar um banho, comer e evitar ficar na rua “porque eles estão pegando”. Ainda falou que levaram um bando para a fazenda terapêutica e que era para tomar cuidado. (diário 12)

Há aqui um entendimento de que estar na rua é uma violação, mas, ao mesmo tempo, também é considerada uma violação ser ‘retirado’ da rua dessa forma abrupta. Parece que há muitas formas de se entender a saída da rua e como ela deve ser feita dentro do Serviço. Pode-se pensar, também, que essas ações de saída da rua não devem ser feitas por uma ação da Smam em conjunto com a Fasc, mas sim pela própria Fasc e pelos funcionários que nela trabalham.

Essa atitude, tomada na abordagem referida, é também contraposta por uma fala recorrente no Serviço, expressa aqui pela gerente, numa de nossas primeiras conversas descrita em meu diário de campo:

A legislação é muito permissiva. Se a criança não quer ir contigo não pode forçar. A criança não sabe o que é o melhor para ela, o adulto sabe. Está em situação de vulnerabilidade, em situação de risco e tu tem que deixar ela ali. Tínhamos obrigação de pegá-la e levá-la para um local seguro. Ela é inimputável, se é inimputável, ela não sabe o que é certo. (diário 3)

Esse “tínhamos a obrigação” significa “deveríamos ter”. Pela legislação, nenhum órgão, com exceção do CT e do juizado – por meio de mandato – pode obrigar uma criança a ir para determinado lugar. No caso deste serviço, como descrevi anteriormente, a função é trabalhar o desejo do menino ou da menina de sair da rua, sem forçá-lo a nada. Ao mesmo tempo, o Sesrua/Ação Rua enxerga uma incoerência dentro do discurso jurídico: “se é inimputável, não sabe o que é certo” e por isso alguém tem de tomar as decisões por ela. Contudo, quando alguém mobiliza uma ação para tomar as decisões e retirá-los das ruas, avisa-se através do próprio Serviço: “Cuidado, estão pegando”. Dessa forma parece que qualquer tipo de ação é colocado como uma violação. Pode-se dizer que é melhor permanecer na rua do ser retirado dela à força, já que se entende que dessa forma a ação não tem valia e fere os direitos desses sujeitos. Algumas violações, como já afirmei, são mais toleradas que outras. Porém o sujeito infantil pleno de direitos coloca-se quase sempre como mais frágil e mais vulnerável que os outros e a sua vontade deve ser amplamente considerada sob pena de

violar os seus direitos. O sujeito infantil, proclamado pelos discursos jurídicos e psicológicos, está no centro das atenções de políticas públicas, programas de inclusão, serviços, enfim, no centro da sociedade, já que ele é de responsabilidade da família, do estado e da sociedade em geral, como nos diz a Constituição de 1988 e o ECA. É esse movimento de visibilizar ao máximo o sujeito infantil enquanto sujeito político, que chamo de politização da infância. Fernanda Ribeiro (2006), trabalhando com maternidades numa instituição francesa de proteção à infância, chama a atenção para o fato de que “é por causa das crianças que elas [as mães] podem vir residir nesta instituição, é em nome das crianças que uma equipe de profissionais está presente em seus cotidianos, são as crianças que justificam algumas ajudas que recebem do estado” (RIBEIRO, 2006, p.2).

Assim, colocando a infância no centro das políticas públicas e do atendimento às famílias pobres, entendo que vai se produzindo uma ampla rede de politização da infância, posicionando os seus problemas como prioritários nas metas de governo. Dessa forma, visibiliza-se também aqueles a quem se imputa a maior responsabilidade no gerenciamento da educação e do cuidado das crianças: a família.

* * *

O conjunto de excertos examinados aqui me permite pensar que a rua se coloca dentro do Sesrua/Ação Rua como uma violação dos direitos da criança e do adolescente. Ao mesmo tempo, são colocadas em ação estratégias e práticas que tornam a sobrevivência na rua possível. Há, também, uma valoração hierarquizada daquilo que se entende como violação – crianças pequenas e sozinhas em situação de rua, colocar filhos/as para pedir ou vender na rua, ser retirado à força da rua etc.

4 “Que famílias a gente pode chamar de família?”

A pergunta que intitula este capítulo foi proferida por um educador social do núcleo conveniado durante nossa entrevista. Falando sobre os problemas de retorno e reinserção das crianças nas famílias, Henrique comenta:

Mesmo que a gente queira arrancar aquele menino “não ele tem que voltar pra família”, se a gente analisar que família ele tem? Que família a gente pode chamar de família? Às vezes tu chega lá no espaço é um barraco que não tem nem espaço pra ele ficar.

Pensando sob esse prisma, pode-se pensar o que constitui uma família. Pela fala de Henrique, nota-se que não é toda organização de pessoas morando numa mesma unidade doméstica que pode ser chamada de família. Aliás, o lugar onde se mora, pela fala de Henrique, também importa na hora de denominar um grupo de pessoas como família. Mas, então, que famílias podem ser chamadas de famílias?

Nesse capítulo, procuro indicar três dimensões que aparecem de forma destacada quando se fala de família em geral e quando se fala das famílias atendidas no contexto estudado: a legalidade, a consangüinidade e a matrifocalidade. Através da leitura atenta do material empírico e das tentativas de organizá-lo, percebi a existência de noções que embasam, mesmo que extra-oficialmente, o conceito de família presente no Serviço e nos contatos com os meninos e meninas em situação de rua.

Tanto o projeto do Sesrua quanto o do Ação Rua não explicitam o que entendem por família. O projeto do Ação Rua, especialmente, esquiva-se dessa definição ao dizer que “os Núcleos do Ação Rua deverão trabalhar com conceito amplo de família, com abertura para atuar com diferentes formas de organização familiar e afetiva”. O que é um conceito amplo de família? De que forma isso se operacionaliza na intervenção do Serviço?

As diferentes políticas públicas direcionadas ao atendimento familiar vêm estabelecendo definições consideradas amplas sobre família. Assim, procura-se que as famílias se identifiquem dessa forma e passem mais facilmente a “pensar, sentir e agir de certos modos e não de outros.” (MEYER et al, 2007, p.3). Dentro do Programa de Atenção Integral à Família (Paif), do governo federal, o termo é designado como “todo núcleo de pessoas que convive em determinado lugar, durante um período de tempo, e que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos ou de solidariedade”. Já a Secretaria Nacional de Assistência Social considera a família “um núcleo afetivo, cujos membros se vinculam por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações

recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero” (MEYER et al, 2007, p.7s).

Isso implica dizer que a política analisada aqui está inserida dentro de um contexto maior, que vem, ao longo do tempo, ampliando o que se entende por família na área da Assistência Social e das políticas públicas. O fato de o Sesrua e o Ação Rua não especificarem o que estão tomando como família pode indicar que essa noção já está dada, seja culturalmente nos discursos do senso comum, seja nas novas definições das políticas públicas, especialmente as de nível federal.

De qualquer modo, num recente artigo em que a análise de três políticas públicas são confrontadas⁵¹, foi possível ver que

tanto as noções de família incorporadas pelos programas brasileiros de inclusão social quanto, sobretudo, aquelas que estão implícitas ou explícitas nos documentos norteadores dos organismos internacionais, tomam como referência uma matriz de organização social e familiar das sociedades ocidentais industriais e pós-industriais e que esta é insuficiente para dar conta da enorme variabilidade de configurações familiares possíveis. E essa variabilidade histórica, social e cultural desafia qualquer conceito geral de família. (MEYER et al, 2007, p.13)

4.1 A legalidade como legitimadora da família

Como coloquei no capítulo anterior, o discurso jurídico parece fundamentar todas, ou quase todas, as ações do Sesrua/Ação Rua. Essa busca pela legalidade em favor da criança se manifesta também na produção do que seja família, ou seja, esse discurso é um dos que permite dizer que um determinado conjunto de pessoas, reunidas e/ou vivendo juntas sob certas condições, é uma família. A responsabilidade dessa para com suas crianças deve estar registrada legalmente, seja por registro de nascimento, por uma ação de guarda, ou até mesmo por uma adoção legal.

Parece que as relações são atravessadas por essa responsabilidade jurídica que parir um filho/a impõe à mulher-mãe e ao homem-pai em nossa cultura. Naquela abordagem que fiz com Ricardo, comentada no capítulo anterior, ele contou uma história bastante forte e que

⁵¹ Este artigo foi produzido para o *Seminário avanzado sobre la salud y el desarrollo a través de la mirada de género*, realizado em junho de 2007. Embasaram a escrita três pesquisas sobre educação da família e políticas públicas: 1 - *A educação 'da família' como estratégia governamental de inclusão social: um estudo situado na interface dos Estudos Culturais, de Gênero e de Vulnerabilidade*; 2 - *Nas trilhas da família... como e o que meninos e meninas em situação de rua aprendem sobre relações familiares*; 3 - *Educação e(m) saúde para uma "infância melhor": maternidades e paternidades que se configuram em biopolíticas de inclusão social*.

me faz pensar e problematizar essa lógica da legalidade. Ricardo morava com a mãe, o pai e dois irmãos. Segundo ele, “o pai sempre foi ladrão”, mas nunca deixou faltar nada em casa. Depois de um tempo, o pai acabou se envolvendo com drogas e quando não tinha crack em casa ficava “louco”: saía para a rua e atirava em quem passasse pela frente. O pai de Ricardo foi preso e matou-se na prisão. Ricardo relata sobre sua mãe que

Após isso ela começou a “vender pedra e um dia eu roubei as pedras dela”. Depois desse dia “ela fugiu de mim”. (diário 16)

Esse “fugiu de mim” foi contado no CT, quando um conselheiro perguntou onde estava a mãe dele. Ricardo logo disse “ela fugiu de mim”, ao que o conselheiro olhou com um ar de desconfiança que parecia dizer “como assim fugiu de ti?”, Ricardo percebendo a dúvida que pairava naquele ambiente reforçou “é sério! Ela fugiu de mim!”. O Conselho Tutelar, dentro desse aparato discursivo da legislação, é o órgão que executa o que está escrito na lei, ao menos em tese. O fato de isso ter sido dito dentro de um CT tem implicações, tem efeitos. Um deles foi assimilado por Ricardo: a desconfiança do conselheiro. Mas ainda há outros que nos permitem pensar a imbricação do discurso jurídico com a produção do que se entende e se espera por família dentro desse contexto.

Podemos começar pela pergunta que gera a resposta contundente e até duvidosa, segundo o conselheiro, de Ricardo. Essa pergunta, “onde está a tua mãe?”, repetida muitas vezes por diferentes pessoas a diferentes crianças e jovens, já nos dá pistas para seguir as trilhas, os rastros de família nesse lugar. O que permite que se pergunte pela mãe? Que lugar ela tem dentro desse discurso?

Pelo ECA, todas as crianças e jovens precisam ter alguém que se responsabilize por elas, é necessário que um sujeito adulto tome para si a responsabilidade de cuidar e educar esse sujeito infantil e jovem. Assim, entende-se que culturalmente essa responsabilidade é daquele e daquela que geram essa criança, ou seja, dos pais biológicos⁵². Com isso, confere-se especialmente aos sujeitos pai e mãe essa tarefa, já que, pelo registro de nascimento⁵³, eles são colocados como os responsáveis por essa criança.

Pode-se dizer então, pela lógica da legalidade, que essa mulher não cumpre seu papel de se responsabilizar por esse menino, ou ainda que ela não o vê como um sujeito que precisa

⁵² Há também uma generalização de que as mulheres-mães cuidam de seus filhos sozinhas pois o pai foi embora e não convive mais na casa ou com a criança. Essa questão será explorada na seção 4.3.

⁵³ É importante salientar que o nome do pai não é mais obrigatório nos registros de nascimento, porém o que importa pensar aqui é o peso dado e a responsabilidade depositada naquele ou naquela que registra um filho/a. Bem como os efeitos de ‘simplesmente’ ter o nome na certidão de uma criança.

de atenção e cuidados especiais e por isso o deixou sozinho. Ainda pode-se dizer que os discursos jurídicos prescrevem determinadas formas de ser e viver a maternidade que, no caso, não são levadas a cabo pela mãe de Ricardo. Nessa época em que conversamos, fazia em torno de três a quatro meses que Ricardo não tinha notícia de onde sua mãe estava morando, mas mesmo assim ela ainda é chamada, nos lugares onde esse menino é atendido, como a responsável por ele.

Em outra ocasião, abordei um menino de 15 anos, Paolo, que estava na sinaleira fazendo malabares. Era em torno de dez horas da manhã. Perguntamos o nome da mãe e seu endereço. Ele respondeu, mas disse que não morava mais lá. Perguntou-se então onde e com quem ele estava morando. Ele disse que uma mulher, amiga dele, o acolheu em sua casa. Disse ainda que saiu de casa por desentendimentos com o padrasto e que logo foi morar com essa mulher. Quando terminamos a abordagem, seguimos em direção à Kombi, comentando o caso. Essa conversa foi descrita em meu diário de campo:

João falou ainda que era necessário averiguar essa mulher que o acolheu, pois às vezes elas maltratam as crianças e guris que colocam para dentro de casa. Joana reforçou dizendo que tiram da rua para pôr no trabalho. João concordou e disse que ele já estava ali pedindo dinheiro. Falei que achava isso meio natural já que provavelmente a família que o acolheu não deve ter recursos para sustentar mais um sem nenhuma ajuda: ‘te dou casa e comida, mas tu tens que ajudar nas despesas’. João concordou que fazia sentido, mas que poderia também fazer coisas que fossem prejudiciais. Concordei, mas lembrei que quando estava ruim ele saiu da casa da mãe e que se fosse o caso ele sairia de lá também. Aí ele retrucou “é mas e se ela colocou ele em casa pra transar com ela, ele pode achar legal. Mas não é saudável”. Fiz uma cara de ‘pode ser’ e segui o caminho. (diário 30)

Nessa conversa, pode-se ver o tom que é usado para se referir às pessoas que, de alguma forma, assumem essas crianças. O termo averiguação, muito utilizado nas investigações policiais, é também utilizado aqui. E é um pouco isso que se busca fazer: investigar, averiguar, advertir, aplicar medidas... Um educador que entrevistei dizia sobre o trabalho das assistentes sociais nos núcleos e módulos regionais:

Então a gente sabe que fica difícil de ta lá toda semana na casa. Mas aquele momento que eles têm os trabalhos em grupo, nos programas de família, poder chegar de surpresa na família, ver o que que ta acontecendo, qual é o movimento, se a criança ta na escola, se ela tem idade pra ta na escola, se ta em SASE. (Entrevista Henrique, educador social conveniado, grifo meu)

Ou seja, o discurso jurídico está tão imbricado na forma como o trabalho se desenvolve que os termos utilizados e as estratégias adotadas são muito semelhantes às das investigações policiais⁵⁴. O “chegar de surpresa” pode ser comparado ao flagrante e lembra as

⁵⁴ Não creio que o discurso jurídico e o policial sejam iguais, porém um subsidia o outro na medida em que a polícia trabalha para conter aqueles e aquelas que não cumprem as leis sancionadas dentro de uma discursividade

ações (outro termo bastante utilizado na assistência social) da Polícia, especialmente a Federal, que tem agido como polícia de inteligência e estratégia. Uma vez que a exploração e a violação dos direitos das crianças e jovens são entendidas como crime – algumas vezes passível de prisão, muito embora dificilmente isso seja levado a cabo –, essa apropriação dos termos faz sentido.

Há uma especulação sobre a postura da mulher que acolheu Paolo recém-saído da casa da mãe. Entendo que seja necessário verificar que condições são essas e que tipo de acolhimento foi dado a ele. Ao mesmo tempo, são cogitadas nessa rápida conversa três tipos de violação, cada um com seus problemas. Fala-se muito nesse ‘pegam para maltratar’⁵⁵ em nossa cultura. Primeiramente, o pegar indica que a criança ou o jovem não esteve sempre nesse lugar – ele foi pego em determinado momento, retirado de alguma situação para ser levado a outra. Dessa forma, está sendo dito que existe uma prática de ‘pegar’ e de ‘deixar’ crianças para criar, uma circulação – como aponta Fonseca (2006). Em segundo lugar, esse ‘pegar’ estabelece um tipo de relação talvez duvidosa, já que se fala em maltratar, pôr no trabalho. Coloca-se em operação um discurso de que nem todos tratam bem as crianças que acolhem, como supostamente é o caso dessa mulher que deu abrigo a Paolo. Costumeiramente, os homens são vistos como aqueles que maltratam as crianças. As mulheres, em função da naturalização do instinto materno e da educação para o cuidado de crianças, são encaradas como menos suspeitas de cometerem abusos e violações às crianças e jovens. Nesse caso, também a mulher foi colocada sob suspeita de suas intenções, contrariando um pouco a lógica do instinto maternal das mulheres.

Ainda há a questão do trabalho. Crianças e jovens não devem trabalhar pela ótica descrita nessa conversa. Ao mesmo tempo, Paolo está com 15 anos, quase podendo fazer a carteira de trabalho. Pela legislação trabalhista, a partir dos 14 anos os/as jovens já podem ser ‘aprendizes’, desde que isso não interfira nos seus estudos e que de fato estejam aprendendo

jurídica. Não significa que a polícia seja uma parte do jurídico, ela tem formas distintas de lidar com as situações e tem funções diferenciadas. Mas há nessa relação pontos em comum. Aqui interessa pensar que quando não se cumpre uma determinação jurídica, no caso a lei 8.069/1990 – ECA –, as manobras e estratégias utilizadas para se fazer cumprir a lei passam por medidas semelhantes as utilizadas no combate a crimes como narcotráfico e casos de corrupção, sem entretanto recorrer à polícia. Nesses casos, quem assume a função de investigar os problemas e deter ‘suspeitos’ é a assistência social, por meio de seus equipamentos e políticas públicas.

⁵⁵ É interessante pensar nesse verbo ‘pegar’, empregado muitas vezes nesse contexto. Pegar, no dicionário Aurélio significa, entre outros, “2. agarrar, prender, segurar; 7. buscar, apanhar; 11. conseguir, obter, alcançar”. A partir desses significados e do modo como é utilizado aqui “pegar para maltratar”, pode-se pensar que quem é pego simplesmente sofre a ação de outro, passivamente, sem reação. É possível dizer, então, que há um contrasenso, uma vez que a legislação fala nos direitos da criança enquanto sujeito que tem alguma gerência sobre sua vida, como por exemplo, numa ação de guarda em que a criança sempre é ouvida sobre o que pensa e qual a sua vontade. Ao mesmo tempo em que a legislação confere ao sujeito infantil uma certa área de agência, o uso do termo pegar anula essa agência ao significar uma ação que é realizada por um indivíduo e sofrida por outro.

uma profissão. É verdade que Paolo deixou de frequentar a escola quando saiu da casa de sua mãe, porém o trabalho coloca-se como antagonico à identidade infantil e juvenil nesse contexto. Um dos educadores entrevistados coloca que essa valoração do trabalho desde a infância é uma noção arcaica, uma vez que, para crianças, a escola e a educação devem ser priorizados. O valor do trabalho, nesse contexto, é colocado como algo que interfere negativamente no desenvolvimento da criança, por comprometer a escolarização.

Outro ponto relevante dentro desse excerto refere-se à suspeita de exploração sexual. É possível pensar que tem aí uma certa ruptura com a noção culturalmente dada de que homens é que exploram sexualmente, e que apenas eles conseguem fazer isso. De alguma forma é uma grande mudança na lógica de gênero pensar que uma mulher pode estar explorando sexualmente um menino de 15 anos. Porém parece coexistir e reforçar a idéia de crianças e jovens como ingênuos, puros, inocentes, sem malícia. Atualmente, acho difícil pensar que esse menino esteja sendo explorado, mesmo a legislação indicando essa relação – mulher adulta e rapaz com 15 anos – como pedofilia. Não quero dizer com isso que não existam casos de pedofilia com meninos e meninas dessa idade e nem mesmo de que se deve ignorar esses casos ou não considerá-los crime, porém, em nossa cultura, os meninos são estimulados a ter uma iniciação sexual precoce, especialmente nas relações heterossexuais. São ensinados a ser ‘garanhões’ e a transar com todas as mulheres possíveis, em função dessa construção de masculinidade que incita a virilidade. Mas esse conflito é visto e entendido dentro do Serviço, pois, como diz João, “ele pode achar legal”; o fato é que “não é saudável”.

Pode-se ver, ainda, no caso de Paolo, uma aproximação com o campo da Saúde, nesse caso, mais especificamente, com a Psicologia. A suspeita de abuso sexual colocada aí posiciona esse jovem como vítima, entendendo apenas suas violações de direitos. É certo que ser abusado sexualmente traz danos ao sujeito, porém o que é aqui entendido como saudável ou não para crianças e jovens é discutido e avaliado a cada caso e remediado como possível, para que as situações não coloquem em risco a produção de um sujeito saudável e equilibrado ao final de sua educação. Mas o que é ser saudável neste contexto? Entendo que há uma imbricação dos discursos psicológicos e jurídicos na formulação do que seja saudável. Um dá sustentação ao outro. A Psicologia, especialmente a do desenvolvimento, elabora uma noção do que seja ser infância saudável, a partir de uma estrutura familiar adequada que lhe proporcione carinho, afeto, atenção, bem como atitudes que promovam o ser infantil na sua individualidade e respeito ao seu tempo e condições de realizar tarefas. Ainda coloca-se a infância como etapa da vida que se destina ao aprendizado de conhecimentos historicamente

construídos e do funcionamento do mundo adulto sem, entretanto, tornar-se um aprendiz – aquele que deve aprender fazendo. Assim, esse conhecimento psicológico é tomado pelo conhecimento jurídico a fim de legislar sobre ele. Pode-se dizer, desse modo, que a legislação procura regulamentar uma determinada noção de infância saudável, descartando outras formas de viver a infância, chamando-as de violação de direitos. O projeto do Ação Rua indica explicitamente que os investimentos realizados são para buscar “maior eficácia no enfrentamento à situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes, violados em seus direitos fundamentais e, portanto, excluídos dos espaços de proteção e desenvolvimento saudáveis” (PORTO ALEGRE, 2006, p.3).

Essa violação, como referido no capítulo anterior, está ligada a muitos fatores. No caso dessa outra família, a história era longa. A situação não estava bem definida: havia quem dizia que eles já estavam morando na rua e quem os tratava como rua-sobrevivência. Abordei-os uma única vez, mas essa era a segunda abordagem consecutiva dessa família no mesmo ponto. No dia anterior, eles haviam sido levados para casa em Viamão pelo Serviço. A violação de direitos da filha estava sendo tratada no Sesrua/Ação Rua como limite, existindo a possibilidade de suspensão do pátrio poder.

Era um casal com uma criança de um ano, um ano e meio. Estavam cheios de coisas que ganharam e até dava a impressão de que estavam morando naquela esquina. Junto com eles, estava André Rodrigues Rosa. André tem 15 anos e estuda em Viamão. Os três ficam na sinaleira da Vicente com a Ipiranga, mas param na frente da confeitaria. Henrique comentou que se a situação permanecesse assim, o CT seria acionado e Virgínia provavelmente seria abrigada. Pai e mãe enlouqueceram e disseram que um casal de advogados que mora ali perto os advertiu disso e se prontificou a cuidar do processo caso isso acontecesse. Logo a moça foi chamar o casal, pois eles os defenderiam das acusações. (Diário 17)

A preocupação em perder essa filha era recorrente e o pai dizia “não vão tirar minha filha”. O ECA afirma que pobreza não é motivo para que as crianças não vivam no convívio de sua família de origem, porém Cláudia Fonseca (2006) cita uma pesquisa feita nos prontuários da Febem antes e depois da entrada do Estatuto. Aquilo que outrora era chamado de falta de condições passou a ser denominado como negligência e abuso. Dentro do Ação Rua, isso é denominado como abandono, no sentido de que não há interesse ou atenção de pais e mães para com seus filhos e filhas. Dessa forma, quando se diz que há um abandono total dessas crianças, esquece-se que muitas vezes essa situação é gerada por uma pobreza absoluta, na qual mães, por exemplo, advertem uma filha de que ela precisa emagrecer, pois

suas roupas não servem mais⁵⁶. Por mais que essa mulher-mãe não falasse sério, o fato de pensar nisso indica que essa parece ser uma possibilidade para ainda ter como vestir a filha de um ano e meio. No seu histórico, consta que a mãe já perdera um filho por situação de maus-tratos, mas que tipo de ‘bons-tratos’ podem ser oferecidos nessas condições?

Entendo que, dessa forma, o que está dito no ECA é esquecido e pobreza passa a ser um fator que complica a permanência da tutela da criança com seus pais. De outro modo: “as famílias que, apesar de diversas ajudas fornecidas pelo estado, ‘não conseguem se organizar’ para manter as condições mínimas para a criação de seus filhos parecem ter poucas alternativas: depois de esgotar as possibilidades de manter a criança na sua família de origem, passa-se diretamente à idéia de adoção” (FONSECA, 2006, p.32).

Dessa maneira, deixa-se de considerar outras formas de vivência e organização familiar que não estão previstas em lei, como a circulação de crianças, a qual Fonseca (1998, 1999b, 2002, 2006) tão bem explorou com suas pesquisas. Um desses casos é o de Fábio. Ele vivia com o pai em Alvorada e fugiu por apanhar demais. Veio morar com a mãe em Porto Alegre. Tive contato com Fábio bem no início do campo. Um dia, uma educadora que estava junto quando conheci Fábio me contou que o tinha abordado novamente. Ele estava na rua com uma menina e morando na casa de um casal que o acolheu. A decisão tomada pelos educadores que fizeram a abordagem foi levar o menino de volta para a casa de sua mãe.

Perguntei aos educadores e técnicos com quem conversei sobre o caso de Fábio. Dois deles colocaram-se contra uma possível adoção visto que, ao levá-lo para casa, constataram um “bom vínculo com a mãe” e que consideravam o histórico da família que o acolheu como bastante problemático.

Cabe perguntar: que bom vínculo é esse? Se há bom vínculo, por que Fábio continua a sair de casa? E que tipo de histórico impossibilita receber uma criança, mas autoriza, mesmo que indiretamente, que continuem a ser pais de outras crianças biologicamente? A educadora que comentou sobre esse bom vínculo disse que a mãe o recebeu com um abraço e que ele respondeu da mesma forma. Fábio pediu para cortar o cabelo e ela disse que já faria, pediu ainda um suco e a mãe foi até a cozinha e preparou para ele. Essa era a descrição. Um abraço e a simples realização de tarefas como cortar cabelo e preparar um suco é tomada aqui como um vínculo bom o suficiente para que uma criança permaneça na casa da mãe, independentemente das coisas que essa criança diz sentir e pensar sobre essa família. Na

⁵⁶ Enquanto fazíamos a abordagem, uma leve chuva caiu e deu uma refrescada. A mãe resolveu colocar uma blusa mais quente na menina. Com dificuldades para enfiar a roupa ela falou “ih minha filha, vai ter que fazer um regime pra emagrecer. As tuas roupas não te servem mais!”, com um certo tom de brincadeira.

primeira vez que abordei Fábio, ele comentou que o padrasto quase o matou quando ele foi defender a mãe numa briga em que ela estava apanhando. A partir desses relatos e observações, parece haver uma simplificação do que seja viver em família, quando, pelo que aparece aqui, existe uma complexidade imensa ao se tocar nas relações familiares.

Um outro educador comentou ainda, que o grande problema de Fábio era com as drogas e que isso não permitia que ele ficasse em casa. Outros três disseram que provavelmente Fábio tinha encontrado situações melhores nessa nova família do que na casa de sua mãe e que, por isso, seria interessante fazer uma avaliação dessa família e iniciar o processo de adoção. Quando questionei sobre essa adoção, um dos educadores comentou que de fato dificilmente essa família ia adotar legalmente Fábio. Uma outra pessoa afirmou que esse processo era necessário e que esse era, justamente, o maior problema: as famílias que acolhem não querem se responsabilizar legalmente pelo cuidado dessas crianças e pelos seus atos. Porém, muitas vezes, os pais dessas crianças não querem ‘se desfazer’ delas para sempre. Em muitos casos, a situação é apenas temporária, provisória. Entendo que a provisoriedade e a multiplicidade de casos e formas de organização sejam difíceis de serem atendidas pelas políticas públicas, que devem pensar no todo e numa homogeneidade; o grande problema está no fato de os sujeitos não serem homogêneos, estáveis, unívocos.

É interessante pensar, ainda, que nenhum processo de guarda é feito quando uma criança nasce, pois a consangüinidade legaliza a relação juridicamente. É com esse argumento que passo para a próxima seção, na qual discuto de que formas a consangüinidade fundamenta as noções de família nesse contexto.

4.2 A consangüinidade como fundante da família

Conforme indiquei na seção anterior, parece haver um borramento na fronteira entre legalidade e consangüinidade. Na medida em que a legislação confere aos genitores plenos direitos e responsabilidades sobre sua prole, pode-se dizer que a consangüinidade confere legalidade a essas relações.

Mas há outros elementos da consangüinidade, além da legalidade que ela supõe, para os quais quero chamar atenção aqui. Um deles refere-se ao modo como se entende e se trata determinadas relações

Ali na frente da igreja Santa Terezinha tinha uma mulher com um menino grandinho e uma menina pequena. A Diana Aguiar estava com uma filha, a Jaqueline (4) e com o Maurício (14). Maurício se referia o tempo todo à mulher como “a nega Claudia”. A Mara ficou muito incomodada com essa forma com que ele estava tratando a Diana e disse ‘tu fala assim com a tua mãe?’. Ele disse que ela não era a mãe dele (só aí é que ficamos sabendo). Então a Mara perguntou se ele tratava assim a mãe dele, ao que prontamente respondeu que não ‘com a minha mãe não!’. (Diário 5)

Logo que chegamos para fazer a abordagem, não tínhamos dúvida de que se tratava de mãe e filho. Essa naturalização de que mulheres com crianças são mães e filhos pode ser entendida através da insistente proclamação da mulher como mãe em diferentes âmbitos de nossa cultura. Gladis Kaercher (2006), por exemplo, analisando livros infantis e infanto-juvenis do Programa Nacional Biblioteca da Escola, afirma que, na maioria das vezes, as mulheres adultas que aparecem nas histórias desses livros são mães e avós. Assim, parece que a maternidade se coloca quase como uma condição de feminilidade, em que o ser mulher pressupõe a maternidade. A operacionalização dessa noção dentro do Serviço, algumas vezes, esbarra na forma de viver em família que esses meninos e meninas adotam, uma vez que as perguntas são quase sempre as mesmas, fundadas principalmente em modelos hegemônicos do que seja família. As respostas, no entanto, são muito diversas.

Mas ainda há outro incômodo produzido nessa abordagem. Uma das educadoras ficou bastante provocada pela forma como Maurício se referia a Diana. Parece que os laços de sangue pressupõem um outro tipo de tratamento relativamente a essas pessoas ligado ao carinho, à devoção, ao amor. Quando se ficou sabendo que Maurício não era filho de Diana, o problema passou a ser como ele tratava a sua mãe. O modo ‘pejorativo’ e ‘desrespeitoso’ com que Maurício tratava Diana deixou de ser um problema – perguntou-se como ele tratava a mãe e Diana só voltou à conversa para falar de seus próprios filhos/as. É possível dizer, então, que a partir da consangüinidade se espera que haja uma ligação muito forte, especial, que deve ser tratada com respeito. Cynthia Sarti (2002) afirma que “se, na perspectiva dos pais, os filhos são essenciais para dar sentido a seu projeto de casamento, [...] dos filhos espera-se o compromisso moral da retribuição dos cuidados” (SARTI, 2002, p.31). Essa retribuição dos cuidados a que ela se refere parece estar ligada não só à gratidão (ajudar os pais nas suas dificuldades), mas também mostrar respeito no modo de se dirigir a eles, prestar contas de suas ações e consultá-los em suas decisões. Dessa forma, a rede de ajuda mútua formada pela família ganha um contorno mais palpável e se torna de fato mútua, estabelecendo

reciprocidade nas relações, sendo considerada um “sinal de ingratidão o não reconhecimento dessa contrapartida” (SARTI, 2002, p.32)

Penso que, a partir do excerto, se pode pensar ainda naquela noção de que “o sangue puxa” para além dos significados já utilizados na literatura, na qual a consangüinidade impele ao cuidado, ao acolhimento. O sangue puxa. Mas puxa a quê? O que se está dizendo aqui é que impele a ser solidário, companheiro, afetuoso. Segundo Fonseca (2006, p.22), “esses discursos veiculam a idéia de que o laço entre um indivíduo e seus parentes consangüíneos não depende de um ato voluntário; ele existe como algo dado, independente das contingências”. Ou seja, o sangue é tomado como uma entidade que extrapola os limites da convivência e da ação humana. Ele se torna um ente quase divino que liga as pessoas naturalmente por compartilharem a mesma carga genética. Atualmente, os exames de DNA têm sido buscados como a verdade sobre as origens e sobre a filialidade e paternidade (FONSECA, 2004c). Dessa forma, o DNA atua como forma de reafirmação da biologicidade da organização familiar. Ou seja, por mais que as políticas públicas tenham investido em definições de família mais amplas, a utilização de exames como o de DNA para definição de paternidade reforça os laços consangüíneos e biológicos como uma essência das organizações familiares.

A pasta de Fábio dá ainda outros indicadores dessa noção de consangüinidade. Na seção anterior, busquei ressaltar elementos sobre a busca da legalidade na relação com a família que o acolheu; aqui, busco indicar como a consangüinidade afeta e produz algumas das relações explicitadas acima. Na pasta, havia uma evolução referente a uma abordagem na Av. Assis Brasil. Segundo o que estava escrito, ele estava acompanhado de uma menina de três anos e se dizia responsável por ela. O fato é que Fábio tinha apenas 11 anos. Essa menina era filha de um casal, Susana e Murilo, descrito por uma das educadoras como “uma família que tem uma historia de vida, um passado meio pesado e continua no presente”. Essa família vivia num prédio do INSS que foi invadido. Segundo a pasta, eles “acolheram o Fábio neste espaço, pois, segundo a Susana estava dormindo embaixo do viaduto. A equipe de abordagem levou o Fábio de volta para a sua família”. Dizia ainda na pasta que, alguns dias depois, a mãe de Fábio ligou para o Serviço informando que o menino havia fugido de casa para ficar com Susana e Murilo.

Com essa atitude está deixando-se bastante claro quem é e quem deve ser família para essas crianças e jovens. Diz-se declaradamente que apenas algumas pessoas podem fazer parte da família e com elas é que se deve estar. É na biologia que se fundamenta a matriz dessas

famílias e nela deve-se permanecer. Isso implica dizer que, mesmo essa ‘nova’ família tendo acolhido Fábio e muitas políticas públicas entenderem esses laços de afeto e partilha como família – como é o caso do Paif –, dentro desse serviço, especialmente pelo “histórico” que o casal apresenta, não se coloca como uma família adequada para esse menino. Delega-se, então, a responsabilidade pela educação dessa criança a sua matriz biológica, mesmo que o menino tenha saído da casa do pai por apanhar de vara e dizer que o padrasto bate na mãe. A matriz biológica, a família de origem, é reiterada e legitimada com essas atitudes a responsabilizar-se pelos seus filhos e filhas e está ancorada especialmente na figura da mulher-mãe, sendo de alguma forma concentrada nesse sujeito. Esse discurso que outorga a família biológica como ‘o’ lugar das crianças está ligado a teorias psicológicas do desenvolvimento que acabam por embasar a formulação jurídica do bem-estar das crianças e adolescentes (KLEIN, 2003). Ao mesmo tempo, essa família biologicamente herdada tem obrigação de querer e acolher as crianças que gera, cuidando delas de forma qualitativa e eficaz para que cresçam de forma saudável. Ou seja, no contexto do Serviço, ignora-se a circulação de crianças empreendida muitas vezes por seus pais biológicos, obliterando as possibilidades de adoção ou de guarda dessas crianças em famílias próximas às de origem. Por mais que se diga que família não é só o trinômio pai-mãe-filhos e que não necessariamente estes se responsabilizem pelas crianças, é ao binômio pai-mãe que o serviço imputa a obrigação do cuidado e educação das crianças. Da mesma forma as crianças devem querer estar na convivência dessa família, entendendo-a como o seu único lugar.

A partir dessa situação, pode-se pensar como se valora a adoção neste Serviço e em nossa cultura. Nesse caso, a adoção – aqui, uma adoção informal – é vista como artificial, não atendendo às expectativas que se faz de uma família e não suprindo as necessidades das crianças.

Quando uma criança nasce, não há nenhum procedimento jurídico para que a responsabilidade dessa criança seja dada aos seus pais. Por outro lado, no caso de uma adoção, é necessário um longo trâmite legal, além de provar que se tem condições físicas, mentais, emocionais e financeiras de cuidar da criança adotada. Com esses diferentes processos, ensina-se que a consangüinidade está “naturalmente” ligada com sentimentos de proteção e cuidado, como se o fato de parir uma criança produzisse naturalmente um instinto que faz com que se cuide e se proteja, adequadamente, este ser. Elisabeth Badinter (1985) questiona o chamado instinto materno trazendo uma definição do Dicionário Larousse, que afirma ser esse instinto “uma tendência primordial que cria em toda mulher normal um desejo

de maternidade” e que após realizado esse desejo ela sente a necessidade de proteger e cuidar de sua prole (LAROUSSE, 1971, apud BADINTER, 1985, p.11). A partir desse discurso, se, ao contrário, este vínculo não for biológico, há a necessidade de se afirmar em frente a um juiz a intenção e o compromisso de zelar pela criança que se está assumindo. Porém Badinter (1985) nos diz que “uma mulher pode ser ‘normal’ sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho” (BADINTER, 1985, p.11), contrapondo dessa forma a lógica de instinto, de pulsão.

Contudo isso não é tomado dessa forma pela população inteira e muito menos pelos equipamentos de assistência social. Havia um caso de uma menina de 17 anos, Carla, que morava com a tia e tinha uma filha de, nessa época, seis meses. Eu já havia conhecido Carla logo que a menina havia nascido e, nesse reencontro, ela estava mais aberta e quis nos levar até sua casa. No caminho, ela ficava falando que estava magra por causa do crack.

Perguntei há quanto tempo ela estava na pedra. Disse que uns 4 anos. Perguntei se ela usava muito. “De dia e de noite. Às vezes só paro pra comer”. “E aí quem cuida da Stefanie?”, perguntei. “A minha tia” – fazendo um sorriso como criança que sabe que está jogando com algum adulto. Como ela já é ‘adulta’ perguntei se ela achava isso bonito “Eu acho, tu não acha? Ela gosta de cuidar da minha filha. Então?”. (diário 30)

Carla contraria esse suposto instinto e delega para alguém que “gosta” o cuidado da filha. Existe, aí, um modo de entender a maternidade que não é aceito culturalmente. Ao mesmo tempo, quando chegamos em sua casa, uma das educadoras foi fazer um carinho no pé da criança. Carla logo lhe pediu para parar, pois havia um problema no crescimento das unhas do pé. Perguntamos se ela já tinha ido ao médico. Ela logo disse que a menina já estava medicada. Assim, o fato de ela delegar os cuidados da criança para a tia não significa que ela não se importe ou não tenha cuidados com a filha, mas que as formas de viver e de se responsabilizar por essa criança são diferentes. Pode-se ver, pelo excerto, o lugar em que me coloquei durante a pesquisa: uma pesquisadora assumindo quase completamente o lugar de educadora social e reforçando alguns discursos, como o de que essa forma de viver a maternidade não é aceita culturalmente. Mesmo delegando o cuidado da filha para a tia, ela, em alguns momentos, torna-se sujeito desse discurso da boa mãe e tenta preocupar-se, tomar conta. Há algum tipo de cuidado aí, porém ele não é legitimado como tal.

A não-consangüinidade coloca-se como um problema, também, quando um cônjuge morre e deixa filhos/as de diferentes uniões. Numa situação dessas, uma mulher que conheci comentou sobre a guarda de seus sobrinhos

Henrique decidiu ir até a Bordini onde havia abordado umas meninas no dia anterior. Chegando lá havia uma mulher com filhos e filhas, sobrinhos... uma das crianças tinha em torno de oito meses. As outras eram maiores: entre nove e doze anos. Henrique ficou pegando informações das crianças, Gabriela e eu ficamos conversando com Joice. Ela contou que são três irmãs, mas uma delas morreu deixando filhas pequenas. O então companheiro dela quis ficar com as crianças, porém a avó não permitiu pois não eram filhas de verdade dele. Ela sintetizou isso dizendo “não sei pra quê. Não é filho dele mesmo. Pra maltratar depois?”. Dessa forma uma das filhas dessa mulher que morreu é tratada como se fosse filha da avó, irmã de Joice. (diário 13)

Essa concepção de que os cônjuges maltratam seus enteados é recorrente em nossa cultura. As histórias, especialmente as de madrastas más, são veiculadas e ressignificadas nos contos de fadas e por diversas mídias. No contexto estudado também se produz uma noção de padrasto mau, abusador, violento. Uma pergunta recorrente às crianças e as suas mães é sobre a relação com os padrastos, assim como é comum as mulheres-mães, ao falarem da saída dos filhos de casa, dizerem que não entendem o que acontece, pois elas fazem o que podem e os padrastos não são ruins. Com a iminência da violência pelos padrastos ou madrastas, de alguma forma produz-se um entendimento de que as relações estabelecidas através de laços de aliança e de solidariedade não são fortes como os laços de sangue (FONSECA, 2004b). Assim, não basta que as crianças se socializem nesse meio, é necessário que haja um mínimo de consangüinidade. Entendo que esse “não é filho dele mesmo” coloca em dúvida as intenções deste homem em ficar com filhos que não são seus. E é em nome do bem-estar dessas crianças que a avó toma para si o cuidado e educação delas. Portanto, há aí uma preocupação com esse sujeito infantil, porém nem sempre ela se concretiza das mesmas formas que os discursos jurídico e psicológico pregam, tornando essas famílias desviantes, negligentes, inadequadas para criação dessas crianças.

Quanto à neta que passou a ser tratada como filha, parece que ela assume o lugar da mãe que morreu. Ela, inclusive, vem para este ponto com os primos e primas e ‘cuida’ deles/as como se fosse adulta. A consangüinidade aparece como fundamental para dizer quem pode cuidar de quem. A circulação existe, porém está calcada numa idéia de que ela não constrói relações familiares tão intensas quanto as consangüíneas, já que a mãe nunca deixa de ser a mãe, como indica Cláudia Fonseca (2002). Por mais que se tenha muitas mães, a mãe biológica não perde seu espaço e comumente é para perto dela que os filhos/as se voltam na vida adulta, sem entretanto esquecer-se de seus pais de criação (FONSECA, 1999b). Isso implica dizer que “a presença de novas mães não anula a das antigas. Contudo ‘a mãe que me criou’ nunca é confundida com a que ‘me ganhou’” (FONSECA, 2006, p.24).

Quase no fim de meu trabalho campo, uma educadora veio contar-me, ainda um pouco assustada, o que havia descoberto. Gabriela tinha uma boa relação com uma menina, Jéssica, que morava ali pelo Centro. Conversando numa abordagem, elas descobriram que a menina é irmã da prima de Gabriela. A mãe de Jéssica foi casada com o tio de Gabriela e eles têm uma filha. Jéssica estava maravilhada com a descoberta, anunciando a todos a “prima emprestada”. Isso, pelo relato de Gabriela, parecia ter um significado muito especial para a menina: fazer parte, de alguma forma, da família de uma educadora – alguém importante – e, ao mesmo tempo, a possibilidade de um tratamento *vip* nesse serviço. Gabriela também estava muito mobilizada, mas por outros fatores. Fomos conversando e, aos poucos, ela conseguia falar o que estava sentindo e pensando. Saber que uma “prima” sua vive em situação de rua de alguma forma a estava incomodando. Às vezes ela reforçava “ela não é minha prima, é irmã da minha prima”, procurando distanciar-se dessa relação consangüínea com Jéssica. Gabriela dizia sentir-se mais responsável agora pela menina e que queria tentar criar formas de resolver a situação de Jéssica. Falei que ela parecia estar se sentindo mais próxima do que gostaria dessa menina. Ela concordou comigo e disse que à tarde conversaria com o psicólogo da equipe para ver o que fazer. Ao mesmo tempo em que a não-consangüinidade se coloca como problema quando se assume uma criança, a proximidade do laço de parentesco preocupa especialmente Gabriela, nesse caso, quando se dá entre educadores e usuários. De alguma forma, rompe com a lógica da consangüinidade, trazendo consigo a lembrança de que essas famílias diferentes das nossas às vezes estão muito próximas do que se imagina.

A partir desse caso, pode-se pensar na necessidade de distanciamento entre o nós e o eles no trabalho da assistência social. Gabriela estava perturbada por pensar que ‘na sua família’ havia um caso bastante sério de situação de rua. Isso indica que, apesar de tratarem as relações não-consangüíneas com certa desconfiança, quando se trata das suas famílias e das suas relações esses laços colocam-se como importantes e como fazendo parte da construção daquilo que chamam de suas famílias.

4.3 Monoparentalidade e matrifocalidade

A partir das noções de consangüinidade veiculadas e produzidas dentro do Serviço, pude ver que essa responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos e filhas é direcionada a alguns sujeitos que partilham o “mesmo sangue”. Esses sujeitos são, em sua maioria,

mulheres: mães, avós, tias, irmãs... Os homens dificilmente aparecem como responsáveis pelas crianças. Em muitas vezes, nem seus sobrenomes aparecem nos nomes de seus filhos/as. Há, por exemplo, uma família em que o casal tem dez filhos. Destes, três têm o sobrenome completo da mãe – no qual não há o sobrenome do companheiro – e sete têm apenas o primeiro sobrenome da mãe, o qual, imagino, deve ser da avó materna⁵⁷. O sobrenome, tão importante para alguns segmentos da população, parece não ser definitivo e necessário nesse contexto. A filiação é explicitada de outras formas. Alguns dos filhos levam o primeiro ou segundo nome do pai e, no caso do menino que conheci dessa família, tinha o nome composto do pai, mas com o sobrenome apenas da avó materna.

Em uma pesquisa realizada por mim e por Carin Klein (FERNANDES; KLEIN, 2006) sobre o Guia da Gestante, distribuído pelo Programa Primeira Infância Melhor, a presença do homem-pai é mediada pela mulher-mãe que deve convidá-lo a participar da vida dos/as filhos/as. Pode se entender com isso que é responsabilidade da mulher-mãe convocar o homem-pai para se responsabilizar pela criança. Ao mesmo tempo, em pesquisa com participantes do Paif em Viamão/RS, Meyer (2008) indica que algumas mulheres referem achar melhor não registrar o filho com o nome do pai ou pedir pensão judicialmente para impedir que estes tenham gerência ou fiquem ‘se metendo’ na educação e cuidado dos/as filhos/as.

Esse embate entre homens-pais e mulheres-mães sobre o cuidado e gerência da educação dos/as filhos/as produz efeitos diversos sobre os sujeitos. Na medida em que as mulheres-mães são autorizadas juridicamente a pedir auxílio no mínimo financeiro – através da pensão alimentícia –, para cuidar das crianças, elas também podem resistir a esse recurso pelo cálculo de que vale mais a pena ter que dar conta das crianças sozinhas do que ter um homem se intrometendo no modo como isso é feito. De fato, há uma pequena quantidade de mulheres conhecidas dentro do Serviço que buscam esse direito na justiça, mesmo sabendo que ele existe e que é relativamente fácil consegui-lo. Durante o trabalho de campo ouvi muitas histórias sobre a não-solicitação da pensão. Nenhuma delas tinha um motivo especial que gerava essa recusa. Parece não fazer parte da cultura desse contexto o pedido de pensão para os filhos e as filhas. Ao contrário do que se pensa em outros segmentos da população, de que filhos são um vínculo quase eterno entre pai e mãe, os vínculos estabelecidos aqui

⁵⁷ Farei aqui uma simulação dos nomes dessa família. Mãe: Maria Laura Martins de Melo. Pai: João Carlos de Freitas Soares. Dentre os dez filhos, três têm o sobrenome Martins de Melo, sendo que um é João Martins de Melo, e sete têm apenas o primeiro nome da mãe: Martins. Desses sete, um chama Carlos Martins e outro João Carlos Martins.

parecem estar mais ligados entre pai e filhos e mãe e filhos, do que numa união de esforços entre pai e mãe para cuidar e educar seus filhos e filhas.

Uma das vezes em que essa noção da responsabilidade sobre a criança recaiu sobre a mulher-mãe foi no caso de Carla. Carla tinha 17 anos quando a conheci. A abordagem havia sido solicitada como: “uma mulher com criança de colo”. Chegando ao lugar, o motorista da Kombi exclamou “meu deus!”. Era uma criança muito pequena e, conversando, soubemos que tinha 23 dias. Como Carla se recusava a conversar, e a situação era “muito grave”, no momento em que ela levantou e saiu a seguimos até chegar num centro espírita. Lá, a assistente social chamou o conselheiro da menina e tentamos conversar. Era um dia muito quente:

Amanda iniciou novamente a conversa de que era muito perigoso ficar com uma criança tão pequena no sol forte no meio da rua, que a criança podia ficar doente, que ela precisava se cuidar para poder cuidar da filha que agora dependia dela. Nesse momento Carla começou a chorar e emudeceu completamente. (diário 6)

Nesse momento, entendi que ali se colocava uma mãe ciente de que não era uma ‘boa’ mãe e se importava com isso. Ao contrário daquilo que está no imaginário social, de que essas mulheres-mães não se importam com seus filhos/as, Carla mostrava que não estava satisfeita com o que ofertava para sua filha. Parecia que ela queria ser diferente do que estava sendo/conseguia ser. Carla, como já disse, mora com uma tia, a mãe morreu e o pai – segundo consta em sua pasta, dito por ela mesma – é “um bêbado que vive na rua”. Ela viveu boa parte de sua infância em um abrigo em Viamão, usa crack há quatro anos, tem baixa escolaridade, não tem emprego nem renda, vive das doações do centro espírita e é lá que faz boa parte das refeições. Assim, ela não tem condições básicas para ser uma ‘boa’ mãe. É necessário se perguntar que lugar e que tipo de acesso a bens e serviços tem essa menina e sua filha? Que posição de sujeito elas ocupam em nossa sociedade? Que tipos de programas e políticas são ofertados a elas?

Antes de pensar nessas três questões de forma mais detida, quero discutir uma dimensão importante quando se fala de mulher-mãe. Dentro da perspectiva em que essa investigação se insere, o conceito de identidade é entendido como a articulação entre as diferentes posições de sujeito que o indivíduo ocupa nos diferentes discursos que o interpelam ao mesmo tempo (HALL, 1997). Essas posições de sujeito e, portanto, as identidades são instáveis e cambiantes, provisórias, fragmentadas e plurais. Porém ao tratar da mãe,

invisibiliza-se as outras posições de sujeito ocupadas por esse indivíduo. As outras identidades desse sujeito são fundidas formando o sujeito ‘mãe’ da mesma forma como ocorre com homossexuais, negros, deficientes etc., que são nomeados pela sua diferença. No caso da mulher-mãe, é a função que ela ocupa dentro de determinado grupo que lhe confere um nome e um *status*. Essa identidade de mãe confere tanto benefícios – como acesso a algumas políticas públicas, transferência de renda – quanto, ao mesmo tempo, lhe atribui responsabilidades e obrigações para com seus/suas filhos e filhas, bem como com o estado que lhe cobra determinadas atitudes a fim de possibilitar o desenvolvimento de sujeitos capazes de exercer a sua cidadania de forma plena.

Carla, nesse contexto discursivo e pelos olhos do Serviço estava incontestavelmente em situação de vulnerabilidade e colocando sua filha de apenas 23 dias nessa mesma situação. Porém é preciso entender que a vulnerabilidade não é de Carla, mas de um contexto em que ela está inserida que a coloca nesse lugar, nesse momento e não em outros. Isso implica dizer que as condições socioeconômicas, o acesso a bens, serviços e informação, bem como as possibilidades de elaboração dessa informação, são conjugadas de forma a tornar Carla vulnerável, ou não, a determinados agravos. Nesse caso, a falta de informações sobre cuidados com um recém-nascido e o não-acesso a bens como habitação, acolhimento, renda, fraldas e comida, possibilitaram que, nesse momento, Carla decidisse ir para a frente de um supermercado pedir dinheiro com a filha pequena.

Além de fatores de vulnerabilidade e de modos de entender a maternidade distintos daqueles que se pensa nessa população, quero chamar a atenção para a responsabilização dessa menina pela sua situação. Foi perguntado onde Carla estava morando, ela respondeu que morava na Vila Lupicínio Rodrigues com uma tia. Perguntou-se também se o pai da criança estava com ela. Ela disse que sim, porém nenhuma pergunta foi feita sobre a participação dele no cuidado da filha. Nem mesmo a idéia do ‘pai provedor’ foi acionada. Essa relação com a paternidade implica desresponsabilizá-la das atribuições de cuidado com os filhos, uma vez que não se questiona que tipo de ‘estar com ela’ é esse. No dia em que fomos a sua casa o pai não estava, apenas a tia que tem se responsabilizado pelo cuidado com a menina. Dessa forma, produz-se uma determinada forma de monoparentalidade que não supõe a ausência física de um pai em casa, mas uma forma de posicionamento de uma e de outro nas relações de parentalidade. Mesmo que haja pai e mãe, é a mulher-mãe que será chamada, acionada e legitimada a criar e educar os/as filhos/as do casal. Analisando a revista Pais e Filhos, Maria Simone Schwengber (2006) afirma que, desde a gravidez, a mulher é

posicionada como quem gere e despende cuidados e carinho. Assim, essas mulheres-mães são ensinadas por muitas instâncias a se responsabilizar pelos/as seus/suas filhos/as. Chamo, dessa forma, de matrifocalidade esse lugar central conferido a e reconhecido na mãe-de-família. Claudia Fonseca (2004b), apoiada na idéia de sistema matrifocal de Smith (1973 apud FONSECA, 2004b), entende a matrifocalidade como um modelo em que: a mulher-mãe torna-se o centro das relações sociais, a autoridade materna “cresce com a idade dos filhos” (2004b, p. 64) e há uma ênfase “nas relações entre mulheres por serem os elos principais da rede familiar” (2004b, p. 64). Assim, o que chamo de matrifocalidade não tem relação estrita com esse modelo de sistema matrifocal. O que quero é chamar a atenção para essa centralidade que tanto os meninos e meninas atendidos/as quanto as políticas públicas e discursos psicológicos tendem a dar e posicionar as mulheres-mães, fazendo delas o elo principal entre as políticas de inclusão social e a melhoria das condições de vida. Além disso, em alguma medida, a necessidade da presença masculina não é tão forte, já que, no caso desses meninos e meninas, as mulheres-mães têm tentado sozinhas – e conseguido, ainda que de forma bastante precária – garantir a subsistência da família com a coleta de lixo reciclável, com auxílios governamentais, com a venda de pequenos objetos, com a mendicância e até mesmo com o tráfico de drogas. Nessa direção, acredito ser possível tomar algumas dessas famílias como matrifocais. Porém creio que o mais importante é o movimento que as políticas públicas têm feito quando adotam o termo ‘família’ como sendo o foco de suas ações mas convocam, efetivamente, a mulher-mãe para ser sua parceira. Ou seja, as políticas públicas são atravessadas, entre outros, por um discurso matrifocal na medida em que posicionam a mulher que desempenha as funções culturalmente atribuídas como maternas no centro da família e da sua gerência⁵⁸.

O menino que entrevistei, Fernando, ao ser perguntado sobre quem fazia parte de sua família falou:

F – Minha mãe de verdade.

L – Só tua mãe de verdade?

F – Minha mãe de sangue, né!

L – E daí ela é tua família?

F – Não, meus irmão pequeno, meus irmão grandão. Meu pai não mora com nós.

L – E ele é da tua família?

⁵⁸ As políticas públicas a que me refiro aqui foram estudadas dentro de nosso Grupo de Pesquisa. Cf. Klein (2003, 2006), Meyer (2003c, 2005, 2008), Fernandes e Klein (2006).

F – Não. Ele mora, ele mora, eu nem conheço ele. Mora lá no Cocão.

Essa fala reitera a centralidade da mulher-mãe na família e como sendo ‘a’ família. Por não conhecer e não morar na mesma casa que o pai, ele não é considerado da família. Os irmãos também são uma grande referência para Fernando especialmente um mais novo, com quem ele já ficou um tempo na rua e um mais velho que atualmente está preso. Sobre esse irmão mais velho, Fernando falou apenas depois que desliguei o gravador. Disse que a polícia foi prendê-lo em casa e que ele ainda tentou ajudar o irmão a fugir. Ao mesmo tempo que reconhece a mãe “de verdade” como sua família, em outro momento da entrevista Fernando refere que sua vida é feita ‘sozinho’.

Letícia – Mas tem alguém que tu vai assim, quando não ta bem? Tem algum lugar que tu procura?

Fernando – Como assim?

L – Quando tu fica doente por exemplo...

F – Daí as pessoas trazem pra mim.

L – As pessoas assim que passam na rua ou alguém em especial?

F – As pessoas aí. Passam assim “o guri, ta com fome? Peraí que eu vou pegar uma coisinha pra ti comer no Zaffari” aí eu fico esperando eles trazem um pouco.

[...]

L – Ta e com quem é que tu passa a maior parte do teu tempo?

F – Passo sozinho. Sozinho, sozinho, sozinho. Durmo sozinho, arrumo meu dinheiro sozinho...

[...]

L – Ah, tem alguém que te protege?

F – Pra quê?

L – Te protege assim, de coisas ruins que podem acontecer...

F – Não

L – De noite...

F – Não, é tudo eu faço. Eu mesmo me ajudo e, eu mesmo me ajudo sozinho.

Assim, mesmo ‘tendo’ uma família, quem acaba por exercer as funções socialmente atribuídas a ela, como alimentar e proteger, são as pessoas “que passam na rua”, as instituições e o próprio Fernando, quando afirma que arruma dinheiro sozinho e que “eu mesmo me ajudo sozinho”. Maria Filomena Gregori (2000) afirma que a rua substitui o espaço doméstico, já que transeuntes, policiais e funcionários dos equipamentos da assistência social acabam por ocupar a posição de familiares e vizinhos. Ao contrário do que a autora afirma, entendo, a partir dos excertos analisados, que a família permanece com seu lugar muito bem marcado. O que ocorre, nessa direção, é que as funções socialmente atribuídas à família recaem sobre esta outra esfera de socialização: a rua.

Trabalhando com a noção de que a família é uma produção cultural, a maternidade e a paternidade também se inscrevem dentro dessa produção. Assim, elas são consideradas uma construção histórica e cultural, como algo que não está inscrito na ‘natureza feminina/masculina’ ou ligada a um suposto instinto biológico. Elizabeth Badinter (1989) afirma que a representação de boa-mãe que conhecemos hoje foi se constituindo a partir do século XVIII e até hoje é veiculada e ressignificada através de inúmeras práticas sociais, entre elas a escola, através de discursos que constituem uma determinada forma de viver a maternidade (Meyer, 2002).

Entendo que, paralelamente à invenção da infância a que Ariès (1981) se refere, há uma invenção da maternidade, já que a produção do sujeito infantil está ligada a uma determinada produção de maternidade e, também, de família. Ao inventar um sujeito infantil que precisa de cuidados, atenção e carinho, é necessário inventar um sujeito capaz e responsável pela prestação desse cuidado, atenção e carinho. Assim, a figura da mãe amorosa, terna, preocupada e dedicada ao cuidado de suas filhas e de seus filhos nem sempre existiu, mas foi se constituindo dessa forma desde o século XVIII, na confluência de três movimentos de reorganização da sociedade. A constituição dos Estados Nacionais, a consolidação do capitalismo como modo de produção e a ascensão política e social da burguesia são movimentos que produziram as condições de possibilidade para importantes mudanças nas relações sociais e intra-familiares (MEYER, 2002). Nesse contexto, o modelo de família nuclear – no qual pai e mãe biológicos se tornam figuras centrais na educação de seus/suas filhos/as – vai impondo-se como a “forma mais natural e sadia de organização familiar” (FONSECA, 1999, p.257). Rousseau foi um dos primeiros a difundir a idéia da família nuclear. Para o pupilo Emílio, este autor criou a mulher devotada ao gerenciamento da casa e das/os filhas/os. Freud também parece valer-se dessa figura de mulher. Partindo dela, desenvolve cientificamente, com a Psicanálise, prescrições acerca da maternidade sadia e da boa estruturação psíquica através da família (BADINTER, 1985).

Essa concepção de família nuclear continua operacionalizada atualmente, sobretudo nos campos da Educação, da Saúde e da Psicologia do Desenvolvimento, como sendo o melhor referente de organização familiar para as crianças, apesar das importantes e profundas transformações desta instituição ao longo do século XX. Ela ainda é veiculada dentro de muitos espaços como a escola, a igreja e grande parte das políticas públicas, e embasa o trabalho exercido em tais locais. Especialmente no Sesi, há uma tentativa de revinculação da criança a um determinado espaço e estrutura familiar. Por isso, torna-se pertinente

pesquisar como esses meninos e meninas em situação de rua entendem suas famílias e suas relações com elas, atentando ainda para as possíveis convergências, divergências e conflitos que se instauram em relação às concepções de família que dão sustentação a políticas e programas e às ações de educadoras e educadores do Serviço, no momento da abordagem e nos outros espaços de atendimento.

Dessa forma, o grande investimento realizado dentro desses discursos da Psicologia, da Saúde e da Pedagogia constitui-se na educação das mulheres-mães acerca do seu exercício da maternidade. Entendendo que gênero é uma categoria relacional e que o ser homem está profundamente imbricado com o ser mulher, ao fazer este investimento, ensina-se também qual é o lugar da paternidade nesse processo de educação e desenvolvimento das crianças. Dagmar Meyer (2003, p.37), ao descrever o que programas de saúde materno-infantis esperam de mulheres-mães, afirma que

(...) gerar e criar filhos “equilibrados e saudáveis” passa a ser social e culturalmente definido, também, como um “projeto” de vida, responsabilidade individual de cada mulher que se torna mãe, independente das condições sociais em que essa mulher vive e dos problemas que ela enfrenta (...).

Isso indica o quanto, nessa cultura, o estado espera das mulheres-mães para solidificar seu projeto de crescimento econômico e social. E quando a criação e o cuidado de filhos são definidos como responsabilidades individuais e intransferíveis da “mulher que se torna mãe”, pode-se estar, de certa forma, diminuindo a responsabilidade paterna nesse processo.

Aí ocorre uma valoração diferenciada de gênero, que refere-se ao que se constrói social, cultural e lingüisticamente como masculino e feminino. A vivência dessas condições demanda muitas aprendizagens. Dessa forma, como afirma Meyer (2003b, p.17), há “uma articulação intrínseca entre gênero e educação”, já que, nessa perspectiva teórica, se expande o entendimento do que é educativo, indicando o caráter pedagógico das instituições e práticas sociais. O conceito de gênero aponta, então, para a construção de significados e sentidos para, e sobre, as masculinidades e feminilidades. A produção de sentidos é também a produção de diferenças entre ser homem e ser mulher em nossa cultura. As diferenças de gênero passam a ser significadas mediante relações de poder, nas quais a valoração do masculino e do feminino é assimétrica. Assim, os processos de constituição de identidade e diferença posicionam ‘o referente’ (as mulheres-mães), e, com isso, se posiciona também quem é ‘o outro’ (os homens-pais) nessa relação.

Apesar de os homens-pais estarem paulatinamente sendo chamados a participar e colaborar na educação das crianças, o termo mãe ainda carrega consigo o peso das funções de

cuidado e atenção. Ao sujeito mãe são colocadas inúmeras funções: limpar a casa, manter a higiene, cuidar da saúde das crianças, da sua e de toda a família, cuidar da educação, auxiliar nas tarefas escolares, cozinhar (alimentos nutritivos e que promovam o desenvolvimento sadio), dar carinho, estimular o desenvolvimento através de brincadeiras, arrumar a mochila das crianças para a escola, preparar o lanche, dar banho todos os dias etc⁵⁹. Todavia, ao mesmo tempo em que a posição de sujeito mãe subsume outras posições de sujeito, esse ser mãe supõe “a existência de *um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos* – a mãe como parceira do estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como esteio de sua família e, mais especificamente, a mãe como responsável única e direta por seus filhos” (MEYER, 2004, p.16). Durante uma conversa informal, uma das educadoras comentou sobre o lugar da assistência social e da maternidade.

Estávamos na base Júlio, Sofia e eu. Ficamos conversando sobre a assistência social e as dificuldades do trabalho. Comentei das AS de Viamão, da pesquisa da Dagui, que tinham uma defasagem muito grande no atendimento, mas que não havia como resolver. Sofia então falou “pois é, elas tem que atender às vezes 40 famílias e tem que ser mãe dessas famílias. Ensinar tudo, aí não dá”. (diário 15)

Interessa, nesse momento, a fala dessa educadora sobre o trabalho de assistente social: “ser mãe dessas famílias. Ensinar tudo”. Há duas noções que quero explorar com este excerto.

A primeira delas é este ‘ser mãe dessas famílias’. O trabalho da assistência social com famílias está pautado na construção de modos e condições de vida melhores e mais dignos’. Nessa direção, o que se costuma fazer é o acompanhamento e a gerência, especialmente das mulheres, para que elas consigam organizar a vida em família de forma mais saudável. Ao dizer que esse trabalho é igual ao trabalho de mãe, está-se dizendo que a função da mulher-mãe é acompanhar e gerenciar a família e os filhos, ensinando-lhes a viver, dando suporte para construírem suas vidas. Porém, se existe uma profissão que faz o trabalho de mãe para algumas famílias, é porque se entende que nessas famílias falta uma pessoa com competência/saber para realizar este trabalho. Ou seja, é necessário que alguém ensine a diferentes grupos de mulheres o exercício de determinadas formas de maternidade consideradas adequadas. As mulheres são posicionadas dessa forma como sujeitos produtores de educação e de saúde tanto para suas famílias quanto se dirigindo para profissões que também estejam embasadas nessa produção (GASTALDO, 2003).

⁵⁹ Para maiores informações sobre estas tarefas vide FERNANDES (2006) e FERNANDES, KLEIN (2006).

Também é relevante pensar nesse lugar entendido como o de mãe “ensinar tudo”. O que é possível ensinar nesse contexto? Em algum lugar é possível ensinar tudo? Que ensinamentos são esses? O Guia da Gestante do PIM, que já mencionei anteriormente, indica alguns dos ensinamentos necessários às mulheres que se preparam para a maternidade. Carin Klein (tese em andamento) mostra que esses ensinamentos estão bastante ligados não só a tarefas como tomar banho todos os dias, lavar verduras e frutas antes de prepará-los, mas também a orientações “baseadas em essencialismos, como o do amor incondicional para reafirmar algumas funções e atributos corporais como elementos inerentes e constitutivos da maternidade” (KLEIN, tese em andamento). Dessa forma, não se trata de educá-las para serem boas mães, mas de educá-las a serem mães, uma vez que a maternidade, e mesmo a família, são representadas como sendo boas *a priori*. Ter uma mãe e uma família é bom, é o melhor para uma criança. O que se precisa é ensiná-las e ajudá-las a serem e a viverem a maternidade e em família, pois quando não se cuida ‘direito’ das crianças, nesse contexto, parece que não se está sendo mãe, já que o cuidado adequado deveria ser algo que brota da essência da mulher. Ou seja, ser uma “mãe para essas famílias” traz em si mesmo uma noção de trabalho bem feito, uma vez que a figura da mãe é vista como naturalmente benevolente e abdicada de si para cuidar de sua família.

Mas, mesmo com essa discursividade que produz um dado tipo de mãe, esse sujeito é fragmentado e ocupa muitas posições em sua vida cotidiana. Especialmente em situações de recasamento, a mulher-esposa e a mulher-mãe se alternam e disputam para assegurar a vida familiar.

Paolo respondeu que morava com uma amiga. Saiu da casa da mãe porque brigou com o padrasto e então foi morar com essa mulher. Está morando na Marcílio Dias (Glória) com outros filhos dessa pessoa que o acolheu. Desde que saiu da casa da mãe parou de estudar. (diário 30)

Como no caso de Paolo, comumente a saída da casa da mãe se dá por briga com o padrasto. Ouvi muitas histórias dessas. Algumas vezes, como aponta Fonseca (2004), os filhos de outros casamentos são distribuídos entre pessoas da família ou próximas antes de uma nova união, porém em outras esse procedimento não acontece. Na tentativa de preservar a união que têm – segundo relatos de alguns meninos – as mulheres-mães não se metem nas brigas e discussões entre padrastos e enteados. Assim, a postura adotada, especialmente por meninos (para os quais se constrói uma masculinidade ‘valente’, na qual se enfatiza a

virilidade etc.), é a saída de casa. Alguns vão para a casa de familiares, amigos – como é o caso de Paolo, outros acabam ficando direto na rua.

Também é possível dizer que a escola não é tão âncora, como se diz dentro do Serviço. Paolo não repetiu nenhum ano, ou seja, não tinha histórico de fracasso escolar, e mesmo assim, ao sair da casa da mãe, rompe também com a escola. Talvez se possa pensar que a filialidade impõe algumas tarefas, entre elas ir à escola. Cynthia Sarti (2002, p.31) afirma que uma das funções que fundamenta a autoridade do homem-pai dentro da família não é o controle e a regulação dos assuntos internos da casa, mas justamente seu “papel intermediário entre a família e o mundo externo”. No caso de Paolo, entendo que a mulher-mãe se coloca como essa mediadora das relações entre público e privado, que Sarti imputa como atribuição do homem-pai. Essa nova tarefa atribuída às mulheres-mães parece colocá-las como uma âncora na vida desses meninos e meninas, já que há um tipo de desorganização que não passa depois da saída do seu convívio.

Essa organização a que me refiro é entendida por mim como o modo que um sujeito ou grupo de pessoas que estabelecem relações afetivas e redes de solidariedade organiza sua vida cotidiana, ou seja, como essas redes funcionam e operam na cotidianidade de suas relações. Assim, a desorganização ocorre quando um indivíduo morre, sai de casa, separa-se, perde o emprego etc. Ela é momentânea, pois consegue-se reorganizar a vida após o percalço. Algumas vezes, ainda, as famílias colocam-se em processos de organização-desorganização-reorganização incessantes, em função das dificuldades econômicas e sociais pelas quais passam.

No caso de Paolo, a desorganização que não passa está relacionada ao abandono da escola. Enquanto pedagoga, é bastante difícil conseguir pensar e entender essa saída da escola de Paolo. Porém, é necessário dizer que, apesar de não ir à escola, Paolo buscou formas de viver a sua vida fora da casa da mãe, ou seja, reorganizou sua vida. O que ocorre é que, para alguns – estou nesse lugar também –, o fato de não estar na sua casa, de não estar na casa da mãe, estar em situação de rua, significa estar em desordem, em desvio; o que não significa que Paolo entenda suas condições de vida atuais como desviantes ou em desordem. Em um outro caso, a mãe explica a saída do filho para rua – situação de rua-moradia – depois que ela o deixou sozinho com o pai durante três meses para assumir um terreno de invasão longe de casa. Essa narrativa da mãe corrobora ainda com o discurso de que os homens-pais não sabem cuidar de crianças e os maltratam.

Na medida em que se investe numa determinada forma de maternidade, pretendendo que ela consiga melhorar as condições de vida de sua família, a escola, as políticas públicas e os programas de proteção social e de educação em saúde passam a politizar, a visibilizar a maternidade como uma via de resolução dos problemas sociais.

Nesse sentido, Dagmar Meyer (2006), inspirada em Marilyn Yalom (1997), usa a noção de ‘politização do feminino e da maternidade’, para discutir como a maternidade vem sendo re-significada e investida, na confluência de quatro movimentos ou processos sociais, ao longo do século XX, os quais criam as condições de possibilidade para emergência de tais discursos: 1 – a produção de sujeito dentro de uma racionalidade neoliberal; 2 – o aprofundamento das desigualdades produzido pela conjunção da lógica neoliberal com os processos de globalização; 3 – a criação e o desenvolvimento de tecnologias que buscam controlar e monitorar o desenvolvimento fetal e infantil; 4 – a articulação entre demandas sociais e políticas de estado que fragmentam a noção de universal em múltiplos, “o que incide sobre os modos como estes sujeitos de direito se relacionam” (MEYER, 2006, p.84). Interessa-me, mais especificamente, os movimentos 1, 2 e 4, dos quais tratarei a seguir.

A redução e o enxugamento do estado decorrem de políticas neoliberais que implicam a construção de um “sujeito autônomo, capaz de se autogovernar mais e melhor na medida em que se capacita (ou é capacitado) para fazer escolhas e responsabilizar-se por elas” (MEYER, 2006, p. 86). Assim, há uma responsabilização do indivíduo pela promoção da sua própria condição de bem-estar, de saúde e econômica. Dessa forma, ocorre uma proliferação de políticas e programas que pretendem dar condições e capacitar os indivíduos que ainda não podem fazê-lo, para que eles possam vir a se tornar responsáveis por sua situação econômica, política e social, baseando-se nesta lógica. De alguma forma, parece ser essa a linha dos programas e políticas públicas que vêm sendo analisados dentro de nosso grupo de pesquisa e assim como o Sesrua, atual Ação Rua, tentam olhar para a população atendida como fruto de uma lógica capitalista e neoliberal que produz desigualdades. Segundo Vivian Ugá (2004, p. 60), a intervenção do estado só é necessária num primeiro momento para capacitar os pobres, e apenas eles, a proporcionarem a si mesmos melhores condições de vida, num segundo momento, já capacitados, o estado seria desnecessário. Por mais que o Sesrua/Ação Rua, não tenha essa lógica como fundante do seu trabalho, a assistência social como um todo trabalha com o intuito de criar condições para que os indivíduos possam produzir suas condições de vida de modo adequado, sendo a aquisição da autonomia na gestão da vida uma de suas

metas. De qualquer modo, apesar de existirem, essas políticas são traduzidas de diferentes formas e incidem de modos diferenciados sobre a vida das pessoas.

O segundo processo refere-se ao “aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais que decorre da conjunção da racionalidade neoliberal com o processo de globalização que impacta mais fortemente a vida das mulheres (sobretudo as mais pobres), em todo o mundo” (MEYER, 2006, p.88). Essas desigualdades sociais são entendidas pelo Serviço como uma das causas da migração para as ruas. A globalização, em sua articulação com a política neoliberal, produz, através de seus desdobramentos, o aprofundamento das desigualdades. Meyer (2006) afirma que as políticas públicas e os programas que pretendem minimizar os efeitos dessa política econômica instituem a mulher-mãe como principal responsável pelo cuidado, educação e saúde de seus filhos e filhas, transformando o “exercício da maternidade, na contemporaneidade, em uma tarefa extremamente complexa, difícil e abrangente” (MEYER, 2006, p.82). É especialmente esse movimento de produzir subjetividades maternas e de responsabilizar a mulher-mãe pelo cuidado das crianças que venho problematizando e analisando neste capítulo.

O quarto movimento diz respeito à incorporação de novos sujeitos ao campo dos Direitos Humanos fragmentando a noção de sujeito universal em múltiplos, instituindo novos ‘sujeitos de direitos’, como a criança, que possuem direitos diversos. Uma consequência dessa fragmentação refere-se ao confronto e à hierarquização que acaba por ocorrer entre esses diferentes sujeitos (MEYER, 2006). Como expus no capítulo 3, a criança é colocada como prioridade da família e da sociedade. Sendo assim, seus direitos devem ser respeitados mesmo que atinjam a liberdade e o direito de outros sujeitos. Nesse contexto, condições de concepção, “ambientes” intra-uterinos e relações ‘saudáveis’ com o feto no útero e com a criança na primeira infância são concebidos e normatizados como direitos destes sujeitos. As mulheres que não oferecem ou produzem essas condições, ambientes e relações são posicionadas como desviantes, negligentes, ignorantes ou como criminosas em potencial. É a partir do reconhecimento da criança como um sujeito de direitos que se entende, no âmbito das políticas para a infância e dentro do Serviço analisado, ser necessário muitas vezes retirar a criança do ambiente familiar, ou mesmo tentar impedir o retorno dela para casa, sob a alegação de que esta não se constitui como um local de proteção. Meyer conclui dizendo que, nas políticas e programas direcionados à população materno-infantil (e eu ampliaria para aqueles direcionados à família), “as mulheres ainda são posicionadas e interpeladas,

prioritariamente, como mães, como parceiras conjugais e como ‘reprodutoras’ e ‘nutrizes’ biológicas e culturais da espécie” (MEYER, 2006, p. 94).

Esses discursos em relação às crianças e suas famílias são veiculados no Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (MEYER, 2002), no Programa Bolsa-Escola (KLEIN, 2003), nas escolas infantis (FERNANDES, 2006), no Programa Primeira Infância Melhor (FERNANDES e KLEIN, 2006; KLEIN, tese em andamento) e nas discussões sobre desempenho escolar (DAL IGNA, 2005, tese em andamento). Nessa direção, quando a mulher e a maternidade são convocadas, autorizadas e legitimadas a resolver os problemas de suas famílias, pode-se dizer que há um investimento político nesses sujeitos, repassando a estes a responsabilidade pelo sucesso de suas vidas e de seus dependentes. É nessa direção que, dentro do grupo de pesquisa do qual participo, afirmamos que, na atualidade, vem se engendrando uma politização do feminino e da maternidade, ou seja, a mulher e a maternidade estão no bojo das políticas atuais: é a partir delas que se busca a melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres, assim como a melhoria da aprendizagem das crianças escolarizadas.

* * *

Neste capítulo, busquei salientar três dimensões reiteradas dentro do Serviço e pelos meninos e meninas atendidos por ele. Essas três dimensões – a legalidade, a consangüinidade e a matrifocalidade – imprimem nestes sujeitos modos de se relacionar com o que é chamado de família de formas distintas. Nessa direção, importa dizer que a legalidade legitima a consangüinidade e que esta é reforçada e exacerbada continuamente em nossa cultura pela tradição do sangue e das novas tecnologias reprodutivas e de investigação de paternidade. Com essa reiteração do sangue e da mãe como ‘natural’ cuidadora da família, a mulher-mãe passa a ser gerente e matriz dessa família, respondendo muitas vezes sozinha aos chamados feitos à família.

5 Relações familiares

Início esse capítulo retomando as diversas formas de entender o que seja família nos diferentes segmentos pesquisados. Como desenvolvi no capítulo anterior, as noções de legalidade, consangüinidade e matrifocalidade, bem como a suposta monoparentalidade das famílias das crianças e dos jovens atendidos, são colocadas em circulação constantemente e marcam aquilo que se concebe como relação familiar ou convivência familiar dentro do Sesrua/Ação Rua. Porém o que é ou pode ser considerado família dentro do Serviço, por seus agentes, varia muito em relação não só às diferentes situações encontradas, mas também às diferentes vivências e aprendizagens desses sujeitos sobre família e suas relações. Assim, nesse capítulo, retomo alguns dos argumentos construídos anteriormente para colocar novas questões.

Como já disse antes, no contexto do Serviço não existem documentos normativos nos quais se define o que seria ou deveria ser entendido como família. No projeto do Ação Rua, na seção intitulada Intervenção dos Núcleos, há uma referência explícita ao vocábulo família e, abaixo, uma explicação sobre ele: “os Núcleos do Ação Rua deverão trabalhar com conceito amplo de família, com abertura para atuar com diferentes formas de organização familiar e afetiva” (PORTO ALEGRE, 2006, p. 12). Quando comparada com outras políticas públicas que trabalham com noções de família como as do Paif ou do Bolsa Família, a noção de família deste projeto pode ser considerada muito vaga, pois deixa em aberto que cada educador e educadora coloque em ação os seus próprios valores e entendimentos do que venha a ser família. Dessa forma, família foi conceituada nas entrevistas como unidade doméstica, como filiação biológica ou jurídica, como redes de solidariedade e afeto entre um grupo de pessoas. Assim, fazendo uma combinação desses múltiplos sentidos atribuídos à família através das observações e entrevistas, é possível dizer que família, nesse contexto investigado, é o conjunto de pessoas que se responsabilizam pela criação e educação de crianças.

Com essa pluralidade de sentidos conferidos à família nesse contexto, recorri novamente ao Dicionário Aurélio eletrônico, dessa vez procurando pelo verbete ‘família’. Encontrei 15 definições, das quais sete têm ligação com o que foi dito e observado em minha pesquisa.

1. Pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos.
2. Pessoas unidas por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança.
3. Ascendência, linhagem, estirpe.
5. P. ext. Grupo de indivíduos que professam o mesmo credo, têm os mesmos interesses, a mesma profissão, são do mesmo lugar de origem etc.:
11. Sociol. Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união.
12. Sociol. Unidade espiritual constituída pelas gerações descendentes de um mesmo tronco, e fundada, pois, na consangüinidade.
13. Sociol. Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consangüíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção.

Com isso, pode-se dizer que família não é um conceito homogêneo e fixo, mas sim que é uma construção cultural que significa, por meio da linguagem, o que se entende por família ao longo do tempo em determinados locais. O que quero dizer é que aprendemos, na cultura, a valorar e hierarquizar modos de ser e de viver não só a masculinidade, a feminilidade, a infância, a juventude, mas também as relações familiares. Isso não significa que aprendemos de uma vez para sempre e que não há modos de fugir, escapar ou resistir a estes aprendizados. Os discursos veiculados sobre família são reiterados, fazendo com que, a partir de nossas vivências e inserções na sociedade, vão ressignificando-se e reatualizando esses sentidos sobre família. Isso implica uma multiplicidade de entendimentos sobre o que é família e, também, uma multiplicidade de possibilidades de se relacionar com ela e dentro dela.

Segundo historiadores/as culturais, o entendimento de que a família é o lugar de socialização e educação das crianças é um evento bastante recente nas sociedades ocidentais. Segundo Donzelot (2004), foi apenas no século XVIII, quando a criança se tornou o centro e o fim último da vida familiar, que surgiram ensinamentos diretos sobre a relação e a constituição familiar. No século XVII emergiu, sobretudo na Europa, uma preocupação com a pobreza e a tentativa de amenizá-la com a assistência social. Esta, a fim de criar melhores meios de sobrevivência, foi incumbida de ensinar e regular a vida familiar. Aos poucos, essa preocupação foi se estendendo aos frutos dessas famílias: as crianças (futuramente) abandonadas e delinquentes. Assim, a caridade precisou ser sistematizada através de conhecimentos que pudessem ter uma melhor efetividade no controle e na assistência às famílias pobres. O discurso médico-higienista, aliado ao da assistência social, buscava ensinar aos ‘necessitados’ formas de adequar-se econômica e socialmente através da organização

familiar, permitindo aos seus filhos e filhas melhores condições de vida no futuro. Essa noção de preparação para o futuro, como já coloquei no capítulo 3, por várias razões não parece ser uma preocupação recorrente nas classes populares, de modo que boa parte de sua socialização é feita não só na escola e na família, mas também na rua.

Alguns dos meninos que conheci tinham a rua como um espaço de socialização a mais, além da escola e da família; outros, especialmente em situação de rua-moradia, tinham a rua como principal local de aprendizagem e socialização. Ao serem atendidos por um programa que pretende fazer a saída da rua, conectando-a com uma revinculação familiar, estes meninos e meninas entram em contato com uma ampla rede na qual outras aprendizagens e trocas são possíveis.

Então, o espaço da rua, incluindo os programas e serviços oferecidos para quem a utiliza para viver, pode ser considerado como um conjunto articulado de locais onde significados culturais sobre família são reforçados, modificados e produzidos. Esse tipo de programa e serviço social no qual realizei meu trabalho pode ser entendido como uma pedagogia que incorpora, re-produz e ensina crianças, jovens, educadores/as sociais, pais, mães e afins como a família deve ser e viver, para conseguir propiciar condições de vida mais ‘sadias’, oportunizando que filhos e filhas estudem e mantenham vínculos fortes entre seus familiares. Essas pedagogias posicionam diferentemente homens e mulheres no processo de educação dos filhos e filhas e, ao fazê-lo, incorporam e re-produzem modos diferenciados de viver.

Essa ‘idealização’ de lugares distintos para cada membro da família a partir de teorizações psicológicas e jurídicas, exclui desse processo de revinculação familiar muitas crianças cujas famílias não correspondem ao modelo hegemônico propalado pelos discursos da mídia, da Psicologia, da Pedagogia e do Direito, dentre outros. Taís Barbosa (2007), ao estudar as representações de família em livros didáticos para os alunos e alunas das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, indica que essas representações estão calcadas no modelo de família nuclear heterossexual e que as múltiplas formas de se viver em família (casais separados, família extensa convivendo na mesma unidade doméstica, mães e pais solteiros, homoparentalidade etc.) não são visibilizadas. Dessa forma, alunas e alunos podem não se reconhecer nas formações familiares representadas, podendo ainda aprender que este é o jeito certo de ser família e que há outros que não estão corretos ou não são legítimos.

Também nesse serviço, muitas vezes aquilo que se entende e se define como retorno da criança à sua família é considerado pelas próprias educadoras e assistentes sociais como

uma utopia, uma vez que nem sempre essa família corresponde às representações hegemônicas, como, por exemplo, a de ser o local de proteção que se espera para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Esse “local de proteção” define-se a partir da Doutrina de Proteção Integral, prevista na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, promulgada em 1989. Essa Doutrina prevê que a criança seja prioridade na família e que esta garanta seus direitos à vida, saúde, educação, alimentação e tudo mais que for necessário. Janine Soares (s/ data), promotora de justiça, indica que

quando o direito da criança ou adolescente é violado, quem está em situação irregular é a família, a sociedade ou o Estado, através de alguma de suas instituições. O Juiz de Menores, que tratava da situação irregular do menor [no Código de Menores], foi substituído pelo Juiz de Direito, que julga a situação irregular da família, da sociedade ou até do Estado. A família, a sociedade e o Poder Público, dentro deste novo contexto, passam a ser co-responsáveis, assumindo papel essencial na batalha pela efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. (SOARES, s/data, s/p.)

Assim, quando a família não consegue dar conta disso, ‘explorando’ o trabalho infantil, ‘negligenciando’ ou violentando (sexual ou fisicamente) as crianças, ela não pode ser considerada um local de proteção. Nesse sentido, o trabalho das assistentes sociais torna-se necessário para tentar contornar a situação de pobreza e de vulnerabilidade social em que essas famílias se encontram, a fim de inserir as crianças novamente no espaço da família.

No caso de Diana, citada no capítulo 4, essa revinculação e adequação da família às normas de local de proteção não foi possível e seus filhos foram abrigados. O motivo era a ida para a rua levando-os consigo ou, no caso dos maiores, ficando na rua sem a sua presença. Restou ainda uma menina a qual era procurada para ser abrigada junto com seus irmãos. Havia então um recado no quadro da sala dos educadores de uma assistente social solicitando que, quando fosse vista com a mãe, chamassem o oficial de justiça para ser abrigada. Algumas semanas depois, passei por Diana na rua, sozinha, tentando garantir o seu sustento em frente a um supermercado.

Dagmar Meyer (MEYER et al, 2007) aponta que um dos desdobramentos dessa centralidade das crianças nas políticas de inclusão social é que elas passam a ter um valor simbólico alto, já que elas são necessárias para que família seja incluída neles, especialmente nos de transferência de renda. Assim, passam a ser disputadas por diferentes pessoas da família extensa, pois às vezes garantem o recebimento de algum benefício governamental. Nesse caso, Diana disputava as crianças com a justiça pois dependia delas também para conseguir seu sustento. Essa disputa algumas vezes introduz um elemento importante dessas famílias: a instabilidade.

Tal ‘instabilidade’ se expressa por um constante processo de organização-desorganização-reorganização, ou seja, o padrão dessas famílias é buscar uma estabilidade que parece não se concretizar, por isso o constante movimento de pessoas, de casas, de empregos. A instabilidade já foi apontada por outras pesquisas como a de Sarti (2002, p.28s), na qual ela afirma que “as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas, o que implica alterações muito freqüentes nas unidades domésticas”. A história de Ricardo nos remete a esse processo.

[...] No caminho, Ricardo me contou sobre sua família. O pai “sempre foi ladrão, mas nunca faltou nada em casa”. Usuário de drogas, “quando ele ficava sem, quebrava tudo dentro de casa, mas não batia na minha mãe nem em nós”. Ele saía de casa (moravam ali na Planetária) e atirava em quem passasse na rua. Quando foi preso, não agüentou e se enforcou com uma corda. “foi melhor assim, né tia? Aí ele parou de matar as pessoas na rua, matou só ele”. Nesse momento, mais que em todos os outros, fiquei sem jeito, sem ter o que dizer e sem ter o que pensar. Só consegui perguntar “como tu te sentiu nisso?”, ele contou que chorou e que a mãe dele chorou muito mais. Aí eu perguntei quantos anos ele tinha na época, ele tinha 9. [...] Depois disso a mãe passou a vender “pedra e um dia eu roubei as pedras dela”. Depois desse dia ela “fugiu de mim”. (diário 16)

Claudia Fonseca (2004b) indica que não faltar nada em casa e não sofrer agressão ou violência dentro de casa são fatos muito valorizados nas classes populares. Esses dois valores são formas de qualificar que condições de vida se tem. Ricardo mostra isso ao falar com certo orgulho de sua vida naquela época, indicando que vivia bem, havia uma estabilidade – ainda que bastante diversa daquilo que se pensa por estabilidade em nossa cultura. Mas algumas coisas acabam atrapalhando o curso dessa vida.

Aqui a instabilidade se dá por diversos fatores: a vida de ladrão – não entendida como um problema enquanto provê a família, mas como algo que traz conseqüências como a prisão ou ter que fugir –, o uso de drogas, a prisão do pai, a morte do pai, a entrada da mãe no tráfico, o roubo das pedras, a fuga da mãe. Esses fatores estão sempre ‘desorganizando’ a vida familiar e colocando novos desafios a serem superados no cotidiano. Ao mesmo tempo, não se ouve esses sujeitos reclamando destes percalços; eles costumam dizer que ‘é da vida, tem que seguir adiante’. Algumas vezes esse modo de entender as relações pode parecer uma anestesia aos fatos e tragédias que se abatem sobre eles. Sob meu ponto de vista, entretanto, ela pode também estar ligada à racionalidade da provisão que Victor Valla (1996) menciona, segundo a qual as necessidades do hoje, da sobrevivência têm muito mais peso do que outros sentimentos e preocupações sobre o futuro.

Há também um modo de entender as relações familiares que possibilita que um menino de 13 anos diga sobre a morte de seu pai: “Foi melhor assim né? Aí ele parou de matar as pessoas na rua, matou só ele”. Essa conversa iniciou quando Ricardo perguntou se eu morava com minha mãe. Era uma confirmação, pois ele tinha certeza – não sei por que, nem como – de que eu morava com a minha mãe. Naquele momento, não perguntei por que ele tinha tanta certeza. Respondi que sim, que morava apenas com ela, pois minha irmã estava morando longe e meu pai havia morrido. Esse ‘foi melhor assim’ foi dito por mim várias vezes quando meu pai morreu e é bastante comum os familiares dizerem isso nos ritos fúnebres de seus entes. O que foi desconcertante, para mim, foi o motivo dado por Ricardo para a morte do pai ter “sido melhor”: não matar mais as outras pessoas. Essa lógica de solidariedade para com aqueles a quem o pai havia matado causa um certo espanto. Junto com o ‘foi melhor assim’, as pessoas costumam dizer que são egoístas de querer o ente vivo quando ele está sofrendo ou não teria condições de vida satisfatórias. O caso aqui é diferente. O pai de Ricardo não estava doente, estava preso. Não foi morto, mas se matou. O que é reiterado na fala de Ricardo é o pressuposto profundamente incorporado em nossa cultura, segundo o qual matar outras pessoas não é correto. Isso serve de consolo ou ao menos torna o suicídio do pai suportável e compreensível. Ouvir uma explicação como essa de um menino dez anos mais jovem que eu causou-me surpresa e, mais uma vez, disse a mim mesma: “como eu sou egoísta, aprende com ele”. Também é importante ressaltar que essa história não constava na pasta de Ricardo e ninguém parecia conhecê-la.

A mãe de Ricardo permanece também com uma instabilidade de moradia. Nessa vez que o abordei, ele me contou que fazia uns três meses que não via a mãe e que não sabia onde ela estava. Ou seja, em três meses Ricardo perdeu o rastro da mãe. Quando perguntei se queria que procurássemos por ela, ele me disse que sim, pois estava com saudades. Porém, passados cinco minutos, voltou atrás e me disse: “Não tia, é melhor não”. Uma mudança de residência não é feita de uma hora para outra e a organização da vida em um novo espaço requer um tempo. A constante mudança imprime um processo sem fim de organização e reorganização, passando a freqüente instabilidade a ser vivida e significada como sendo a estabilidade possível. O estado ‘normal’ da vida destas pessoas/famílias parece ser estar em movimento, reorganizando o que há pouco foi desorganizado. Em outros casos, a instabilidade se dá pela falta de condições e acesso a bens e serviços, o que demanda uma constante luta para garantir a sobrevivência, fazendo ‘bicos’, deixando algum filho em outra casa, casando novamente, indo morar com um parente, acolhendo um parente etc.

Uma das famílias que abordei estava numa situação peculiar. Ela ficou conhecida dentro do Serviço como ‘a família da praça’. Nesse dia entrou uma solicitação sobre uma mulher com crianças numa praça na Zona Norte. Era um dia bastante quente e fomos, Gabriela e eu, averiguar a situação.

Havia uma mulher com duas crianças, Samuel (3) e Samanta Cristina (1). Os dois estavam sujos e num lugar cheio de formigas. Tinha um cheiro, um misto de sujeira, comida, fezes e urina. A mãe, Daniela, disse que eles não moravam ali, mas que tinham saído da Vila Dique e ido para o morro da TV. Disse que estava só esperando o marido chegar e iriam para casa. Ele trabalha puxando carrinho e o filho mais velho (Sandro, 5) acompanha o pai. Disse-nos também que ela recebe quinze reais do bolsa família mês sim, mês não. Disse que estava tudo bem, que tinha conseguido escola para o mais velho, que não tinha com quem deixar os filhos para ir trabalhar e que por isso não estava trabalhando. Perguntamos sobre o bolsa família, onde ela fez o cadastro, se foi pedir informações, já que o valor está errado e se fez o recadastramento. Perguntamos ainda se ela queria uma carona, ela reiterou que o marido estava para chegar e que ela deveria esperar. Como havia muitas coisas ali (colchões, roupas, sacolas...) perguntei como levariam aquilo tudo. Ela respondeu que iriam de ônibus mesmo e que dava para levar tudo. Perguntei de onde tinha saído tanta coisa, ela disse que tinha ganhado da vizinhança. Resolvemos ir embora. Demoramos na Kombi e o Daniel, marido dela, chegou e veio falar conosco. Ele queria mesmo era tirar satisfação da abordagem e nos contou uma história bem diferente da de Daniela. Ele disse que tentaram matá-lo na Vila Dique e por isso resolveram mudar para ele não morrer e nem matar. Decidiram ir para o Morro da TV. Como ele ficou sem trabalho e o preço do papel flutua (“parece dólar”) não conseguiram pagar o aluguel e estão morando na praça, já que foram despejados. Segundo ele, a comunidade os tem ajudado, porém tem um vizinho que está implicando com eles. De tardinha conseguem água e dão banho nas crianças e assim têm levado a vida há duas semanas. Dissemos que a situação era muito difícil, mas que queríamos ajudar. Como tinham muita coisa não conseguiríamos levar tudo na Kombi. Daniel disse que gostaria de ir para algum lugar tomar um banho, dormir melhor, mas que não iria de jeito nenhum separar a família, que as crianças estavam acostumadas a dormir com ele e que era assim que ia continuar. Combinamos uma ação para o dia seguinte, levá-los para algum albergue ou abrigo. Eles ficaram muito satisfeitos. (Diário 9)

Após essa abordagem, a família da praça foi levada para um abrigo no qual não podiam ficar todos juntos. Não gostaram e foram levados para o abrigo Marlene – abrigo municipal para adultos e famílias. Ali eles ficaram por umas semanas até que ocorreu um episódio que surpreendeu a quem atendia essa família. Eram vistos como uma boa família, bom vínculo, cuidados com as crianças, e especialmente o pai chamava a atenção por não querer ficar longe dos filhos. Certo dia, ninguém soube explicar direito por que, Daniel atirou uma tesoura contra a filha e acertou na testa da menina de um ano e meio. Em função disso, eles receberam uma advertência de que no próximo incidente seriam mandados embora do abrigo. Foi o que aconteceu, houve uma outra briga e eles tiveram que sair do abrigo. Com o passar do tempo, as notícias sobre essa família foram se perdendo. Certa vez, na ação da Praça Garibaldi, encontrei Daniel. Ele parecia estar bem, estava sozinho e deu a entender que estava

indo encontrar com sua família e perguntou pela “Dona Gabriela”, que não estava junto comigo. Mas foi somente isso. Não se sabia mais onde estavam, nem em que situação.

Essa família, por fatores externos a ela, mas ligados a sua socialização e às posições de sujeito que seus membros ocupam em nossa sociedade, precisou se reorganizar com as condições que tinha. Na Vila Dique, Daniel contou-nos que a casa foi invadida e saqueada e ele foi ‘jurado’. Dessa forma, ele deixou a mulher e os filhos na casa de sua sogra e foi procurar um outro lugar para morar. Conseguiu ir para o Morro da TV, bastante longe de onde vieram. Assim, mudaram-se para lá. Porém, devido ao desemprego e à variação no preço do papel, que flutua “como dólar”, não foi possível permanecer lá e foram despejados. Suas coisas foram atiradas na rua e as mais importantes eles deixaram na casa de vizinhos ou trouxeram para a praça.

Nessas duas mudanças, fatores como: segurança pública e uma forma de organização em determinadas comunidades em que por alguma falha ou ‘traição’ – não se sabe o que Daniel fez para ser jurado – as pessoas são mortas ou precisam matar para ficarem vivas. Isso implica que a família trabalhe com essas questões no seu dia-a-dia, às vezes promovendo mudanças na sua forma de viver e se organizar em família. Há também um fator econômico: depender de um produto já transformado em lixo, o papel, cujo valor de mercado varia constantemente. A coleta de material reciclável tem sido uma opção para grande parcela da população que não tem acesso a empregos formais e informais. Porém, muitas vezes os carrinhos que utilizam são alugados, como era o caso de Daniel, pela mesma pessoa que compra o material depois. Ao mesmo tempo, ele sabe que o valor do papel flutua, mas parece não entender o porquê. A flutuação do mercado do papel incide sobre essa família diretamente ao impedir o pagamento de um aluguel. Ou seja, são inúmeros fatores que envolvem e demandam uma reorganização familiar a partir de eventos que modificam o andamento ‘normal’ da vida.

A partir disso, pode-se dizer que as coisas vão acontecendo e têm que ser resolvidas, o que impõe uma instabilidade no modo de viver, que não significa desestrutura familiar ou desorganização no sentido de faltar organização. É apenas dentro de determinada lógica de organização que se pode dizer que uma família é desorganizada ou não. Aqui, essa desorganização significa uma passagem de um estado (morar na Vila Dique, por exemplo) para outro (alugar a casa no Morro da TV).

Essa instabilidade não é privilégio das classes populares, entretanto, o que diferencia uma instabilidade da outra parece ser justamente a pobreza. Ocorre que essa posição de

sujeito ‘pobre’ pode variar segundo o país onde se vive, o tempo, a cultura e as possibilidades de acesso e inclusão que os estados oferecem. A definição de pobreza do Banco Mundial, datado de 1990, aponta para uma incapacidade de o indivíduo “atingir o padrão mínimo de vida”. Sobre isso, Vivian Ugá (2004) faz dois questionamentos que julgo importantes para pensar a dimensão da pobreza na forma como os serviços se relacionam com as famílias que atendem e como o fator pobreza limita e dimensiona as relações familiares nos grupos pesquisados. O primeiro deles refere-se à definição do que seja um padrão mínimo de vida. A partir do momento em que se entende que o sentido de pobre e rico é produzido pela linguagem, que não é fixa e que produz constantemente o que se tenta comunicar, esses significados passam a ser relacionais e dependem de quem fala sobre quem. Sandra dos Santos Andrade (2008), pesquisando sobre a exclusão escolar na periferia de Porto Alegre, indica que muitos dos sujeitos pesquisados referiam ter uma condição de vida boa, mesmo sendo considerados pelos organismos internacionais, e por ela mesma, como bastante pobres. Dessa forma, o entendimento do que é ser pobre, ou não, não está dado, mas é construído pelos sujeitos que vivem essa situação e por aqueles que os vêem. Assim, um padrão mínimo de vida passa a ser relacional, dependendo de quem emite essa expressão e tem significados diferenciados para quem a ouve. A segunda questão, segundo Ugá, trata do termo utilizado: incapacidade. O que vem a ser incapacidade de prover o seu sustento? A autora indica que essa incapacidade está envolvida com “oportunidades econômicas” e “prestação de serviços sociais” (UGÁ, 2004, p. 58). Assim, as políticas públicas de combate à pobreza devem implementar ações nessas duas dimensões, a fim de conseguir melhores resultados. Donzelot (2004) vale-se de inúmeros documentos e livros para construir sua genealogia da família. Um deles, de Fodère, parece-me sintetizar bastante bem essa recente intervenção na vida familiar das camadas populares:

Foi-se o tempo em que se podia, até certo ponto, deixar de levar em conta o que acontecia nas classes inferiores e ater-se ao recurso de esmagá-las, caso necessário, quando se agitavam; essas classes, agora, pensam, raciocinam, falam e agem. Portanto, é muito mais sábio e mais prudente, sem qualquer dúvida, pensar em tomar medidas legislativas, algumas protegendo os costumes e prevenindo contra um novo desenvolvimento dos abandonos em outras, tendentes a tornar realmente úteis todos esses seres abandonados e a dar-lhes a capacidade de desempenhar um papel ativo. (FODÈRÈ apud DONZELOT, 2001, p.61)

Essa ‘necessária’ regulação das “classes inferiores”, com o tempo passou a ser feito através da família. Portanto era preciso, naquele momento, ensinar à população como viver

em família. Essa regulação vem sendo feita através da assistência social que atende aquelas famílias que precisam de assistência, porém, na maioria das vezes, essas famílias precisam de assistência material. Para obter esse auxílio, é pedido, em contrapartida, que adotem certas formas de se organizar e viver em família. Cláudia Fonseca (2002), refletindo sobre famílias das camadas populares, afirma que a adoção do modelo de família nuclear nas camadas médias explica, de alguma forma, o entendimento de desvios dessa norma como problemáticos. A instabilidade é considerada muitas vezes um desvio da norma, porém ela não é entendida como estratégia para enfrentar determinadas situações ou como resultado de um contexto maior de vida.

A pobreza é uma parte desse contexto e ela limita algumas possibilidades, entre elas o tipo de cuidado e aquilo que se entende por cuidado nessa família. É como se a pobreza imprimissem uma “suposta imoralidade” às famílias, comprovada nesse caso pela saída das crianças para a rua. Essas formas alternativas de cuidado são aquelas que a cultura em que vivemos não reconhece diretamente como cuidado. No material empírico analisado, esses cuidados eram expressos algumas vezes como deixar o/a filho/a com uma tia, chamar o Conselho Tutelar para tentar conter a criança, colocar na rua para pedir e assim conseguir comprar comida, fraldas, roupas. Tais atitudes são em alguma medida representadas como erradas, negligentes, maus-tratos etc., e vão posicionando essas famílias e, em especial, as mulheres-mães, como não-mães, sem amor pelos filhos e sem o comportamento esperado pela sociedade que lhes faria ter ‘maior cuidado’.

Porém o cuidado também é um conhecimento e, portanto, pode-se aprender a cuidar. Nessa direção, está legitimando-se uma dada forma de conhecimento que implica um determinado tipo de cuidado. Para garantir que de alguma forma esses cuidados serão levados a cabo, programas como o Primeira Infância Melhor (PIM), são criados para ensinar as mulheres-mães a cuidar de forma ‘adequada’ de seus filhos e filhas. Carin Klein (2006), analisando o referido programa, diz que

A formação dessa extensa rede social, fundamentalmente educativa, toma como foco o desenvolvimento saudável da criança (mesmo enquanto ela ainda está no útero) e pretende através da educação, sensibilizar as famílias e a comunidade para alcançarem metas, tais como: redução da mortalidade infantil e materna, desenvolvimento saudável das crianças de zero a seis anos, facilitação do processo educacional das crianças ao longo de suas vidas e da diminuição do risco social. (KLEIN, 2006, p.22)

Essa rede a que a autora se refere é mesmo extensa e, só no caso da situação de rua, envolve uma série de instituições, programas e políticas como o Lar Dom Bosco, a Escola

Porto Alegre, os atendimentos de saúde, os módulos regionais que cuidam das famílias, programas como o PETI (erradicação do trabalho infantil), Bolsa Família, PIM e o próprio Sesrua/Ação Rua. No caso deste último, as metas são: a criação de um local de proteção para a criança, a permanência nesse local e o seu desenvolvimento sadio.

Para que estas metas se concretizem, é necessário que se instaure um jeito de cuidar peculiar e que, pelos discursos médicos e psicológicos, é definitivo para se ter um desenvolvimento adequado. No caso da família constituída por 22 filhos, comentada no capítulo três, há ali um jeito de cuidar ‘duvidoso’ para quem atendia essa família. Depois que as técnicas relataram a situação, comentaram que, para elas isso é inconcebível, mas que, nesse lugar, isso funciona muito bem. Uma delas ainda disse “se é saudável ou não é outra discussão”. Outra técnica comentou que a filha dela diz que está sendo explorada porque a mãe pede para ela colocar o prato na pia após as refeições e que isso é absolutamente o contrário do que acontece nesses ambientes.

O tipo de cuidado existente nessa família de 22 filhos é colocado como não-sadio, já que ‘retira’ a infância das crianças. Ao mesmo tempo em que as técnicas entendem isso como uma questão cultural de leitura e entendimento de mundos diversos, fica marcado o lugar de insalubre dessas relações ‘tortas’. Porém parece que não fica visibilizado nesse momento o que a contribuição das crianças na compra de bens para a família ensina sobre viver em família. De algum modo, nessa situação, viver em família está imbricado com uma idéia de participação, de compartilhamento de responsabilidades e de solidariedade. Esse ensinamento vem sendo proclamado como fundamental para que as famílias sejam mais unidas e, inclusive, para que se possa promover a paz no mundo a partir do cotidiano⁶⁰.

Também a família da praça, na medida do que é possível fazer, cuida de seus filhos. Eles se mudaram para preservar não só a vida de Daniel, mas também a vida de um pai. E, mesmo morando na praça, eles relataram que pediam água para os vizinhos para dar banho nas crianças e as alimentavam primeiro, para que a comida não estragasse com o calor. Isso significa dizer que, nas condições de vida que tinham, colocavam as crianças como prioridade de suas ações.

⁶⁰ Um exemplo dessa busca por participação e solidariedade pode ser encontrado no site do Instituto Sou da Paz. Na página inicial há um *frame* no qual está escrito “não lave as suas mãos”, convocando os internautas a participarem da campanha promovida pelo Instituto. A campanha pelo fim da violência conta com a solidariedade de atores e atrizes e convoca para que cada um exerça sua cidadania com responsabilidade e com não-violência.

É bastante comum, também, vermos matérias em jornais sobre mulheres-mães que acorrenta(va)m seus/suas filhos/as para não se drogarem⁶¹, ou para não caírem num poço sem tampa e que, por isso, são denunciadas aos conselhos tutelares e correm o risco de perder a guarda dos filhos por negligência e maus-tratos.

Um dos casos que chamou minha atenção, foi um processo aberto pelo Juizado da Infância e Juventude contra pais por omissão. O menino era viciado em drogas e passava os dias na rua. Segundo o CT de Cachoeira do Sul (RS), cidade onde vive a família, os pais não tomaram providências e, com base nesse argumento, foram levados a julgamento (CORREIO DO POVO, 14 de setembro de 2006). Tendo conhecimento de outros casos em que as famílias perderam a guarda de seus filhos tomando atitudes drásticas para contê-los, pergunto: qual é a atitude a ser tomada então? Cynthia Sarti (2002) afirma que o ECA “dessacraliza a família”, ao dizer que as crianças devem ser protegidas inclusive de seus familiares, se esse for o caso. Porém “esse recurso legal é frequentemente utilizado para estigmatizar as famílias pobres, definidas como desestruturadas, ‘incapazes de dar continência a seus filhos’” (SARTI, 2002, p.24s).

Lendo os prontuários, vi muitas mulheres-mães que faziam todo o possível para trazer os filhos de volta para casa, como no caso de Luis. Ele começou a usar drogas ainda quando morava com a mãe e foi afastando-se de casa até morar na rua. Em janeiro de 2007 foi internado e de lá foi para uma fazenda terapêutica. A mãe dele era descrita como lutadora, que tem força e que “queria muito o filho”. O pai está preso por ter matado a própria mãe (avó de Luis). Luis tem uma irmã mais velha que ele e um irmão mais novo. A avó materna ajudava a cuidar das crianças, mas morreu e deixou um menino de três anos que ela estava criando. A mãe de Luis trabalha fora, tem uma casa e consegue minimamente dar conta dos filhos, incluindo o menino de três anos que agora está com ela. Ela era valorizada dentro do Serviço, pois lutou e conseguiu ajudar o filho. Ao contrário dela, a mãe de Fernando era vista como “sem nenhuma condição”. No caso dela, são nove filhos. Na Visita Domiciliar ela não sabia dizer a idade de Fernando e de outra filha, nem a data de nascimento de outro. Ela não tem

⁶¹ Essa mulher-mãe acorrentou o filho na cama para que não usasse mais crack e não fosse pego pelos traficantes. Ela foi denunciada ao Conselho Tutelar de São Leopoldo, onde morava, o qual pediu a internação do menino para desintoxicação. (Redação Terra de Notícias – 26/01/2006, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI850187-EI306,00.html>). Há ainda casos mais recentes, como consta no site do Terra “Uma mulher de 37 anos acorrentou o filho de 15 em casa, em Passo Fundo, no RS. Desesperada porque o adolescente é viciado em crack, a mulher busca ajuda para conter o filho, que já furtou eletrodomésticos e outros bens para sustentar o vício. Há dois meses, uma mãe na Bahia acorrentou o filho também por causa das drogas.” (Agência O Dia – 21/08/2007, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI1841801-EI5030,00.html>)

emprego, recebe o Bolsa Família e trabalha na coleta de papel para reciclagem, o que, como me ensinou Daniel, não garante uma renda estável. A mãe de Fernando foi descrita como alguém que não tem forças, fragilizada pelas precárias condições de vida. A família de Fernando mora em frente a um valão em Alvorada. A casa, pelo que consta na pasta, está “caindo aos pedaços literalmente”. O filho mais velho mora em casa e, segundo Fernando, rouba coisas de casa, inclusive comida, para vender e comprar drogas. O outro, a quem Fernando diz ser mais apegado, está preso porque roubou. Eles não têm banheiro em casa e precisam tomar banho na casa da vizinha.

Isso demanda que perguntemos: que tipo de cuidados são possíveis nessa situação? O que é valorizado como boa mãe dentro do Serviço? Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que, segundo o ECA, pobreza não é considerado motivo suficiente para que as crianças sejam privadas da convivência de sua família, como disposto no artigo 23: “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder”. Ainda há um parágrafo único o qual indica que, não havendo outro motivo, a criança deverá ficar em sua família de origem e que esta deverá ser incluída em programas oficiais de auxílio. Porém, se os cuidados necessários dependem de condições de vida mínimas, como um lugar para morar, água, luz, roupas e alimentação adequadas, como garantir que as famílias pobres possam estar com seus filhos e suas filhas?

É a partir dessas três dimensões – instabilidade, pobreza e cuidado, que estão interligadas – que a vulnerabilidade se instala na medida em que elas se conjugam e tornam os sujeitos mais ou menos vulneráveis a determinados agravos. Especialmente em relação ao cuidado, pode-se pensar que essas outras formas de cuidar também reduzem a vulnerabilidade, na medida em que são colocadas em ação para proteger alguns de algumas coisas, inclusive da miséria, e que essas famílias estão em situação de vulnerabilidade a muitos agravos: a terem seus filhos vivendo na rua, a ficarem doentes por não terem água tratada, a serem retirados de algum programa por não estarem ‘seguindo as regras’, a terem seus filhos abrigados...

Acredito que aqui estejam algumas pistas para se entender de que forma essas famílias se organizam. Se, como disse Donzelot (2004), a família moderna organiza-se para dar conta de um sujeito infantil criado na modernidade, as diferenças pautam-se justamente na forma de conceber o que seja a infância. Talvez seja por isso que muitas intervenções da assistência social falhem, pois a comunicação esbarra naquelas noções que tomamos como sendo naturais, a infância, por exemplo.

A explicação comumente dada – tanto por pesquisas quanto pelos agentes da assistência social – para a evasão de casa é prioritariamente atribuída à família, que não atende de forma adequada as crianças. Diz-se, também, que as crianças de classe média também sofrem dentro de casa, que são maltratados, porém as coisas que se perde saindo de casa (roupa, mesada, comida, cama) não compensam, como dizia um educador em uma conversa informal. No caso das crianças atendidas, entende-se que elas não têm nada a perder e, por isso, vão para as ruas, muitas vezes conseguindo uma condição melhor do que ficando em casa. Fernando não concorda com isso, já que afirma não gostar de viver na rua. Contudo ele relata que não pode ficar em casa por causa das drogas, que começou a usar por influência dos irmãos mais velhos. O que ele diz é que as amigas da mãe ficam “falando merda na frente de casa”, quando o vêem usando crack. Ou seja, não é a sua família que não tolera o uso de drogas, mas um constrangimento dele e da família perante a comunidade.

A idéia de que as crianças saem de casa por receberem maus tratos pode ser tensionada, se relacionada com estudos da área da Psicologia, os quais afirmam que crianças que sofrem maus tratos, especialmente quando muito pequenas, preferem se submeter a esse tipo de relação do que não estabelecer relação com outras pessoas (SPITZ, 1979). Isso não significa que podemos ficar inertes com os casos de abuso e maus tratos; o que quero é mostrar a complexidade que envolve as relações familiares de modo que não se pode localizar uma causa para a migração para rua, e sim pensar nos múltiplos atravessamentos que envolvem esse acontecimento. Assim, parece-me evidente a presença de uma pedagogia cultural que ensina o que deve ser uma família, fazendo com que essas crianças não reconheçam o ambiente em que vivem como saudável ou familiar. Entendo que é nesse discurso recorrente na cultura que se produz o que seja uma família, possibilitando que as crianças busquem outras formas de relação, entendidas no Serviço como uma falta de alternativa e como violação de direitos.

* * *

Neste capítulo, procurei mostrar como esses três fatores – instabilidade, pobreza e cuidado – estão imbricados nas formas de se relacionar com e viver em família, instituindo situações de maior ou menor vulnerabilidade a essas famílias. Também indiquei que diferentes formas de entender a infância levam a diferentes formas de cuidar e protegê-la, gerando ruídos na comunicação entre famílias e Serviço.

“Os fatores de exclusão são maiores que os de inclusão” ou sobre as possibilidades dessa pesquisa

O título desta última seção foi dito por um educador social em sua entrevista. Na verdade, ele disse isso cinco ou seis vezes durante a entrevista. Essa reiteração queria marcar que o trabalho desenvolvido ali era limitado por outros fatores de um contexto maior no qual essa política se insere e que se buscava fazer o melhor possível, mas nem sempre era o suficiente. Não posso deixar de concordar com ele. Vivemos num país onde as desigualdades sociais são profundas e onde algumas vidas parecem valer mais que outras.

Ao final desta dissertação, posso dizer que os sentidos sobre família são múltiplos, não apenas entre usuários e Serviço. Há uma pluralidade de formas de entender a vida em família entre as crianças atendidas, suas famílias, funcionários e funcionárias do Serviço, solicitantes de abordagem e gestores das políticas públicas. Dessa forma, trabalhar com uma política que se pretende universal para todas as crianças em situação de rua nesta cidade parece ser trabalhar numa torre de babel. Acredito que aí esteja a grande dificuldade em se elaborar e implementar políticas públicas: a impossibilidade de se fixar os significados e conceitos.

De qualquer modo há noções que são reiteradas no contexto estudado: a criança como centro da família, a necessidade de uma relação legalizada entre crianças e adultos e a permanência da mulher-mãe como responsável primordial pelo cuidado das crianças e da família, por parte do Serviço; a mulher-mãe como centro da vida em família, a instabilidade, por parte das crianças atendidas; e a consangüinidade como eixo da família para ambos os lados. Ainda as relações de pobreza, vulnerabilidade e as formas não legitimadas de cuidado estão em circulação nesse lugar ocupado por famílias, crianças em situação de rua e equipamentos da assistência social.

Assim, desde o início da dissertação procurei destacar o modo como entendi esse percurso: um processo, com seus tempos, limites e possibilidades. Também busquei marcar de que forma me propus a olhar para esses/as meninos e meninas, tentando compreender a lógica, os significados de sua cultura. Com isso, um dos primeiros embates que tive foi do modo como a situação de rua é entendida pelo Serviço e pelos próprios meninos e meninas. A violação de direitos, que problematizo no capítulo 3, na maioria das vezes não é vivida enquanto tal pelos guris e gurias e suas famílias. Iniciei, então, discutindo como a infância vivida na rua se torna um problema social. Entendi ser pertinente questionar como a criança, concebida como prioridade da família moderna, se torna um problema da sociedade em geral

e para o qual uma ampla rede de proteção deve ser criada a fim de melhorar suas condições de vida. Ou seja, há uma produção do que seja infância dentro dos discursos jurídicos e psicológicos que se pretendem universais, mas que não necessariamente atinge e interpela a todos, fazendo com que famílias sejam vistas como desviantes e negligentes. Ao mesmo tempo, são colocadas em ação estratégias e práticas que tornam a sobrevivência na rua possível.

É justamente por esse discurso jurídico que define, especialmente a partir do ECA, o que é infância e como ela deve ser vivida que, no capítulo 4, trabalho com uma noção de legalidade nas relações familiares. A busca pela legalidade para garantir direitos às crianças está imbricada também na produção do que seja família, permitindo que um determinado conjunto de pessoas, reunidas e/ou vivendo juntas sob certas condições, seja chamado como tal. A legalidade legitima a relação perante as instituições e é necessária para que se trabalhe junto às famílias. Dentro dessa legalidade há uma reiteração da consangüinidade, legitimando-a. Sendo a consangüinidade o fundamento da família, a legalidade passa a não ser tão necessária. Mas isso só é possível porque o discurso jurídico dá suporte para esse fundamento da consangüinidade, é ele próprio que dá fundamento à consangüinidade, havendo dificuldade em marcar a fronteira entre legalidade e consangüinidade. Se a legislação confere aos genitores os direitos e responsabilidades sobre filhos e filhas, é possível dizer que a consangüinidade confere legalidade a essas relações. Ainda nesse capítulo, procurei indicar como, apesar de lutas de movimentos sociais, especialmente o feminismo, a mulher-mãe ainda é acionada dentro do Serviço como principal cuidadora e gestora da família. Dessa forma, naturaliza-se a ausência do homem-pai e retira-se suas responsabilidades frente à educação e ao cuidado dos filhos. Chamo essa forma de organização familiar de *matrifocalidade* por entender que se trata de uma centralidade na figura da mulher, que desempenha funções culturalmente atribuídas como maternas. Essa centralidade é expressa, por exemplo, quando se pergunta para um menino onde está a sua mãe, onde ela mora e qual o seu nome, sem mencionar a figura do homem-pai.

No capítulo 5, retomei alguns argumentos já apresentados para conseguir produzir outros que me fizeram pensar sobre a instabilidade, a pobreza e o cuidado que estão imbricados na forma de viver em família nesse contexto. A instabilidade, para a qual trabalhei a noção de organização-desorganização-reorganização, mostra que, por trabalhar com uma lógica do imediatismo, da sobrevivência de hoje, há uma constante adequação às necessidades, não havendo a estabilidade que tanto se almeja em outros setores da sociedade.

Essa instabilidade está ligada às condições de pobreza enfrentadas por essas famílias, que demandam das políticas neoliberais a criação de programas e políticas de inclusão social que dêem conta de capacitá-los a se responsabilizar pelas suas situações. Essas políticas e programas também procuram ensinar a melhor forma de cuidar e proteger as crianças, pressupondo que elas não são cuidadas por estarem na rua. Contudo, a partir dos excertos analisados, procurei mostrar que há aí outras formas de entender o cuidado e de cuidar. Também se pode pensar que diferentes formas de entender a infância levam a diferentes formas de cuidar e de proteger essa infância. Essas situações de cuidado, pobreza e instabilidade de alguma forma demarcam uma vulnerabilidade que os produz e legitima como sujeitos a serem inscritos em programas e políticas sociais voltados para a família.

As relações que fui destacando ao longo desta dissertação estão constantemente em confronto, ora convergindo, ora divergindo, ora complementando-se, mas sempre numa articulação entre os múltiplos sentidos possíveis sobre o que é viver em família. Esse processo se dá também num movimento educativo que tenta reordenar a vida dessas famílias para que elas possam ‘finalmente’ se estabilizar e garantir o desenvolvimento saudável de suas crianças, função das políticas de inclusão social advindas dentro de uma racionalidade neoliberal. Da mesma forma aqui, a tentativa de adequar as famílias àquilo que se espera culturalmente de uma boa família não é alcançado e, com isso, o investimento não é interrompido.

A dificuldade em fazer com que esses valores se disseminem indiscriminadamente na sociedade, como já disse anteriormente, está, justamente, na impossibilidade de universalizar os significados e as noções de família e infância que estão em jogo nesse contexto. Acredito que a grande diferença de entendimentos esteja relacionada mais diretamente ao conceito de infância. A família é colocada como o lugar de viver a infância e é para esta que a família existe. Se, contudo, há diferentes modos de entender o que é infância, haverá diferentes modos de cuidar, proteger e priorizar essa infância.

Ao longo dessa dissertação, procurei marcar as múltiplas possibilidades de se olhar para as situações que vivi e conheci. Isso tem uma implicação teórica, que busca duvidar das respostas óbvias, e política, de tentar, de alguma forma, contribuir para pensar as políticas públicas que conheci.

Entender que os significados não são necessariamente os mesmos em todos os contextos pelos quais se transita é uma tarefa difícil, mas parece-me bastante importante para

sair do lugar comum no trabalho realizado com famílias de classes populares. Talvez essa seja uma possibilidade de uso dessa pesquisa.

Assim, ao terminar este jogo, este caminho, lanço-me a novos desafios, a novas questões, a novos começos. Levo comigo as aprendizagens dessa trilha e as questões que se abrem ao finalizar esse texto sem, contudo, imaginar que o que foi realizado aqui é definitivo e certo. Relembro, como nos diz Geertz sobre o texto etnográfico, que essa é uma leitura possível das coisas que vivi e conheci. Ainda outras são viáveis e necessárias para que se possa qualificar e problematizar as políticas públicas que buscam atender crianças e jovens em situação de rua, bem como suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Luiz Fernando Calage. “*Flores de plástico não morrem*”? Educação, saúde e envelhecimento na perspectiva de gênero. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - FAGED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ANDRADE, Sandra dos Santos. *A(s) juventude(s) que não vemos*: narrativas de jovens sobre exclusão escolar, gênero, raça/cor e classe sócia. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – FAGED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais de meninos de rua. In: *Educação & Realidade*, v.22, n.1 (jan/jun), p.183-207. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1997.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARIÈS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.
- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et all. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et all (orgs). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Taís. ????. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – FAGED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BECKER, Fernando. *Meninos e meninas de rua: o que sabem e como pensam*. Relatório de Pesquisa – FAGED, UFRGS, Porto Alegre, 1994.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: 1990.
- BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: 1988.
- BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. In: *Educação & Realidade*, v.21, n.1 (jan/jun), p.71-96. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1996.
- BUJES, Maria Isabel. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. In: *Educação e Realidade*, v.25, n.1 (jan/jun) p.25-44. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000.
- CALDEIRA, Teresa. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. In: *Novos Estudos*, n.21, 1988, p.133-157.
- CARNEIRO, Andrara Hemerich et al. Oficina de pais e filhos: valorização do vínculo família/escola. In: *Saberes e fazeres educativos*, v. 2, n.1. Getúlio Vargas (RS): 2003.
- CORREIO DO POVO. *Pais serão julgados por omissão*. Porto Alegre, quinta-feira, 14 de setembro de 2006.

CRAIDY, Carmem Maria. *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus, 1986.

DAL IGNA, Maria Cláudia. “Desempenho escolar” e relações de gênero: um olhar pós-estruturalista. UFRGS. Proposta de Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. “Há diferença”? relações entre desempenho escolar e gênero. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - FACED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

DORNELLES, Leni Vieira. *Infâncias que nos escapam*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

FERNANDES, Leticia Prezzi. Quem aprende na Educação Infantil? A escola ensinando a ser boa mãe. In: *Educação* – Revista do Centro de Educação. Santa Maria, v.31, n.1, p. 53-66, 2006.

FERNANDES, Leticia Prezzi; KLEIN, Carin. “A gestante não é dona do bebê”! Paternidades veiculadas no programa Primeira Infância Melhor/RS. In: *Fazendo Gênero 7*. Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/K/Klein-Fernandes_26.pdf>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2007, 17h 53min.

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos de rua: valores e expectativas dos menores marginalizados de São Paulo*. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz – Cedec, 1979.

FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional. In: *Cadernos Pagu*, v.26, (jan/jun), 2006, p.11-43.

_____. Os direitos da criança – dialogando com o ECA. In: FONSECA, Cláudia; TERTO Jr, Veriano; ALVES, Caleb Faria (orgs.). p.103-115. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

_____. *Família, fofoca e honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.

_____. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. In: *Estudos Feministas*, v.12, n.2, p.13-34. Florianópolis, 2004c.

_____. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. In: *Psicologia USP*, v.13, n.2, p.49-68. São Paulo: 2002.

_____. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUSA, Edson (org). *Psicanálise e Colonização: leituras do sintoma social no Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999a.

_____. Quando cada caso não é um caso. In: *Revista Brasileira de Educação*, n.10 (jan/abr). São Paulo: 1999b.

_____. A modernidade diante de suas próprias ficções: o caso da adoção internacional. In: DORA, Denise Dourado; SILVEIRA, Domingos Dresch da (org.). *Direitos humanos, ética e direitos reprodutivos*. Porto Alegre: Themis, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GASTALDO, Denise et al. Transnational health promotion: Social well being across borders and immigrant women's subjectivities. In A. Asgharzadeh & K. Oka (eds). *Diasporatic Ruptures: Transnationalism, globalization, and identity discourse*. University of Toronto Press, 2003 (chapter submitted).

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GRANPAL. *Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua Grande Porto Alegre*. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2004.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.7-132.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel. Educação Infantil e múltiplas linguagens: o quebra-cabeça que é jogo de trilha. In: SCHOLZE, Lia; MORAES, Salete (org). *Caderno temático: multimeios e informática educativa*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 2002, p.29-34.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. *O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – FACED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

KLEIN, Carin. *Um cartão [que] mudou nossa vida?: maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - FACED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. *Educação e(m) saúde para uma “infância melhor”*: maternidades e paternidades que se configuram em biopolíticas de inclusão social. UFRGS. Proposta de Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

_____. *Educação e(m) saúde para uma “infância melhor”*: maternidades e paternidades que se configuram em biopolíticas de inclusão social. UFRGS. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em andamento.

LEMOS, Miriam Pereira. *Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - FAGED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MACEDO, Maria Joacineide de., BRITO, Suerde Miranda de Oliveira. A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora. In: *Psicologia Reflexão e Crítica*, v.11, n.3, p.511-522. Porto Alegre: 1998.

MACIEL, Carla; BRITO, Suerde; CAMINO, Leoncio. Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. In: *Psicologia Reflexão e Crítica*, v.10, n.2, p.315-334. Porto Alegre: 1997

MEYER, Dagmar Estermann. Vulnerabilidade, programas de inclusão social e práticas educativas: uma abordagem na perspectiva dos estudos de gênero e culturais. Projeto de Pesquisa – FAGED, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

_____. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. In: *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. Niterói (RJ), v.6, n.1, p. 81-104, 2006.

_____. *A educação ‘da família’ como estratégia governamental de inclusão social*: um estudo situado na interface dos Estudos Culturais, de Gênero e de Vulnerabilidade. Projeto de Pesquisa – FAGED, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

_____. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. In: *Rev. Bras. Enfermagem*, v.57, n.1, p. 13-18, jan/fev 2004.

_____. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. In: *Movimento – Revista da ESEF/UFRGS*, v. 9, n. 3, set/dez 2003a.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira L., NECKEL, Jane F. e GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade*: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.

_____. *Educar e assistir corpos grávidos para gerar e criar seres humanos saudáveis*: educação saúde e constituição de sujeitos “de direito” e “de risco”. Projeto de Pesquisa – FAGED, UFRGS, Porto Alegre, 2003c.

_____. As mamas como instituintes da maternidade: uma história do passado? In: CALDERÓN, Carlos; GASTALDO, Denise e MERCADO, Francisco. *Paradigmas y diseños*

de la investigación cualitativa en salud: una antología iberoamericana. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2002, p.375-402.

MEYER, Dagmar Estermann et all. A “família” como foco de políticas de “inclusão social” no Brasil: desenhos de alguns programas, noções de família assumidas e suas implicações práticas. In: *Seminario avanzado sobre la salud y el desarrollo a través de la mirada de género*. 2007. (Material didático de circulação restrita)

NEPI. *A infância violada: um recorte atual*. Rio de Janeiro: LAPS/UFRJ, 1989.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar ouvir, escrever. In: *Revista de Antropologia* v. 39, n.1, p.13-37, São Paulo: 1996.

PEREIRA, André Ricardo. Criança X Menor: a origem de dois mitos na política social brasileira. In: ROLLEMBERG, D.(org). *Que história é essa?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PEREIRA, Angélica. *Somos expressão, não subversão! A gurizada Punk em Porto Alegre*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – FACED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). *Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil*. Rio de Janeiro : Editora da Universidade Santa Úrsula, 1995.

PINTO, Céli Regina. *Com a Palavra o Senhor Presidente da República José Sarney*. Ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989.

PORTO ALEGRE. FASC. SESRUA. *Projeto Síntese*. Porto Alegre: 2004.

_____. FASC. AÇÃO RUA. *Projeto Ação Rua*. Porto Alegre: 2006.

REIS, Carlos Nelson dos; PRATES, Jane Cruz. *Fragments de uma metrópole: meninos e meninas em situação de rua*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

RIBEIRO, Fernanda. Maternidades à margem: gravidez e nascimento no âmbito de uma instituição de proteção à infância. In: *Fazendo Gênero 7*. Florianópolis, 2006, p.1-8, (mimeo).

RIZZINI, Irene (org.). *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro : Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

ROSA, Miriam Debieux. O discurso e o laço social dos meninos de rua. In: *Psicologia USP*, v.10, n.2, p.205-217. São Paulo: USP, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Crianças e adolescentes em situação de rua: do discurso à realidade. In: REIS, Elis; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (orgs). *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. São Paulo: Hucitec – ANPOCS, 1995. p.230-244.

- SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Sobre o etnógrafo-turista e seus modos de ver. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (orgs.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.9-22.
- _____. *Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais de corpo*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - FACHED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália. *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHWENGBER, Maria Simone. *Donas de si? A educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – FACHED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SECRETARIA DO MENOR. *Casa aberta*. São Paulo: 1990.
- SILVA, Aline Santos et al. Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol.11, n.3, p.441-447. Porto Alegre: 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias críticas de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SOARES, Janine Borges. *A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica*. Disponível em <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id186.htm> acessado em 28/12/2007.
- STIGGER, Marco Paulo. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.
- _____. Futebol de veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no cotidiano urbano. In: *Movimento – Revista da ESEF/UFRGS*, v. 4, n. 7, set/dez 1997, p.52-66.
- UBERTI, Luciane. *A infância tornada problema*. In: Seminário regional da ANPEd/SUL, 2006, Santa Maria (RS). *Anais da ANPEd/SUL*, Santa Maria (RS): 2006 p.1-6. 1 CD-ROM.
- UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. In: *Revista de Sociologia e Política*, n.23, p. 55-62, Nov. 2004.
- VALLA, Victor Vincent. A crise da interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. In: *Educação & Realidade*, v.21, n.2 (jul/dez), p.177-190. Porto Alegre: FACHED/UFRGS, 1996.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WENETZ, Ileana. *Gênero e sexualidade nas brincadeiras do recreio*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) – ESEF, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas(SP): Papyrus, 1998, p.129-145.

YALOM, Marilyn. *História do seio*. Lisboa: Teorema, 1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)